



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

A representação das mulheres desportistas na imprensa
desportiva: o caso do *Record*

INÊS PEREIRA DA CUNHA

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Jornalismo

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professora Doutora Filipa Subtil

Professora Doutora Zélia Raposo Santos

Outubro de 2023

Declaração anti-plágio

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção de grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de grau académico ou qualquer outra habilitação.

Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 19 de outubro de 2023

A candidata,

Imês Cunha

Resumo

O presente Relatório de Estágio, submetido no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, resultou da realização do estágio curricular no jornal desportivo português *Record*, entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2023.

A participação-observação que resultou desta experiência profissional deu o mote para este exercício investigativo, que teve como principal objetivo perceber o modo como as mulheres desportistas são representadas na imprensa desportiva nacional, em particular, no *Record*. Partindo da vasta investigação que tem sido realizada no âmbito da representação das mulheres na imprensa, esta pesquisa procura contribuir para conhecer melhor uma realidade que tem sido menos estudada – a imprensa desportiva.

A pergunta de partida que orienta o presente estudo é: “Como é que as mulheres desportistas são representadas no jornal desportivo *Record*?”. Para responder a esta interrogação, optou-se por uma estratégia metodológica mista que combina uma abordagem qualitativa, centrada na leitura e análise crítica de literatura sobre o tópico em estudo, e uma abordagem quantitativa, focada na análise do conteúdo temático das peças jornalísticas publicadas no jornal *Record*, no período em que decorreu o estágio.

Partindo da análise dos dados recolhidos, constata-se que: 1) há uma crescente presença de notícias e conseqüente tematização do desporto praticado por mulheres no *Record*; 2) em termos de representação o que mais se destaca é que, apesar de as mulheres desportistas apenas terem sido representadas na primeira página do jornal 20 vezes, esta tematização esporádica só ocorreu quando as atletas alcançaram conquistas assinaláveis, como a qualificação para o Mundial de Futebol feminino, ou sempre que foram realizadas entrevistas consideradas relevantes com as mesmas; 3) tal não significa, no entanto, que os princípios de responsabilidade social associados à importância de promover a igualdade de género na imprensa desportiva se consigam sobrepor aos critérios do mercado dos *media*. Esta opção das empresas de *media*, e mais especificamente no órgão de comunicação em análise, pode ser compreendida por uma política editorial que aposta na hipervalorização de certos critérios de notabilidade (exclusividade, surpresa, audiovisual, partilha, *follow-up*, relevância, novidade, notoriedade e proximidade) e pela opção por certos géneros jornalísticos mais baratos e menos exigentes (notícias, crónicas, entrevistas e breves). O facto de o jornal contar esmagadoramente com leitores do sexo

masculino e de haver uma diferença notória, em termos de género, na constituição da redação do mesmo pode também ser uma variável a ter em conta e que merece investigação aprofundada.

Palavras-chave: Jornal *Record*; mulheres desportistas; estudos feministas de comunicação e jornalismo; desporto

Abstract

This internship report, submitted in the context of obtaining a Master's degree in Journalism from the School of Social Communication, is the result of a curricular internship at the Portuguese sports newspaper *Record*, between 1 February and 30 April 2023.

The participation-observation that came from this professional experience was the motto for this research exercise, the main aim of which was to understand how women sportspeople are represented in the national sports press, particularly in *Record*. Based on the vast amount of research that has been carried out into the representation of women in the press, this research seeks to contribute to a better understanding of a reality that has been less studied - the sports press.

The basic question guiding this study is: "How are women athletes represented in the sports newspaper *Record*?". To answer this question, the option was a mixed methodological strategy which combines a qualitative approach, centred on reading and critically analyses of the literature on the topic under study, and a quantitative approach, focused on analysing the thematic content of the journalistic pieces published in the newspaper *Record* during the period in which the internship took place.

Analysing the data collected, we can see that: 1) there is a growing presence of news and consequent thematisation of sport played by women in *Record*; 2) in terms of representation, what stands out most is that although women athletes have only been represented on the front page of the newspaper 20 times, this sporadic thematisation has only occurred when they achieved notable achievements, such as qualifying for the Women's World Cup, or whenever interviews considered relevant have been carried out with them; 3) however, this does not mean that the principles of social responsibility associated with the importance of promoting gender equality in the sports press are able to override the criteria of the media market. This choice on the part of media companies, and more specifically on the part of the media organisation under analysis, can be understood by an editorial policy that focuses on hyper-emphasising certain notability criteria (exclusivity, surprise, audiovisual, sharing, follow-up, relevance, novelty, notoriety and proximity) and by opting for certain cheaper and less demanding journalistic genres (news, chronicles, interviews and briefs). The fact that the newspaper has an overwhelmingly male readership and that there is a notable difference in terms of

gender in the composition of its editorial staff may also be a variable to take into account and one that merits further investigation.

Keywords: *Record* newspaper; women athletes; feminist studies of communication and journalism; sport

Agradecimentos

A realização deste Relatório de Estágio é o resultado de mais uma conquista na minha vida, no entanto, a elaboração do mesmo contou com muito esforço e dedicação, não só da minha parte mas também daqueles que me rodearam e me ajudaram. Deste modo, gostaria de agradecer a algumas pessoas pelo apoio que me deram.

Em primeiro lugar, quero agradecer às minhas orientadoras Professora Doutora Filipa Subtil e Professora Doutora Zélia Raposo Santos pela confiança que depositaram em mim desde o início, por todo o tempo disponibilizado, pela ajuda incansável que me deram ao longo de toda esta investigação e pelas ferramentas e referências académicas que me forneceram. Todos estes aspetos foram cruciais para a concretização deste estudo. No panorama dos docentes, quero ainda agradecer à professora/amiga Cíntia Pereira por ter tido a amabilidade e a paciência de ler todo este trabalho e de retificar possíveis erros.

Quero também expressar a minha gratidão para com todas as pessoas com que me cruzei no *Record*, em especial para com o Aurélio de Macedo e o Pedro Filipe Pinto, que desde o primeiro dia se dispuseram a ensinar-me e ajudar-me. Todos os conselhos que me deram permitiram que evoluísse enquanto jornalista.

Aos meus pais, como não podia deixar de ser, um enorme “obrigada” por me proporcionarem a oportunidade de continuar a estudar, por me apoiarem e incentivarem incondicionalmente nos dias menos bons, por não me deixarem desistir quando tudo parecia difícil e, principalmente, por acreditarem que ia conseguir encerrar esta etapa da melhor forma possível. Aos meus avós, em especial à avó Prazeres por ser uma força da natureza e uma inspiração que levo para a vida. Ao Martim por ser um homenzinho de 11 anos que me apoia sempre que preciso e que me encoraja a conquistar tudo o que quero. Obrigada por todas as chamadas em que dizias que ia conseguir e em que terminavas a dizer que me amas, independentemente de tudo. És o melhor irmão do mundo!

Ao meu namorado pela paciência que teve ao aturar os meus ataques de nervos constantes, por não desistir de estar ao meu lado, mesmo quando tinha de enfrentar adversidades maiores do que as minhas, por ter sempre a palavra certa a dizer, por me levantar sempre que parecia que ia cair e por toda a compreensão que demonstrou para comigo ao longo destes dois anos de mestrado. A toda a sua família pelo apoio e pelas muitas conversas que tivemos sobre as preocupações que este estudo me foi trazendo.

Aos meus amigos e colegas da Escola Superior de Comunicação Social, desde os que estiveram comigo na licenciatura aos que embarcaram agora na Pós-Graduação em Jornalismo Desportivo e aos meus colegas de casa. Obrigada por todos os “força, tu consegues. Está quase!”.

A todos os que de uma maneira ou de outra se disponibilizaram para me ajudar e me deram força nos momentos mais difíceis, o meu muito obrigado. Sem vocês, nada disto seria possível.

Índice

Declaração anti-plágio	2
Resumo	3
Abstract	5
Agradecimentos	7
Introdução	11
1º Capítulo – Caracterização do local de Estágio – jornal <i>Record</i>	14
1.1. – A Cofina.....	14
1.2. – A história da criação do jornal <i>Record</i>	16
1.5. – Constituição da redação	25
2º Capítulo – Estágio no jornal <i>Record</i> - Atividades, questões e dificuldades	30
2.1. – Integração e atividades.....	30
2.2. – Os géneros jornalísticos mais praticados durante o estágio.....	33
2.3. – Questões e dificuldades que surgiram	39
3º Capítulo – Origens e desenvolvimento da luta pela igualdade entre homens e mulheres	43
3.1. – As 4 vagas do movimento feminista.....	43
3.1.1. – I vaga do movimento feminista: direito ao voto, à educação e ao trabalho	48
3.1.2. – II vaga do movimento feminista: papéis de género e sexualidade das mulheres	49
3.1.3. – III vaga do movimento feminista: inclusão de questões raciais e minorias nos debates feministas; interseccionalidade	53
3.1.4. – IV vaga do movimento feminista: “ciberfeminismo” e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas com a igualdade.....	56
3.2. – O movimento feminista em Portugal	58
3.3. – Os números da igualdade género na última década.....	67
4º Capítulo – As Mulheres, os <i>Media</i> e o Desporto	69
4.1. – “Não, o desporto não é só para eles!”	69

4.2. – A prática desportiva, em Portugal, a partir das lentes de género	73
4.3. – A participação feminina nas diversas modalidades desportivas	78
4.4. – As questões de género, as Mulheres e os <i>Media</i>	83
4.4.1. – A imagem das atletas femininas no espaço mediático	88
5º Capítulo – A representação das mulheres desportistas no jornal <i>Record</i>.....	95
5.1. – <i>Corpus</i> e período em análise.....	96
5.2. – Análise dos dados e resultados	97
5.2.1. – Análise descritiva da dimensão relativa à peça jornalística	97
5.2.2. – Análise bivariada da dimensão relativa à peça jornalística.....	104
5.2.3. – Análise descritiva da dimensão relativa ao conteúdo discursivo da peça jornalística	109
5.2.4. – Análise bivariada da dimensão relativa ao conteúdo discursivo da peça jornalística	115
5.2.5. – Análise descritiva da dimensão relativa ao conteúdo iconográfico da peça jornalística	117
5.2.6. – Análise bivariada da dimensão relativa ao conteúdo iconográfico da peça jornalística	122
5.3. – Principais ideias a reter	126
Conclusão	127
Referências Bibliográficas	130
Anexos.....	159

Introdução

O presente Relatório de Estágio, submetido no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, resultou da realização do estágio curricular no jornal desportivo português *Record*. Entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2023, tive a oportunidade de, não só viver o dia-a-dia de um jornalista desportivo, mas também perceber a organização e a dinâmica de funcionamento de um jornal.

Esta experiência, além de me proporcionar o primeiro contacto com uma redação e com os seus profissionais, na sua larga maioria homens, ajudou-me a perceber o modo como as mulheres desportistas são representadas na imprensa desportiva nacional, em particular, no *Record*. Durante os três meses de estágio, o espaço dedicado às mulheres desportistas no jornal ficou sempre muito aquém de uma representação equilibrada em termos de género. Esta constatação foi o mote para o exercício investigativo que desenvolvemos. Apesar de nas últimas décadas terem sido realizados diversos estudos, quer sobre a representação das mulheres nos *media* (Delgado *et al.*, 2022; Lobo & Cabecinhas, 2008; Souza, 2014), quer ainda sobre os processos de feminização e integração destas nas redações (Cerqueira, 2008; Martins & Cerqueira, 2018; Subtil, 2000; Subtil, 2009; Subtil & Silveirinha, 2017), a nível nacional, estes interesses de investigação não se estenderam aos jornais desportivos.

Na imprensa desportiva e, no caso concreto do *Record*, este cenário ainda não se verificou. Poucos são os trabalhos sobre a representação das mulheres na imprensa desportiva (Araújo, 2017; Saraiva, 2017; Saraiva *et al.*, 2019). Pesquisas como a de Silveirinha (2012) referem que as mulheres continuaram a ser invisíveis e apenas representadas através dos “papéis de género que a sociedade patriarcal estabeleceu como ideais” (p. 93). Cerqueira e Cabecinhas (2012) também defendem que os *media* continuam “a veicular conteúdos que pouco ou nada contribuem para a integração de uma perspetiva mais equitativa entre homens e mulheres” (p. 114). Em termos de composição da redação por género, esta é composta maioritariamente por homens. Do total de 76 funcionários que integram os quadros do jornal, apenas 13 são mulheres, representando 17,1% do total de funcionários. Além disso, as funções de maior estatuto hierárquico, como a chefia e as chefias intermédias, integram apenas elementos do sexo masculino.

Este exercício investigativo tem assim como objetivo contribuir para colmatar a escassez de estudos nesta área em Portugal. A pergunta de partida que orienta a pesquisa é: “Como

é que as mulheres desportistas são representadas no jornal desportivo *Record*?”. Optou-se por uma estratégia metodológica mista que combina uma abordagem qualitativa, centrada na leitura e análise crítica de literatura sobre o tópico em estudo, e uma abordagem quantitativa, focada na análise do conteúdo temático das peças jornalísticas publicadas no jornal *Record*, no período em que decorreu o estágio. No que respeita à leitura e análise crítica de literatura, esta abrangeu as questões de género; a relação entre as mulheres e a prática desportiva e a representação destas nos *media* desportivos. A análise quantitativa dos conteúdos publicados, que tem como principal característica procurar “fazer uma análise estatística para configurar padrões de modo a comprovar (ou refutar) teorias” (Coutinho & Campos, 2019, p. 86), recaiu sobre as peças jornalísticas do *Record*. Esta opção deveu-se ao facto de este se tratar do órgão de comunicação social português onde foi realizado o estágio. As vantagens que esta abordagem compreende revelam-se fulcrais para a investigação em curso, uma vez que viabilizam a obtenção de dados estruturados, objetivos e precisos, que permitem descrever a realidade em estudo e formular conclusões concretas (Tanaka & Melo, 2001).

Este volume encontra-se dividido em 5 capítulos. O primeiro foca-se na caracterização do local de estágio, retratando o grupo económico – Cofina – ao qual pertence o *Record*; na história do jornal e no estatuto editorial pelo qual se rege; na disposição e caracterização das diversas secções que integram a redação e na constituição desta.

No segundo capítulo, são exploradas a minha integração no jornal enquanto estagiária e as atividades desenvolvidas, a saber: estruturação e produção escrita de notícias, crónicas, entrevistas e breves, e criação de fotos legenda e de fichas de jogo. A descrição destes géneros jornalísticos teve como base os conceitos e as teorias do jornalismo e fundamentou-se na literatura académica existente neste domínio. Além destes tópicos, este capítulo também reflete sobre as questões e as dificuldades que surgiram ao longo desses três meses e apresenta a justificação que esteve na origem da escolha desta investigação.

O terceiro e quarto capítulos enquadram teoricamente o problema científico desta pesquisa. No terceiro procura-se, através de uma intensa revisão de literatura (Costa, 2022; Friedan, 1971; Malinowska, 2020; Sand, 2023; Subtil, 2020; Subtil e Silveirinha, 2017 e Tengarrinha, 1989, 2013), contextualizar e caracterizar as origens dos movimentos feministas, abordando questões da igualdade de género e destacando figuras e movimentos que lutaram por esta causa, a nível internacional e nacional.

No capítulo 4 dá-se especial enfoque à história da participação das mulheres no desporto, não só a nível internacional como também a nível nacional, referindo dados que mostram a evolução do processo de integração das mesmas nas diversas modalidades desportivas (Drumond, 2013; Ferreira, 2004; Graça, 2004; Oliveira, 2006; Rubio & Simões, 1999) e à imagem das atletas femininas no espaço mediático (Delgado *et al.*, 2022; Lobo & Cabecinhas, 2008; Pêgo, 2016; Souza, 2014; Tuchman, 2009).

Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados da análise do conteúdo das peças jornalísticas. Começa por se apresentar o objetivo, a pergunta de partida que orienta a investigação, o *corpus*, o período em análise e a grelha que serviu de base para classificar as diversas dimensões e variáveis que foram tidas em consideração na análise temática dos conteúdos. De seguida, são apresentados e interpretados os resultados da análise descritiva do conteúdo geral, discursivo e iconográfico das 516 peças jornalísticas recolhidas.

1º Capítulo – Caracterização do local de Estágio – jornal *Record*

O presente capítulo oferece uma breve caracterização do local de estágio, partindo do grupo económico em que insere atualmente – *Cofina* – mas não descurando a apresentação sumária das origens e história do *Record*. Prossegue, revelando qual o seu estatuto editorial e como ele se materializa numa missão e valores. Por último, dá-se particular destaque às diversas secções que integram a redação, bem como aos profissionais que lá trabalham, dando ênfase às ainda profundas desigualdades de género, tópico fundamental da nossa investigação.

1.1. – A Cofina

O jornal desportivo *Record*, onde realizei o estágio curricular, é propriedade da *Cofina*, um grupo empresarial ligado ao setor dos *media*, fundado em 1990. Até 2005, os negócios da *Cofina* estiveram relacionados com os *media*, pasta de papel, aço, vidro, entre outros. A partir desse ano, depois de ter sido realizado o *spin off* das participações que não englobavam o setor dos *media*, a *Cofina* ficou exclusivamente com os ativos relacionados com a imprensa. A relação do *Record* com a *Cofina* tinha começado em 1999. Nesse ano, foi criada uma parceria (Investimentos, Media e Conteúdos), através de uma incursão com o Banco Português de Investimento (BPI), que levou à aquisição da *Investec* – a *holding* de *media* que detinha na altura o jornal desportivo (Araújo, 2017).

No perfil empresarial, disponível na página oficial da empresa, a *Cofina* define como estratégia de desenvolvimento do grupo a aposta “no crescimento orgânico e no lançamento de novos produtos de *media*, em todos os segmentos, quer por via de aquisições, quer através de novos lançamentos”¹, desígnio que tem vindo a ser concretizado ao longo do tempo, tal como mostram os seguintes dados cronológicos²:

¹ “Acerca da Cofina”, informação disponível em: <http://www.cofina.pt>

² “Historial”, informação disponível em: <http://www.cofina.pt>

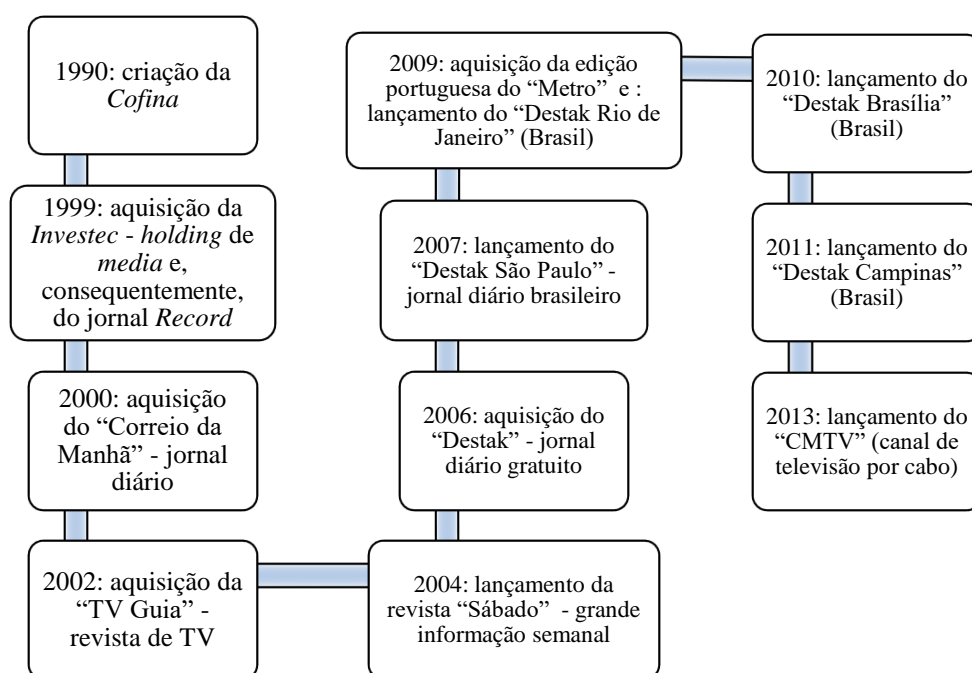


Figura 1: Principais destaques do historial da *Cofina*

Atualmente, a empresa, por intermédio da *Cofina Media* (sua subsidiária), detém: o *Correio da Manhã* (jornal diário generalista), o *Record* (jornal diário desportivo), o *Negócios* (jornal económico), o *Destak* (jornal gratuito), a *Sábado* (revista semanal generalista), a *TV Guia* (revista semanal de televisão) e o *Correio da Manhã TV* [CMTV] (canal de televisão distribuído em todas as plataformas de cabo). Possui ainda, em formato digital, a *Máxima* e a *Flash*³.

Este grupo empresarial ambiciona ser líder de mercado de *media*, em Portugal, sendo que para tal tem “desenvolvido uma estratégia de desenvolvimento assente no reforço da sua posição competitiva e na criação de valor para todos os accionistas [*sic*]”⁴. Não obstante, assume-se como líder no segmento de imprensa, em Portugal, e como a terceira maior empresa no setor dos *media*, cotada na Bolsa de Lisboa, como se pode ler no *site* oficial da empresa.

³ Informação retirada da pág. 6 do “Relatório e Contas - 1º Semestre 2022”, disponível em: <http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2022rep/COFINA1H2022PT.pdf>

⁴ “Acerca da Cofina”, informação disponível em: <http://www.cofina.pt>

1.2. – A história da criação do jornal *Record*

A criação do *Record* deveu-se à iniciativa de Manuel Dias. O célebre maratonista português representou o Sporting Clube de Portugal até 1931, mas foi ao serviço do rival, Sport Lisboa e Benfica que ganhou notoriedade. Em 1936, participou nos Jogos Olímpicos de Berlim e na Maratona da Coroação, em Londres, prova na qual viria a conquistar o segundo lugar do pódio no ano seguinte. Enquanto atleta, foi 25 vezes campeão nacional (seis na maratona e oito na prova de corta-mato), entre 1926 e 1941⁵.

Para além de maratonista, Manuel Dias foi também ardina⁶, uma profissão que hoje está praticamente extinta. Decorria o ano de 1949, quando Manuel Dias venceu um prémio da Lotaria Nacional, ganhando a quantia de 40 contos (sensivelmente 200 euros, em valores atuais). À época, esse valor era avultado. Foi nessa sequência que teve a ideia de fundar um jornal desportivo, em conjunto com José Monteiro Poças, jornalista do jornal *A Bola*, e com Fernando Ferreira, professor de Educação Física e antigo colega de equipa de Manuel Dias no atletismo do SL Benfica, que viria a ser o primeiro diretor do jornal.

A 26 de novembro de 1949 saiu para as bancas a primeira edição do jornal semanário *Record* (Anexo 1). Foram impressos 15 mil exemplares, com oito páginas cada (formato 42x29). O preço de capa era um escudo. Cobria o intitulado “desporto-rei” – futebol – como também outras modalidades desportivas menos populares como são os casos do basquetebol, voleibol, atletismo e automobilismo. Depois de o *Record* ter conquistado o público leitor, passado seis meses desde a primeira publicação, duplicou o número de páginas por edição. Até chegar à publicação diária (1 de março de 1995), foi semanal, publicado aos sábados. A partir de 3 de fevereiro de 1953, passou a sair às terças e aos sábados; e, desde 18 de abril de 1972, tendo como diretor Artur Agostinho, às quartas, quintas e sábados.

No final de 1973, a maioria da imprensa, incluindo a desportiva, sofreu com o aumento do preço do papel. O valor aumentou mais de 50 por cento, tendo consequências no preço dos jornais. Estas circunstâncias levaram o *Record* a reduzir o número de páginas para 12, a partir de 27 de dezembro desse ano. Em março de 1974, um dos fundadores do jornal vendeu a sua quota à Sociedade Industrial de Imprensa, que inicialmente detinha 60% do

⁵Informação retirada de “100 anos: Manuel Dias”, disponível em: <https://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-bwin/benfica/detalhe/100-anos-manuel-dias>

⁶ Ardina é um vendedor de jornais de rua, que capta a atenção dos possíveis clientes, através do pregão. Informação disponível em: <https://ncultura.pt/profissoes-de-antigamente-os-ardinas/>

mesmo. Um ano depois, esta empresa foi nacionalizada e conseqüentemente o jornal. Nesse mesmo ano, mais concretamente a 28 de setembro, o “*Record* viu a sua edição (...) ser proibida pelo Ministério da Comunicação Social” (Morais, 2014, p.26) e, no mês seguinte, a Sociedade Industrial de Imprensa decidiu afastar Artur Agostinho do cargo de diretor e substituí-lo por Rodrigo Pinto.

Ao longo dos seus 63 anos de publicação, *Record*, em cuja empresa o extinto *Diário Popular* adquirira uma posição acionista, teve um percurso complicado, passou por diversas crises e, até ser privatizado, em 1989, esteve por mais de uma vez para desaparecer, em particular na sequência do período revolucionário que se seguiu a 25 de Abril de 1974 (Record, 2010, par. 5).

A 26 de novembro de 1974 é comemorado o 25º aniversário desta publicação. A edição desse dia apresentou uma mudança significativa no logótipo e sofreu um aumento do preço da capa, passando a custar 3\$50. A composição do jornal passou a ser feita em *offset* e foi introduzido um “Suplemento”, composto por 16 páginas, que abordava, não só temas sobre o desporto, apesar de esta ser a área de maior aposta, mas também assuntos da sociedade que justificassem destaque.

No ano seguinte, Monteiro Poças assumiu a função de diretor do jornal mas, devido ao elevado passivo financeiro, o jornal interrompeu a publicação entre 25 de novembro e 12 de dezembro. Com a continuação da crise, o jornal voltou a utilizar o logótipo anterior⁷, que se manteve até ao final dos anos 90, e alterou os dias de edição. A quinta-feira e o sábado deram lugar à sexta-feira e ao domingo, sendo que a edição de terça-feira se manteve. Esta medida teve como objetivo evitar a concorrência direta com o outro jornal desportivo – *A Bola*.

Na década de 80 do século passado, o panorama alterou-se. O jornal, não só conseguiu alcançar a estabilidade financeira, como também aumentou as vendas: “com um preço de 10\$00, as vendas do *Record* começaram a crescer de forma gradual a partir de 1980, ultrapassando, pela primeira vez, em agosto desse ano, a barreira dos 50 mil exemplares de tiragem” (Morais, 2014, p. 27). Segundo os resultados do primeiro estudo de audiência do jornal, publicados a 7 de junho de 1981, o *Record* tinha dois milhões de leitores por mês, ficando assim apenas atrás do jornal *A Bola*, que era o periódico desportivo mais lido. Em 1984, com resultados financeiros favoráveis, foram

⁷ São desconhecidas as razões que levaram a esta decisão.

criadas duas novas delegações, em Coimbra e no Porto, sendo também nesse ano que o jornal chegou aos 70 mil exemplares de tiragem.

Em 1989, já com Rui Cartaxana na direção do jornal, aquando do quadragésimo aniversário, o jornal foi alvo de mais uma reestruturação. O *Record* deixou de ser nacionalizado e foi adquirido por um proprietário privado, que tinha como objetivo liderar a imprensa desportiva, “imprimindo um estilo menos sóbrio” do que o jornal *A Bola*, que contava com grandes manchetes e que divulgava “os grandes (e pequenos) “casos” do futebol com a maior rapidez e impacto possível: um estilo popular, que os críticos apelam de sensacionalista, mas de que todos os concorrentes se aproximaram” (Murta, 1997, p. 20), ao mesmo tempo que era introduzida a cor na capa. A compra do jornal ao Estado foi uma estratégia de aumento da presença do mesmo na imprensa (Murta, 1997), sendo que, nesse ano, foram batidos “todos os recordes, com cerca de 140.000 exemplares de tiragens durante o mês de agosto e uma tiragem média que se cifra em 114.318 exemplares por edição” (Pinheiro, 2009, p. 526).

Ao longo da década de 90, com o contínuo crescimento das vendas, o jornal passou a adotar a cor na primeira página e, a partir de 19 de agosto de 1991, começou a ser publicado também à segunda-feira. Para além dessa alteração a nível da periodicidade, no verão de 1992, adotou o formato de tabloide (40x28) e as edições de domingo elevaram o número de páginas para 40. Em 1995, mais concretamente a 2 de fevereiro, começou a ser distribuído cinco vezes por semana⁸, até que, a partir de 1 de março, a publicação passou a ser diária. Esta alteração ocorreu devido à aquisição, nesse ano, do periódico por parte da *Edisport* (sociedade de publicações).

O ano de 1999 também merece ser destacado por vários motivos. Para além de Rui Cartaxana ter sido substituído por João Marcelino, o grupo *Cofina* obteve a *Edisport*, através de uma *holding* de *media*, e, conseqüentemente, o jornal *Record*, tal como já foi referido. A 20 de abril, o jornal criou o seu *website* – www.record.pt⁹ –, tendo como objetivo apostar na inovação e em novas plataformas que permitissem a comunicação com os leitores. Nesse mesmo ano, a 24 de novembro, o jornal foi condecorado com o

⁸ Só não era distribuído às quartas-feiras e aos sábados.

⁹ Tal como se afirma no artigo intitulado “*Record – A história*” (2010), o jornal superou as 30 milhões de visitas no universo *online*, em agosto de 2015. Informação disponível em: https://www.record.pt/historia-record/detalhe/20151221_1438_record--a-historia

título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique¹⁰, distinção atribuída pelo, à época, Presidente da República, Jorge Sampaio, devido ao facto de o *Record* ser um “ importante veículo de promoção do desporto nacional e de ligação entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo” (Record, 2010, par. 12).

Em 2001, José M. Delgado substituiu João Marcelino, mantendo-se em funções até 2003. Já com Alexandre Pais (2003-2013) a assumir o cargo de diretor, o jornal acumulou mais distinções. Foi considerado pelos profissionais de *media* a Melhor Publicação Desportiva nacional, vencendo o *Prémio Meios & Publicidade*, por vários anos (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012); em 2006 conquistou o galardão de melhor publicação, atribuído pela CNID (Associação dos Jornalistas de Desporto); em 2008 arrecadou o prémio *Special Olympics* e, em 2010 foi-lhe outorgado pela ACEPI (Associação de Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa) o *Prémio Navegantes XXI*, tendo sido destacado como o Melhor *Site* de Media Desportiva¹¹.

Para além dos diretores anteriormente mencionados, assumiram essa função João Querido Manha (2013-2014) e António Magalhães (2014-2019)¹², tendo este último assistido, novamente, à atribuição do prémio de “melhor título desportivo em Portugal”, em 2016, “naquela que foi a sua 14.ª conquista, em outras tantas edições dos prémios “Meios & Publicidade” (Araújo, 2017, p. 8). Atualmente, o diretor do *Record* é Bernardo Ribeiro, que assumiu o cargo em 2019.

A redação principal do jornal está sediada, desde 2012, no edifício da *Cofina* - Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023, em Lisboa. Não obstante, também mantém a redação do Porto, sendo que esta se localiza na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 80, 1.º piso - 4100-320. A impressão do diário desportivo é feita pela *EGF-Empresa Gráfica Funchalense*, em Lisboa, e pela *Unipress*, no Porto⁷.

¹⁰ “A Ordem do Infante D. Henrique destina-se a distinguir quem houver prestado serviços relevantes a Portugal, no País e no estrangeiro, assim como serviços na expansão da cultura portuguesa ou para conhecimento de Portugal, da sua História e dos seus valores. O Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique é o mais alto grau da Ordem e é concedido pelo Presidente da República a Chefes de Estado estrangeiros (...), a antigos Chefes de Estado e a pessoas cujos feitos, de natureza extraordinária e especial relevância para Portugal, os tornem merecedores dessa distinção”. Informação disponível em: <https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=186>

¹¹ Informação retirada de “*Record* – A história”, disponível em: https://www.record.pt/historia-record/detalhe/20151221_1438_record--a-historia

¹² Informação retirada de “Ficha técnica”, disponível em: <https://www.record.pt/ficha-tecnica/detalhe/20151126-1605-ficha-tecnica>

No que diz respeito à circulação paga do jornal *Record*, segundo os dados recolhidos pelo OberCom – Observatório da Comunicação¹³ –, podemos constatar que, entre 2013 e 2021, o *Record* foi o jornal desportivo que apresentou maior número de tiragens (Tabela 1), apesar de se assistir a um decréscimo da circulação paga ao longo desse período, visto que, em 2013 o número de tiragens era de 50 200 e em 2021 de 18 249 – menos 31 951. Contudo, a diferença de circulação em relação ao diário *O Jogo* é notória. O *Record* apresentou mais do dobro das tiragens de *O Jogo* em todos os anos, exceto 2018. Quanto ao outro jornal desportivo que circula em Portugal, *A Bola*, não é possível estabelecer uma comparação, visto que este não divulga informação relativa a tiragens, circulação paga ou circulação total. Nos meses em que realizei o estágio curricular, a tiragem média mensal do *Record* foi a seguinte: fevereiro – 29 436; março – 28 789 e abril – 30 255.

Tabela 1: Evolução da circulação paga, por edição, no segmento dos diários desportivos, entre 2013 e 2021

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Record</i>	50 200	45 895	43 477	39 209	33 834	30 600	29 064	18 423	18 249
<i>O Jogo</i>	21482	20 248	18 497	17 426	16 024	15 457	14 131	8 876	8 032
Diferença	28 718	25 647	24 980	21 783	17 810	15 143	14 933	9 547	10 217

Fonte: APCT. Edição: OberCom – Observatório da Comunicação

1.3. – Estatuto Editorial do Record – missão e valores

Freire (2008) afirma que a missão de uma instituição “consiste numa declaração escrita que traduz os ideais e orientações globais da empresa” (p. 171). Esta ideia é corroborada por Costa (2016), quando refere que a elaboração do Estatuto Editorial contribui para que a “empresa cresça e alcance os objetivos estabelecidos”, uma vez que, “a essência de uma instituição assenta naquilo a que se propõe” (p. 7).

Secundando estes princípios, no Estatuto Editorial do jornal *Record* estão, então, definidos, não só a orientação que o jornal segue, mas também os objetivos a que se propõe, conforme é requerido no n.º 1 do artigo 17º da Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro (Lei

¹³Informação consultada em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2022/07/Anua%CC%81rio_2021_final-1.pdf

https://obercom.pt/wp-content/uploads/2022/07/Anua%CC%81rio_2021_final-1.pdf

de Imprensa) – “As publicações periódicas informativas devem adoptar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e os seus objectivos e inclua o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa fé dos leitores *[sic]*”¹⁴.

No *site* do jornal, lê-se que o *Record* é “um órgão de informação de referência, especializado em Desporto mas também generalista e pluralista, que respeita os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação, de acordo com a Constituição da República Portuguesa” (Record, 2008, par. 1). Afirma ser independente de clubes, partidos, associações ou até mesmo crenças religiosas, sendo que se rege por critérios jornalísticos, como por exemplo: a isenção, a ética, a veracidade da informação e o rigor, sem nunca colocar em causa o ser humano e a variedade de opiniões. Além disso, segundo a informação disponível no *site*, também é possível ler que o *Record* norteia a sua missão, tendo como referências o Estatuto do Jornalista, a Lei de Imprensa e as orientações definidas pela Direção do próprio jornal.

O *Record* propõe-se a fazer uma clara distinção entre os géneros jornalísticos (notícias e artigos de opinião), reforçando também que “aborda os acontecimentos exclusivamente pelo seu valor jornalístico” (Record, 2008, par. 3). No final do Estatuto Editorial do jornal, a direção compromete-se a cumprir a verdade desportiva e o *fair-play*, elaborando e apoiando iniciativas e movimentos que contribuam para que tal aconteça.

1.4. – Disposição e caracterização das diversas secções que integram a redação do Record

A redação do jornal desportivo Record localiza-se no lado direito do segundo andar do prédio da Cofina. Durante o período do estágio curricular, a redação era composta por cerca de 76 pessoas que exerciam múltiplas e distintas funções, nas diversas secções que constituem o jornal: Online, secretaria, Chefia, gabinete do diretor, diretores adjuntos, Redação Principal, Fecho, secretária de direção, gráficos, Modalidades, Futebol Internacional, Multimédia, Futebol Nacional, Benfica, Sporting, fotografia, revisores de texto, infografia, gráficos e Jogo da Vida e Fora de Campo. Estas secções estavam distribuídas da seguinte forma (ver Figura 2):

¹⁴Informação disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1999/01/010a00/02010208.pdf>

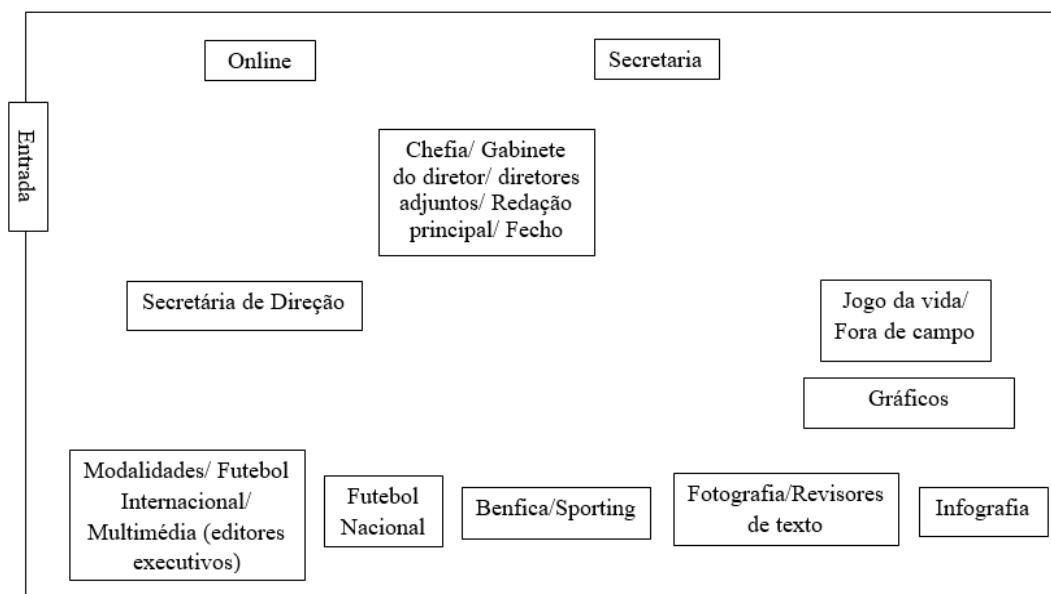


Figura 2: Disposição da redação do jornal *Record*

À esquerda da entrada da redação encontram-se a secção Online e a secretaria. A primeira é responsável pela atualização frequente do *site*, que conta com a publicação de notícias de última hora ou de reportagens que podem ou não constar no jornal impresso, o acompanhamento ao minuto de jogos em direto e a criação de fóruns onde os leitores podem fazer perguntas aos redatores sobre temas específicos. Também é este departamento que, com a colaboração dos jornalistas do jornal, transmite no *site* o programa desportivo “Manhã *Record*”. Neste programa, os jornalistas apresentam os destaques noticiosos do jornal do dia. A secretaria está encarregue de agendar as deslocações que os jornalistas precisam de fazer para cobrir determinados eventos – como, por exemplo, jogos de futebol e conferências de imprensa –; de fornecer as respetivas creditações; de disponibilizar transporte para que a deslocação até aos locais seja possível e de resolver todas as questões burocráticas e logísticas que tal implique. No final do dia, é esta secção que envia o planeamento da agenda do dia seguinte, onde constam os serviços para os quais cada jornalista está destacado, como se pode ver na Figura 3.

18 de março de 2023 Continua

11:00 - 11:00

* REC: "Os Tesouros do Desporto do Barreiro" -- Lisboa
SERVIÇO: Palestra "Os Tesouros do Desporto do Barreiro"
LOCAL: Gare Marítima de Alcântara
JORNALISTA: Inês Cunha - 969 634 569
FOTO: Duarte Roriz (vai direto) - 966 196 671 / 910 595 844
TRANSPORTE: TÁXI RECORD (103033/034)
HORA SAÍDA: 10h00
DURAÇÃO: 2h00
PEDIDO POR: PP / LPS
OBSERVAÇÕES:
11h00/13h00 | Palestra "Os Tesouros do Desporto do Barreiro"
Moderador: Ricardo Tavares | Jornalista
Convidado: Carlos Manuel | Futebol
Convidado: José Augusto | Futebol
Convidado: Manuel Fernandes | Futebol
Convidado: Nuno Belchior | Futebol de praia
Convidado: Miguel Minhava | Basquetebol
Convidado: Carlos Boia | Remo
Convidado: Sérgio Rocha | Xadrez

Figura 3: Exemplo de agendamento de um serviço de um jornalista do *Record*

No centro da redação estão os jornalistas que exercem cargos de maior responsabilidade e a secretária de direção. A Chefia, que tem o poder de decisão, encontra-se logo abaixo do diretor (Bernardo Ribeiro) e é composta pelo diretor adjunto (Sérgio Krithinas), pelo subdiretor (Vítor Pinto), pelo chefe de redação (Luís Pedro Sousa) e pelo chefe de redação adjunto (Luís Avelãs). Os jornalistas que ocupam estes cargos não redigem notícias, apenas escrevem artigos de opinião e a coluna intitulada "Saída de Campo", localizada na última página do jornal. A secretária de direção estabelece a ligação entre todos estes elementos e soluciona os problemas administrativos que possam ocorrer. Na zona central da redação estão a Redação Principal, na qual se encontra o redator principal do jornal – Rui Dias –, que tem como tarefas redigir crónicas dos jogos mais importantes e artigos de opinião, e a secção Fecho, que, para além de escrever as últimas três páginas do jornal, está encarregue de o ler na íntegra e de verificar se os conteúdos redigidos estão corretos, antes de os encaminhar para a gráfica. Nesta secção está inserido o segmento "A Fechar" (penúltima página), onde são apresentados diversos conteúdos das várias editorias do jornal.

No corredor do lado direito da redação estão as restantes secções. Os jornalistas de Modalidades que, como o próprio nome indica, tratam das notícias e reportagens de outros desportos, para além do futebol, como por exemplo: atletismo, ténis de mesa, andebol, basquetebol, voleibol e ciclismo. O Futebol Internacional noticia, não só os principais campeonatos internacionais (França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, Arábia

Saudita, entre outros), mas também os jogadores e treinadores portugueses que trabalham fora do país. O espaço Multimédia, onde estão os editores executivos - João Seixas, David Novo, Filipe Alexandre Dias e José Angélico, responsáveis pelos vídeos publicados no *site* e nas redes sociais do jornal. Todas estas secções trabalham na mesma secretária.

De seguida, está a secção Futebol Nacional (sul) que colabora com a redação situada no Porto (Futebol Nacional (norte)), dividindo as competições nacionais de 1ª e 2ª Liga, conforme os clubes das várias regiões. Assim sendo, a secção sul está encarregue dos clubes dessas competições que se situam entre Coimbra e o sul do país (Estrela da Amadora, Estoril, Belenenses, por exemplo), dos Açores e da Madeira. A secção norte trata dos clubes situados a norte do país, tais como o Famalicão, Moreirense e Leixões. Para além disso, dá maior destaque ao Futebol Clube do Porto. As competições distritais, o Campeonato de Portugal, os escalões de formação, o futebol feminino, o futsal e o futebol de praia estão a cargo da secção Futebol Nacional (sul). Importa ainda referir que estas duas secções contam com a colaboração de vários correspondentes¹⁵, oriundos de vários pontos do país, que, para além de escreverem artigos e crónicas, também realizam entrevistas a jogadores, presidentes de clubes, entre outros, de diversos escalões portugueses das modalidades retratadas nas secções. Os jornalistas destas editorias têm a tarefa de ajustar a linguagem dos conteúdos enviados pelos correspondentes ao estilo que o jornal tem predefinido.

Prosseguindo nesse corredor, surge a secção Benfica/Sporting que é responsável pela capa do jornal e pelas páginas iniciais do mesmo. Apesar de trabalharem juntos, na mesma secretária, os jornalistas desta editoria retratam separadamente cada um dos clubes. Em média, por dia, são atribuídas cerca de cinco páginas para cada clube, sendo que, no dia anterior aos jogos e no dia seguinte, os jornalistas desta secção dispõem de mais páginas, visto que têm de realizar as antevisões e escrever as crónicas e os destaques dos jogos e fazer as análises aos mesmos. Importa realçar que, na versão sul do jornal, estes clubes

¹⁵ A definição de “correspondente” não é consensual, no entanto, este pode ser caracterizado como um perfil híbrido do jornalista. Os órgãos de comunicação social podem ter acordos com correspondentes locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais. Segundo a *Union Des Correspondants De Presse* (2020), os correspondentes são enviados para cobrir acontecimentos, tais como espetáculos, eventos, ou acidentes e a sua principal função é o trabalho de campo, já que as redações são cada vez mais compostas por jornalistas que não saem desse espaço – “jornalismo de secretária” (Soares, 2012). No caso do *Record*, não foi possível obter informações relativamente ao número exato de correspondentes.

têm um número de páginas semelhantes às que o Futebol Clube do Porto tem, na versão norte.

No final, do lado direito, da redação situam-se a fotografia e os revisores de texto e a infografia. Os fotógrafos vão fotografar jogos e eventos, selecionam as melhores fotografias e editam-nas para, posteriormente, serem utilizadas no jornal impresso e no *site*. Os revisores de texto têm de ler e corrigir definitivamente tudo aquilo que foi escrito pelos jornalistas e editores. Caso haja erros de informação e não de construção frásica, entram em contacto com os autores das peças para esclarecer e resolver as incorreções. A infografia é o departamento que, através dos dados fornecidos pelos jornalistas, elabora os infográficos e as tabelas mais adequadas para acompanhar as peças jornalísticas.

Para terminar, a redação conta ainda com os gráficos, que tratam do *layout* do jornal, isto é, ajustam os títulos, as peças e as cores das páginas, e com a secção Jogo da Vida/Fora de Campo. No Fora de Campo podemos encontrar a grelha de programação de canais generalistas/informação e desportivos e conteúdos (extra desporto) relacionados com as diversas áreas da sociedade, como por exemplo economia, educação e negócios. Quanto ao Jogo da Vida, este segmento retrata aspetos triviais e do dia-a-dia da vida dos atletas, bem como dos seus familiares.

1.5. – Constituição da redação

O *Record* conta com duas redações localizadas no Porto e em Lisboa. Na redação da capital situa-se a direção do jornal e é onde está reunida a maior parte dos funcionários. Se analisarmos a constituição da redação, em termos de género, observa-se que, apesar de esta não ser apenas constituída por homens, estes estão em larga maioria, quando comparados com as mulheres. Do total de 76 funcionários que integram os quadros do *Record*¹⁶, apenas 13 são mulheres. Este número indica que só 17,1% do total são elementos do sexo feminino, contra os restantes 82,9% do sexo masculino, tal como mostra a Tabela 2. Ao contrário das redações de publicações generalistas, onde, desde os anos 80 e até ao início do nosso milénio se assistiu a um processo de feminização continuado (Cerqueira, 2008; Subtil, 2000; Subtil, 2009; Subtil & Silveirinha, 2017), na

¹⁶ Dados fornecidos pelos Recursos Humanos da Cofina, no dia 15/3/2023

imprensa desportiva e, neste caso em concreto, tal ainda não se verificou, sendo a redação composta maioritariamente por homens.

Examinando-a ao pormenor, percebemos que, tal como já foi referido, a Chefia, composta pelos jornalistas de maior estatuto hierárquico (Sérgio Krithinas, Vítor Pinto, Luís Pedro Sousa e Luís Avelãs), integra apenas elementos do sexo masculino, o que corrobora as leituras de Cerqueira (2008) e Subtil (2000) – as mulheres continuam a estar longe da maioria dos cargos de chefia. Para além de os cargos de maior poder serem ocupados exclusivamente por homens, também as chefias intermédias são garantidas por estes, tais como: os editores executivos – João Seixas, David Novo, Filipe Alexandre Dias e José Angélico –; Multimédia; tratamento de imagem; realização, Bolsa e as secções a Redação Principal – que fica a cargo do redator Rui Dias –; Liga/Futebol Nacional (Norte); Futebol Internacional; Sporting e fotografia.

A secretaria de redação, posição de subalternidade, conta com um elemento do sexo feminino (Teresa Nunes), que desempenha a função de secretária de direção, assim como as secções Liga/Futebol Nacional (Sul), Benfica e a paginação do jornal. O departamento das Modalidades merece especial destaque, visto que, a única mulher (Ana Paula Marques) que está inserida neste desempenha em simultâneo a função de editora. A contrariar esta tendência, temos duas secções inteiramente compostas por mulheres: as documentalistas e a infografia. Importa realçar que estas são as que mais se afastam das temáticas do desporto. O *Record* Online, também tem três elementos do sexo feminino. É relevante mencionar o facto de que, no universo de 76 funcionários do *Record*, 53 têm carteira profissional de jornalista, ou seja, fazem do jornalismo a sua atividade principal, permanente e remunerada.¹⁷

¹⁷ Informação disponível em: <https://www.ccpj.pt/pt/emissao-renovacao-e-suspensao-de-titulo-profissional/carteira-profissional-de-jornalista/>

Tabela 2: Distribuição de funcionários do *Record* por função e sexo

Função no jornal	Sexo										Total de funcionários
	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	
Chefia Redação	M	M	M	M							4
Redação Principal	M										1
Secretaria Redação	F	M	M	M							4
Editores Executivos	M	M	M	M							4
Multimédia	M										1
Modalidades	F	M	M								3
Liga/Futebol Nacional (Norte)	M	M	M	M	M	M	M	M	M		8
Liga/Futebol Nacional (Sul)	F	M	M	M	M	M	M	M	M		8
Futebol Internacional	M	M	M								3
Record Online	F	F	F	M	M	M	M	M	M	M	9
Benfica	F	M	M	M	M						5
Sporting	M	M	M	M	M						5
Paginação do Jornal	F	M	M	M	M	M	M				7
Documentalistas	F	F	F								3
Fotografia	M	M	M	M							4
Infografia	F	F									2
Tratamento Imagem	M										1
Realização	M										1
Bolsa	M	M	M								3

Legenda da tabela: F – Sexo Feminino; M – Sexo Masculino

(A negrito estão identificados os funcionários que têm carteira profissional de jornalista)

Na ausência de dados relativos aos/as jornalistas da redação¹⁸, analisamos de seguida os níveis de habilitação académica de todos os funcionários do *Record*¹⁹ (Tabela 3). É possível observar que das habilitações que os funcionários do *Record* têm, a que mais sobressai é a “Licenciatura”, com 48, seguindo-se o “Ensino Secundário”, com 23. Uma observação mais detalhada revela que apenas 5 pessoas detêm um “Bacharelato” (1 do sexo feminino e 4 do sexo masculino). No que respeita ao “Ensino Secundário”, das 13 mulheres que integram a redação do *Record*, apenas uma tem esta habilitação. Já nos 63 homens, a mesma conta com 22 funcionários. A “Licenciatura” contém 11 elementos do sexo feminino e 37 do masculino. Depreende-se daqui que a esmagadora maioria das mulheres tem formação superior e que, no caso dos elementos do sexo masculino, a distribuição das habilitações académicas é mais equilibrada. Os homens não precisam de ter um nível de escolaridade tão elevado como as mulheres, para desempenharem funções

¹⁸ Não conseguimos aceder em tempo útil às habilitações dos/as jornalistas. Apenas nos foram facultadas informações relativas a todos os funcionários do jornal.

¹⁹ Dados fornecidos pelos Recursos Humanos da Cofina, no dia 15/3/2023

nesta área. As mulheres para terem oportunidade de exercer esta atividade têm de investir na sua formação académica.

Tabela 3: Habilitações dos funcionários do *Record* em número absoluto, por sexo

Habilitações	Feminino	Masculino	Total
Ensino Secundário	1	22	23
Bacharelato	1	4	5
Licenciatura	11	37	48
Total	13	63	76

Através da análise do Gráfico 1, podemos perceber melhor que as mulheres tendem a ter mais habilitações do que os homens, visto que, quer a nível de “Licenciatura”, quer a nível do “Bacharelato” as percentagens do sexo feminino são mais elevadas. No caso da primeira, o sexo feminino apresenta uma percentagem de 84,6 e o masculino de 58,7. No que ao “Bacharelato” diz respeito, as mulheres também se destacam (7,7%), quando comparadas com os homens (6,4%), ainda que a diferença seja pequena (1,3%). Por fim, no “Ensino Secundário” é o sexo masculino que mais se destaca, com 34,9% contra os 7,7% do sexo feminino. Estes dados que os funcionários do *Record* apresentam são um exemplo daquilo que se tem vindo a constatar ao longo dos últimos anos, em Portugal. Subtil (2000) defende que as mulheres têm apostado mais na formação superior do que os homens. “Em 1960, as universitárias constituíam uma pequena minoria, representando apenas 29,5% dos estudantes” (p. 2), no entanto a partir dessa data, os valores aumentaram, tendo atingido os 60% à data do artigo *As mulheres jornalistas*.

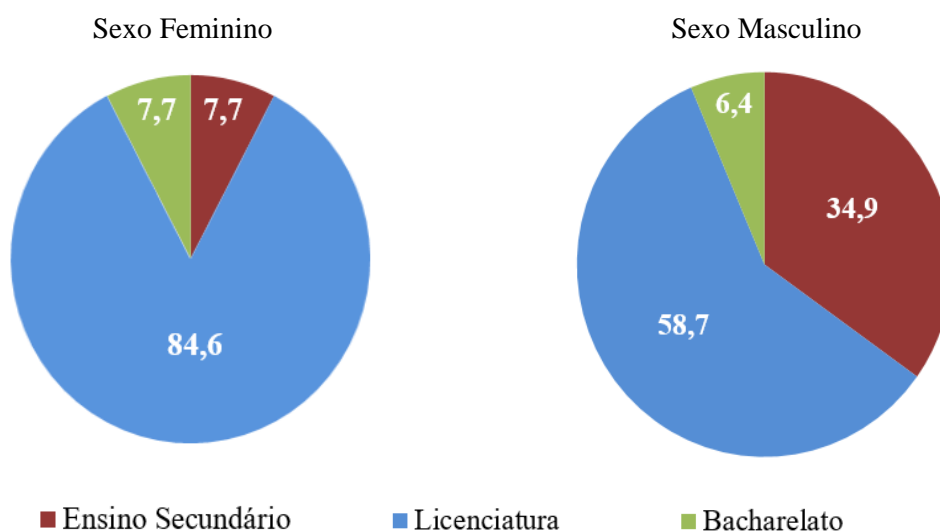


Gráfico 1: Habilitações dos funcionários do *Record* em %, por sexo

A Tabela 4 é reveladora que esse crescimento se continua a verificar no nosso país. Desde 2018 até 2022, o número de alunos do sexo feminino matriculados no Ensino Superior foi sempre mais elevado do que o do sexo masculino.

Tabela 4: Número de alunos matriculados no Ensino Superior, em milhares, por sexo, entre 2018 e 2022

Ano	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
2018	200 518	172 235	372 753
2019	208 587	176 660	385 247
2020	214 731	182 178	396 909
2021	220 851	191 144	411 995
2022	233 747	199 470	433 217

Fonte: PORDATA, consultado a 19/3/2023

2º Capítulo – Estágio no jornal *Record* - Atividades, questões e dificuldades

Este capítulo procura descrever e refletir criticamente sobre as práticas jornalísticas desenvolvidas ao longo do período de estágio – 1 de fevereiro a 30 de abril de 2023. Procurou-se, sempre que possível, interpretar a realidade vivida na redação à luz das aprendizagens realizadas ao longo do meu percurso académico na área de estudos do jornalismo. Convoco conceitos e teorias do jornalismo que me parecem ajustadas para desenvolver uma postura crítica face à prática jornalística atual.

2.1. – Integração e atividades

O estágio curricular no jornal *Record* teve início no dia 1 de fevereiro de 2023 e terminou no dia 30 de abril do mesmo ano. Ao longo dos três meses, trabalhei na redação entre as 15 e as 23 horas e produzi peças para as secções Futebol Nacional (sul), onde comecei a trabalhar, e para o Online. No entanto, apesar de só ter começado a desempenhar a função de jornalista estagiária no mês de fevereiro, já tinha contactado com a redação a 2 de novembro de 2022, quando fui chamada para a entrevista de admissão ao estágio.

Na entrevista estiveram presentes Ângela Anselmo, responsável dos Recursos Humanos da Cofina e Filipe Alexandre Dias, editor executivo e jornalista do *Record*. Depois de ter respondido a um conjunto de questões relativas ao meu currículo e experiência académica, foi-me pedido que, durante 30 minutos, respondesse a um teste de conhecimentos, por escrito, que continha perguntas de cultura geral e relacionadas com o desporto nacional (futebol e modalidades) e internacional. Este teste, segundo Filipe Alexandre Dias, tinha como objetivo perceber em que secção do jornal poderia ser integrada. No dia 17 de novembro de 2022, recebi um email com a confirmação de que tinha sido aceite para estagiar e com a data prevista para o início do mesmo – 1 de fevereiro de 2023.

Nesse dia, dirigi-me aos Recursos Humanos, no 3º piso do edifício da Cofina, onde preenchi um documento com informações pessoais (morada, contactos de emergência, etc.) e, depois, Ângela Anselmo encaminhou-me até à redação situada no 2º piso, onde fui recebida pela secretária de direção – Teresa Nunes – e pelo diretor adjunto - Sérgio Krithinas. Fui informada de que seria integrada na secção Futebol Nacional (sul), que está encarregue, não só dos clubes situados entre Coimbra e a zona sul de Portugal e nas ilhas da Madeira e dos Açores, como também de competições como a 2ª Liga, Campeonato de

Portugal, escalões de formação, futebol feminino, futsal e futebol de praia, como foi referido no subcapítulo 1.4.

Uma vez que o editor da secção Aurélio de Macedo se encontrava de férias, coube ao jornalista Pedro Filipe Pinto fazer a minha integração. Apresentou-me a disposição da redação e dos elementos que a compõem e deu-me uma breve explicação acerca do *Milenium Editor*, o programa digital onde o jornal *Record* vai sendo composto. De forma a facilitar a minha adaptação ao programa, propôs-me que escrevesse as breves dos clubes da 2ª Liga, sendo que, para tal, tive de entrar em contacto com assessores de imprensa de dois clubes (Estrela da Amadora e B SAD), e que colocasse a ficha do jogo entre o Estrela da Amadora e o Famalicão, bem como o texto redigido pelo correspondente que assistiu ao mesmo.

No segundo dia – 2 de fevereiro –, coube-me a responsabilidade de fazer uma entrevista ao vencedor do passatempo *Liga Record*²⁰ e escrevi pela primeira vez uma notícia (Figura 4), sobre a vitória de Portugal frente à Moldávia no futebol de praia, que foi publicada no jornal impresso do dia seguinte, tendo sido assinada como “I.C.”, uma vez que os estagiários curriculares não podem assinar com o nome completo.



Figura 4: Primeira notícia – publicada no jornal do dia 3 de março de 2023

²⁰ A *Liga Record* é um passatempo que permite que os leitores do jornal possam treinar uma equipa organizada pelos próprios, sendo que, no final de cada jornada, o vencedor é premiado.

Ao longo da primeira semana, para além de escrever várias peças jornalísticas e de inserir fichas de jogo, fiz mais três entrevistas (ao presidente do GCR Casal de Cinza – Luís Tomé, ao treinador do SP Mêda – Rogério Afonso, e ao jogador do Sport Benfica e Castelo Branco – David Bonito) e redigi duas peças para a secção Online, formato *Premium*, que englobaram declarações desses entrevistados. Importa referir que, nas peças publicadas no *site* do jornal, fui autorizada a assinar “Inês Cunha”.

Na segunda semana, mais concretamente no dia 11 de fevereiro, fui destacada para o primeiro serviço no exterior – acompanhar a chegada da equipa do FC Porto ao Altis Grand Hotel, no dia anterior ao clássico contra o Sporting – ainda que, neste caso em concreto, não tenha escrito sobre o assunto. Além deste, ao longo do período de estágio, fui destacada para outros dois serviços – [cerimónia](#) de Certificação de Entidades Formadoras da Associação de Futebol Lisboa, no Altis Grand Hotel, e [palestra](#) “Os Tesouros do Desporto do Barreiro”, na Gare Marítima de Alcântara –, sendo que nestes escrevi peças para o *site* e para o jornal impresso. Importa referir que não fui acompanhada por nenhum jornalista, tendo realizado todos estes serviços de forma autónoma.

Nos restantes três meses, enquanto estagiária da secção Futebol Nacional (sul), em termos de produção noticiosa, redigi um vasto conjunto de peças que reuniam alguns dos principais valores-notícia pelos quais o jornalismo se tem vindo a reger: exclusividade (produzidas para um determinado órgão de comunicação social); surpresa (com elementos surpresa ou incomuns); audiovisual (acompanhadas por vídeos, áudios, fotografias ou infografias); partilha (com potencial para gerar partilhas e comentários nas várias redes sociais); *follow-up* (sobre temas que já tinham sido abordados), relevância (sobre pessoas influentes para os leitores) e notícias positivas (que retratam acontecimentos positivos, como vitórias/conquistas ou celebrações) (Harcup e O’Neill, 2016). Na literatura em língua portuguesa, Néilson Traquina sugere ainda que acrescentemos: novidade e tempo (o jornal deve “dar a conhecer o que há de “novo”, o que “acaba” de acontecer” (Traquina, 1993, p. 174)); notoriedade (do ator principal de um determinado acontecimento) e proximidade (geográfica e cultural) (Traquina, 2005). Os principais géneros jornalísticos que pratiquei foram as notícias, as crónicas – formatos nobres do jornalismo (Fontcuberta, 1999a) –, as entrevistas e as breves. Esta condicionante ficou a dever-se ao facto de estes géneros requererem menos recursos humanos, materiais, temporais e pouco investimento financeiro. De seguida,

problematizamos esses géneros jornalísticos a partir da literatura académica neste domínio.

2.2. – Os géneros jornalísticos mais praticados durante o estágio

Notícias: Tal como Silveira (2015) defende, as notícias, género jornalístico informativo, não só são “fundamentais para o quotidiano e ocupam um importante papel na compreensão da realidade e no entendimento do mundo” (p. 97), como também são “o reflexo da realidade, mostrando-a tal qual ela é” (p. 103). Para Fontcuberta (1999b), as notícias ajudam a compreender um determinado acontecimento e quem as redige deve ter em conta as seguintes particularidades: construção de textos coerentes, por exemplo “o título de uma notícia não deve contradizer ou dar uma orientação diferente da que resulta do corpo da notícia” e “é igualmente necessário utilizar uma linguagem adequada ao conteúdo da informação” (Fontcuberta, 1999b, p. 64); utilização adequada de imagens; recurso a fontes de informação específicas e plurais; coerência face ao público-alvo, o que “implica a adopção de códigos visuais e linguísticos comuns (não é a mesma coisa escrever uma notícia económica para um jornal generalista, para um diário económico ou para um programa especializado) [sic]” (Fontcuberta, 1999b, p. 65) e jornalistas especializados no tema.

No jornalismo desportivo e, neste caso, no *Record*, estas propostas de definição do género notícia são tidas em conta, uma vez que o jornal procura diariamente informar os leitores acerca do que se está a passar no mundo do desporto, tendo em conta os valores-notícia referidos anteriormente, seja através da cobertura de eventos por parte de correspondentes ou dos jornalistas que o compõem, seja através do recurso a fontes como os *sites* da agência LUSA e da Federação Portuguesa de Futebol ou correspondentes. Assim sendo, é relevante destacar a maneira como as notícias na versão impressa do *Record* são apresentadas. Cada página pode ser dividida no máximo em cinco colunas (Anexo 2), que podem ou não abordar diferentes temas, ou seja, na mesma página existe a possibilidade de se falar de uma modalidade ou de mais. Por exemplo, na secção onde realizei o estágio, numa página podíamos escrever apenas notícias da 2ª Liga de futebol ou notícias da 2ª Liga de futebol, de futsal e de futebol de praia, tendo em conta o espaço que estava disponível e destinado para cada uma. Como tal, tive a possibilidade de escrever notícias a uma e duas colunas (Figura 5). Importa referir que também tive a oportunidade de

escrever uma notícia para a secção Futebol Internacional, a pedido de um jornalista da mesma, devido à falta de profissionais na redação.

Final feminina vai repetir-se

R Benfica e Nun'Álvares voltam a encontrar-se, hoje, (17h), no Pavilhão de Póvoa de Varzim, na final da Taça de Portugal de futsal feminino, após terem vencido os respetivos jogos das 'meias'. No jogo da manhã, o Nun'Álvares goleou o Tebosa por 7-0, com golos de Pisko (2), Carla Vanessa, Cátia Morgado, Kaká, Bruna Barros e Ritinha. Já no dérbi da tarde, as águias venceram o Sporting por 3-1. Fífó, Raquel Santos e Ana Catarina marcaram para o Benfica e Débora Lavrador apontou o único golo das leões. Recorde-se que na época passada, o Nun'Álvares conquistou a Taça após ter vencido o Benfica nos penáltis. © I.C.

FUTSAL

Erick antevê dificuldades



R A Seleção Nacional de futsal volta hoje a defrontar a Itália, às 20 horas, depois da vitória por 3-0, no primeiro jogo de preparação realizado na passada sexta-feira. Erick Mendonça, universal de 27 anos, disse estar à espera de “dois jogos muito difíceis e com pouco tempo de descanso”, sublinhando que a Itália pode “tentar surpreender”. No entanto, confessou que apenas a vitória importa: “Uma Seleção como a nossa tem que estar sempre pronta para ganhar e tem o dever de vencer em casa. Se estivermos ao mesmo nível de ontem [sexta-feira] poderá cair de novo para o nosso lado.”

“O mais importante é fazer com que os estreates, que são também os mais novos, se sintam em casa, acolhidos e que entrem rapidamente em todo o processo”, destacou o atleta do Sporting. © I.C.

Figura 5: Exemplo de uma notícia a uma coluna (à esquerda) – jornal *Record* 2 de abril de 2023 – e de uma notícia a duas colunas (à direita) – jornal *Record* 16 de abril de 2023

Crónicas: A palavra “crónica” deriva do latim *chronica* e é definida como a narração de acontecimentos por ordem cronológica. Fontcuberta (1996) diz que a crónica se opõe ao carácter ocasional dos restantes géneros jornalísticos e que “deve espelhar a personalidade do jornalista” (p. 105). Pinto (2014) defende que “a função da crónica dentro do seu domínio discursivo é entreter o leitor” (p. 35), visto que se enquadra nos géneros jornalísticos opinativos. Para além disso, o autor menciona as principais características deste género textual, dizendo que se pauta pela subjetividade e metalinguagem, pelo uso de sequências narrativas, dialogais ou argumentativas simples e que assume um estilo informal.

A crónica é um género muito utilizado pelos jornalistas do *Record* para relatar e descrever aquilo que aconteceu num jogo. No estágio, tive a possibilidade de escrever várias crónicas, como por exemplo a de um jogo de futsal entre a Bielorrússia e Portugal, tendo sempre em atenção os pontos referidos anteriormente (narração por ordem cronológica, utilização de palavras simples, entre outros), como se pode observar no Anexo 3. Importa referir que, neste caso em concreto, se tratou de uma abertura de página. As “aberturas”

são consideradas as peças mais importantes, sendo que têm maior destaque e surgem na zona central da página, ou seja, são aquelas com que o leitor se depara imediatamente, quando folheia o jornal.

Entrevistas: Para Medina (1990) “a entrevista [instrumento da comunicação humana], nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (p. 8). Lage (2001) acrescenta que uma entrevista, enquanto género jornalístico informativo, implica estabelecer contacto com uma fonte, isto é, ter “uma conversa de duração variável” com alguém “notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesse para o público”, para que essa pessoa exponha “versões ou interpretações de acontecimentos”, que permitam compreender um problema ou “expor um ponto de vista” (p. 32).

Durante o estágio, realizei várias entrevistas, por exemplo: ao presidente do UD Lavrense – Rui Borges; ao presidente do FC Barreirense – Hugo Máximo, e ao vereador do Desporto da Câmara Municipal de Cascais – Francisco Kreye, sempre via telefónica, tendo estas ideias que o autor sustenta como base. Uma vez que se tratavam maioritariamente de entrevistas temáticas, ou seja, que abordavam temas específicos, quando me propunham entrevistar alguém, informava-me acerca do tema e da(s) pessoa(s) que ia entrevistar e preparava um questionário com perguntas abertas e fechadas, de modo a obter o máximo de informação relevante possível. No final da entrevista, desgravava-a – ordenava as ideias do entrevistado; suprimia repetições e redundâncias e corrigia a construção frásica, sem alterar a ideia que o mesmo queria transmitir –; seleccionava as declarações mais relevantes e construía a peça (notícia ou reportagem) de forma coerente, alternando entre discurso direto e indireto (Lage, 2001), tal como mostra a figura 6.

AF PORTO

Malú desculpa adepto

R Vítima de racismo no domingo, Malú, jogador do Lavrense garante que perdoou o adepto identificado, após o incidente que levou à suspensão da partida com o Lixa. “Não é a primeira vez que vivo um episódio destes, mas foi o que teve maior dimensão”, contou o avançado de 23 anos ao nosso jornal. Malú quer “acreditar que foi um ato irrefletido e que o adepto aprendeu a lição” e diz que “Portugal não é um país racista”.

Por isso, decidiu não vai apresentar queixa: “As autoridades devem dar seguimento ao caso, sem ser precisa uma queixa formal.” Já o presidente do Lavrense lamentou que a AF Porto “ainda não tenha tido uma reação”. “Chamaram-lhe ‘preto do car***’, entre outros insultos sempre associados à cor de pele. Enquanto não houver pulso firme, o racismo no desporto vai prevalecer”, sublinhou Rui Borges. © I.C.

Figura 6: Exemplo de uma peça construída, tendo como base a realização de uma entrevista – jornal *Record* 16 de fevereiro de 2023

Breves: As breves, género jornalístico informativo, são uma forma curta de os jornalistas relatarem acontecimentos ou factos (Medina, 2001). Para Beltrão (1980) são um “relato puro e simples de fatos [*sic*] pertencentes ao presente imediato ou ao passado que sejam socialmente significativos” (p. 29). As breves distinguem-se das notícias, uma vez que contêm menos informações e podem ser utilizadas para mencionar algo “que já foi notícia e continua tendo pequenos desdobramentos” (Tavares & Neto, 2018, p. 241) ou que vai acontecer no dia seguinte, por exemplo.

O *Record* aposta particularmente neste género jornalístico e, como tal, a secção onde estagiei não é exceção. Na maior parte das vezes, as breves são redigidas a partir de informações que os correspondentes do jornal fornecem via email, evitando assim custos financeiros com deslocações dos jornalistas que constituem a redação. Ao longo dos três meses, não só coloquei diariamente pequenas informações relacionadas com os clubes, que eram enviadas pelos correspondentes, na página destinada à 2ª Liga, como também escrevi breves para o “A Fechar”, na penúltima página, quando não havia espaço nas restantes (Figura 7). É relevante mencionar que estas diziam respeito a informações das modalidades e escalões que a secção Futebol Nacional (sul) cobria.

EM REVISTA

MOREIRENSE. Marco Couto, diretor desportivo, foi suspenso por 23 dias e multado em 1.340 euros, após a expulsão no jogo com o Farense.

E. AMADORA. Com a ausência de Jean Felipe devido a castigo, Sérgio Vieira deverá apostar em Heverton Santos.

AC. VISEU. Ott é o rei das assistências da equipa com oito passes para golo na 2ª Liga e mais um na Taça de Portugal.

BREVES

Braz avalia Seleção no teste com Itália

R A Seleção Nacional de futsal defronta hoje (19 horas) Itália, em Vila do Conde, no primeiro de dois jogos de preparação. “Queremos estar satisfeitos no final do jogo, acima de tudo com o nosso comportamento”, disse o selecionador Jorge Braz, que aproveitará para estreiar alguns jogadores.

Figura 7: Exemplo de breves da 2ª Liga (à esquerda) e de breves no “A Fechar” (à direita) – jornal *Record* 14 de abril de 2023

Para além destes géneros jornalísticos também realizei outras atividades, tais como: criar fotos legenda e redigir e inserir fichas de jogo. No que respeita às fotos legendas, Tavares e Vaz (2005) defendem que “a fotografia não aparece no jornalismo impresso apenas para ilustrar” (p. 130), mas sim para dar veracidade àquilo que o jornalista escreve. Assim sendo, a fotografia não é apenas a imagem em si, também é notícia, tal como os autores afirmam. Importa ainda frisar que a fotografia vem acompanhada de uma legenda, que estabelece “a relação entre a imagem e o texto” (Nascimento & Torezani, 2009, p. 5) e tem um carácter, não só descritivo, como também informativo, contendo “uma linguagem textual e imagética satisfatória em relação à coerência e objetividade” (Nascimento & Torezani, 2009, p. 11). O jornal *Record* também aposta nas fotos legenda, ou para acompanhar e complementar as peças jornalísticas ou para ilustrar algum evento que mereça ser destacado, tal como mostra a Figura 8.



Figura 8: Exemplo de uma foto legenda – jornal *Record* 28 de fevereiro de 2023

Nas fichas de jogo, como o próprio nome indica, são registados de forma clara e direta os factos do jogo: equipas, resultado, 11 (futebol) ou 5 (futsal) titular, substituições, treinadores, estádio (futebol) ou pavilhão (futsal), equipa de arbitragem, marcadores e disciplina (cartões amarelos e vermelhos). Estas peças podem surgir de forma isolada ou acompanhadas pela crónica do jogo e pela classificação da competição em questão. Durante o estágio no *Record*, tive a oportunidade, não só de inserir as fichas de jogo de futebol e futsal (Figura 9) que os jornalistas ou correspondentes enviavam, quando faziam a cobertura dos jogos no estádio ou pavilhão, como também de as escrever de raiz, sendo que, para que isso fosse possível, assistia a jogos via televisão ou consultava o *site* da Federação Portuguesa de Futebol.

1 3		2 4	
VIZELA ESTORIL		L. PORTO SALVO SP. BRAGA	
THIAGO	JOTA OLIVEIRA	ANDRÉ CORREIA	LEANDRO COSTA
RAFAEL LOPES	D. BRASIDO (90'+2)	DJAELSON	FÁBIO CECÍLIO
NETO	DIOGO RAMOS	WESLEY REINALDO	TIAGO BRITO
TIAGO CARVALHO	MARTIM FILIPE	RÉ	ALLAN
SYLVESTRE	R. FERNANDES	PEDRO CARY	ROBINHO
MARRUGO (65')	FINN DICKE (90'+2)	JOGARAM AINDA:	JOGARAM AINDA:
OPEYEMI (76')	IVAN PAVLIC (85')	PEDRO MARTINHO	RICARDO LOPES
JOTA (81')	FRAN PEREIRA	BRUNO PINTO	TIAGO CORREIA
LEYNER	B. AGUILERA (85')	WENDELL SANTOS	TIAGO SOUSA
GABRIEL (65')	CAUÊ ALVES(63')	MAMADÚ TURE	RÚBEN SANTOS
PROSPER OBAH (65')	RODRIGO RAMOS	HIROSHI	RUDI
HASSAN (65')	BRUNO AMADO (63')	RUAN SILVESTRE	JEAN GAÚCHO
R. RAMOS (65')	M. COSTA (85')	Ⓜ Mário Silva	Ⓜ Joel Rocha
M. BOLOTO (65')	R. CONCEIÇÃO (85')	Pavilhão do Leões Porto Salvo, Carcavelos	
SEQUEIRA (76')	R. RICHARDS (90'+2)	ÁRBITROS: José Gomes e Francisco Costa (Viseu)	
CANDÉ (81')	J. FREITAS (90'+2)	AO INTERVALO: 1-1. MARCADORES:	
Ⓜ Joel Sampaio	Ⓜ Pedro Guerreiro	1-0 Wesley Reinaldo (4'), 1-1 Tiago Sousa (9'), 1-2 Robinho (28'), 2-2 Wendell Santos (29'), 2-3 Robinho (34'), 2-4 Allan (39')	
Estádio CD Aves, Vila das Aves		DISCIPLINA: Ⓜ Tiago Correia (16') e Allan (30')	
ÁRBITRO: Bráulio Sousa (Vila Real)			
AUXILIARES: Fábio Nunes e André Gomes			
AO INTERVALO: 1-2. MARCADORES:			
1-0 Prosper Obah (6'), 1-1 Ivan Pavlic (23'), 1-2 Ivan Pavlic (34'), 1-3 Bruno Amado (90')			
DISCIPLINA: Ⓜ Sylvestre (10'), Prosper Obah (39'), Diogo Ramos (39'), Marrugo (50'), Diogo Brasido (66') e Finn Dicke (68')			

Figura 9: Exemplo de uma ficha de jogo de futebol (à esquerda) – jornal *Record* 12 de abril de 2023 – e de uma ficha de jogo de futsal (à direita) – jornal *Record* 26 de fevereiro de 2023

2.3. – Questões e dificuldades que surgiram

Este estágio curricular foi a primeira experiência que tive enquanto jornalista. Apesar de já ter escrito diversos artigos para outro órgão de comunicação social – Bola na Rede²¹–, ter estado no *Record* durante três meses, permitiu-me viver o dia-a-dia de um jornalista desportivo, uma vez que tive a oportunidade de perceber a organização e a dinâmica de funcionamento de um jornal. Através da minha experiência, posso afirmar que o processo de montagem de um jornal diário é mais complexo do que possa parecer. Adaptar os conteúdos que os correspondentes enviam ao espaço destinado e corrigir esses mesmos textos é uma tarefa exigente. Por vezes, tive de escrevê-los quase de raiz, mesmo sem ter estado presente no local dos acontecimentos e, no final, tive de os assinar com as iniciais dos correspondentes e não com as minhas. Este é um dos aspetos que me parece problemático, na medida em que estruturei e escrevi o texto do princípio ao fim. Esta opção de assinatura não é fácil de se compreender. Poderia ter-se optado por uma

²¹ Órgão de comunicação social desportivo criado a 28 de outubro de 2010. O Bola na Rede recebeu o prémio de órgão de comunicação social de desporto online de 2023 atribuído pela Associação de Jornalistas de Desporto de Portugal (CNID).

coautoria, no sentido em que, recebia as informações dos correspondentes e redigia o texto autonomamente. Refira-se ainda que escrevi artigos que não chegaram a ser publicados.

O facto de os jornalistas do *Record* recorrerem maioritariamente a artigos disponíveis na Lusa e no *site* da Federação Portuguesa de Futebol também foi algo que me surpreendeu pela negativa. Esta opção remete para o que Soares (2012) designa como “jornalismo de secretária” (p. 19). Esta prática do jornalismo, se assim o podemos designar, recorre demasiado às agências noticiosas. Os profissionais da área vão cada vez menos à procura de informação, uma vez que a recebem na secretária, o local “onde passam a maior parte do tempo e onde têm aquelas que são, hoje, as principais ferramentas de trabalho: um computador com ligação à Internet e acesso a uma ou mais agências noticiosas, e um telefone” (Soares, 2012, p.19). No entanto, no *Record*, este cenário nem sempre é algo que vai ao encontro da preferência do jornalista, mas que lhe é decretado pelo órgão de comunicação, por razões económicas, visto que este tipo de jornalismo é mais barato.

No que aos conteúdos produzidos diz respeito, sei que houve um esforço por parte do editor da secção – Aurélio de Macedo – para que tivesse contacto com um pouco de tudo o que se produz no *Record*, mas nunca tive a hipótese de fazer uma reportagem, que é um “género jornalístico de referência” e que “dá ao jornalista o papel de destaque”, visto que “é ele quem conta pelas suas palavras aquilo que viu, enriquecendo-a com o uso de texto, som ou imagens, consoante o meio para o qual é pensada” (Melo & Silva, 2016, p. 94).

Apesar de ter tido contacto com pessoas de renome, quer do mundo do jornalismo em si, quer da área do desporto, gostava de ter estado mais vezes no terreno. A título de exemplo, nunca cobri um jogo de futebol ao vivo. Sei que por questões financeiras e logísticas fica mais em conta ver o jogo na televisão e fazer a crónica e a ficha do mesmo através desse meio e, também tenho de mencionar que, o facto de nunca ter conduzido em Lisboa foi um entrave mas, mesmo assim, gostava de ter acompanhado algum jornalista na cobertura desse tipo de eventos.

De forma geral, analisando todas estas questões e dificuldades que surgiram, posso afirmar que vivi dias mais complicados, em que, por exemplo, tudo o que escrevia era alvo de correções, no entanto, nem tudo foi negativo, aliás, retiro bastantes aspetos positivos desta experiência.

No dia em que cheguei, todos me receberam de braços abertos, integrando-me como se fosse uma jornalista contratada, por exemplo, quando colocava uma questão do género “Vocês utilizam esta expressão no jornal?” respondiam-me “Nós! Também pertences ao *Record*”. Além disso, puseram-me logo à vontade para sugerir temas que pudessem ser alvo de cobertura e análise. Com este ambiente, que não era meramente profissional, mas também de espírito de equipa e de entreatajuda, expus aos meus colegas as minhas maiores dificuldades, tais como a falta de criatividade na construção de títulos e a pontuação dos textos. Desde logo, dispuseram-se a ajudar-me, não só dando-me sugestões que me permitissem melhorar, como também apoiando-me sempre que a imaginação faltava.

No final desta experiência, as peças que redigi já não eram tão corrigidas e os títulos que criei já eram mais criativos, tal como o editor da secção onde fui inserida – Futebol Nacional (sul) – pretendia. Assim, aquele nervosismo e frustração que sentia no início, quando não correspondia às expectativas dos meus colegas, foi desaparecendo e, nos últimos dias, já conseguia sentir-me como se fosse uma jornalista do jornal e não apenas uma estagiária.

Sinto que o contacto direto com esta área e com este jornal em específico, me permitiu crescer, não só profissionalmente, como também enquanto pessoa, uma vez que, ganhei mais confiança no meu trabalho e aprendi o verdadeiro significado de trabalhar em equipa. Além disso, ajudou-me a perceber que o tema de investigação presente neste relatório de estágio precisa de ser explorado. O facto de ter estado bastante ligada ao desporto, ao longo da infância e adolescência, uma vez que fui árbitra de futebol e pratiquei natação e ballet, e de ser uma leitora assídua de jornais desportivos levou-me a refletir sobre o destaque que os mesmos dão às mulheres desportistas. Assim sendo, através da minha experiência, enquanto estagiária no *Record*, posso levantar a hipótese de que, apesar de já se detetar alguma dimensão de tematização do desporto praticado por mulheres no jornal, os critérios de notabilidade associados aos critérios do mercado dos *media* continuam a sobrepor-se aos princípios de responsabilidade social associados à igualdade de género. Esta sobreposição pode ser comprovada pelos dados do último relatório do *Global Media Monitoring Project* (2020), implementado em 116 países e que cobriu 30 172 histórias publicadas em jornais, transmitidas na rádio e televisão, e difundidas em *sites* de notícias e através de *tweets* dos meios de comunicação na imprensa. Desse total, as mulheres apenas foram retratadas enquanto desportistas em

15%. No *Record* também se verifica este cenário, uma vez que o jornal dá mais espaço e destaque aos desportistas masculinos.

3º Capítulo – Origens e desenvolvimento da luta pela igualdade entre homens e mulheres

O presente capítulo fornece elementos para compreender as origens e o desenvolvimento do movimento feminista internacional e as repercussões que teve na sociedade portuguesa ao longo do século XX. Este percurso é traçado através do conceito de vagas ou ondas do movimento feminista que tem vindo a ser, largamente, utilizado na literatura para dar conta da evolução das lutas e reivindicações que mulheres, mas também alguns homens, fizeram e continuam a fazer no sentido de alcançar a igualdade política e social entre mulheres e homens. Para ilustrar estas vagas, optámos por fazer referência a mulheres que lutaram por esta causa, a nível internacional e nacional. Terminamos dando conta, em termos numéricos, de algumas das conquistas das últimas décadas conducentes a alcançar uma maior igualdade de género.

3.1. – As 4 vagas do movimento feminista

Durante séculos, as questões da igualdade de género não foram uma prioridade política nem científica. Nas últimas décadas, a situação tem vindo a alterar-se substancialmente. No mundo ocidental, multiplicam-se iniciativas das organizações supranacionais, dos governos, da academia e da sociedade civil. Até há pouco mais de um século, à exceção das sociedades primitivas, em que a mulher era considerada um ser superior, uma vez que tinha o poder de gerar uma nova vida (Borges *et al.*, 2020), a condição social da mulher foi vista, essencialmente, como responsável pela educação dos filhos, serva, mãe e dona de casa. Já a partir de oitocentos, escritoras, intelectuais e ativistas como Sophie de Condorcet, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Emmeline Goulden Pankhurst²², entre outras, começaram a contrariar esta ideia patriarcal e a lutar de forma sistemática pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Sophie de Condorcet (1764-1822) foi uma escritora e tradutora francesa²³. Com o marido, Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, filósofo, matemático e defensor dos direitos das mulheres, publicou, em julho de 1790, um documento intitulado *Sur l'admission des*

²² “10 grandes mulheres que lutaram pela igualdade”, disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-03-08-10-mulheres-que-lutaram-pelos-nossos-direitos/>

²³ Notabilizou-se por traduzir os escritos de Adam Smith e Thomas Paine.

femmes au droit de cité, no qual defendiam o sufrágio feminino. Sustentavam que todos os indivíduos deviam ter os mesmos direitos, independentemente da cor, sexo ou religião, e que caso alguém considerasse que um outro não era merecedor de algum direito, estava a abdicar desse mesmo direito para si próprio. Além disso, afirmavam que não era por as mulheres fazerem parte das assembleias nacionais que iriam abandonar as responsabilidades de mãe e dona de casa. Esse aspeto conduziria, na sua visão, a que as mulheres estivessem mais bem preparadas para criar os filhos e, conseqüentemente formar homens. Ainda que após o parto as mulheres estivessem mais debilitadas, esta condição não podia servir como desculpa para as excluir da política, até porque, com o passar do tempo, estariam aptas a assumir um papel importante a esse nível²⁴.

Um ano depois da publicação do texto do casal Condorcet, a também francesa Olympe de Gouges apresentou, em 1791, a “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã” à Assembleia Nacional de França, como resposta à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” aprovada dois anos antes, que não contemplava as mulheres. “Tendo substituído as palavras «homem» e «cidadão» por «mulher» e «cidadã», insistiu na ideia de que se atribuíssem às mulheres o direito de propriedade, a partilha de bens e o divórcio civil na mesma medida em que eram atribuídos aos homens” (Sand, 2023, p. 213). Olympe de Gouges lutou com todas as suas forças por uma sociedade mais igualitária, apelando à emancipação feminina e ao término dos privilégios exclusivos dos homens. O pioneirismo de De Gouges e a sua postura política determinada provocaram um forte mal-estar entre os líderes da revolução francesa, como Marat e Robespierre, acabando por ser condenada à morte na guilhotina em 1793 (Rocha *et al.*, 2020).

Aproximadamente, na mesma altura, mas na Grã-Bretanha, a escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797) reivindicou o estatuto social, civil e político das mulheres da sua época, lutando pela igualdade de liberdades e direitos civis. Wollstonecraft foi a autora do primeiro manifesto feminista britânico, intitulado *A Vindication of the Rights of Woman* (1792). Este livro, publicado dois anos depois da edição de *A Vindication of the Rights of Men*, ganhou notoriedade, tendo sido publicado, pouco tempo depois, também nos Estados Unidos, constituindo uma fonte de inspiração para as mulheres de gerações seguintes. Estas mobilizaram-se e organizaram-se em movimentos de luta pelos

²⁴Informação retirada de: http://classiques.uqac.ca/classiques/condorcet/admission_femmes_droit_de_cite/condorcet_droit_de_cite_des_femmes.pdf

seus direitos (Abreu, 2002). Ambas as obras tinham como objetivo alertar o Estado e a sociedade para a necessidade do estabelecimento da igualdade de liberdades e direitos – civis, sociais, económicos e culturais – entre homens e mulheres. Como refere Ferreira (2017), a linha orientadora dominante [da obra] sustenta que as mulheres são seres de pleno direito, não devendo ser secundarizadas pelo sexo que as identifica” (p. 7), o que só é possível através da educação. Tal como o homem, cujo fim primário é ser um “ser humano” e não apenas um homem, também o principal fim da mulher deve ser a sua realização enquanto “ser humano” e não apenas como mulher. A escritora britânica foi ainda mais longe, defendendo que, se os direitos naturais eram reivindicados para os homens, devido às suas capacidades racionais, então não podiam ser negados às mulheres sem razão aparente, a menos que se provasse que as mesmas não tinham essas capacidades. Segundo Sand, “Wollstonecraft não ousou reivindicar a igualdade absoluta entre os sexos, mas analisou a génese da inferioridade feminina e apontou a educação das raparigas, ou a inadequação da sua educação, como a principal fonte da desigualdade de género” (2023, p. 214). Para Wollstonecraft, as mulheres são criaturas de Deus e, como tal, deveriam ter acesso à liberdade²⁵ e à educação necessárias, usufruindo de um sistema de educação nacional, universal e igualitário. Para que tal fosse posto em prática, o governo devia “instituir externatos para determinadas idades, nos quais rapazes e raparigas pudessem ser educados em conjunto [sistema educacional misto] ” (Wollstonecraft, 2017, p. 295)²⁶. Na perspetiva da autora britânica, este domínio transcendia a família e competia ao Estado, permitindo não só a realização individual, como também o progresso da sociedade. Contudo, essa educação, ao contrário do que Rousseau defendia, não devia ter como premissa agradar ao homem e encantá-lo (sexualização da mulher), mas sim formar as mulheres para o exercício de uma profissão, que lhes permitisse ser, não só independentes economicamente, como também, cidadãos racionais e livres. Através dessa educação, que deveria ser encarada como um direito inalienável, as mulheres poderiam “reivindicar um estatuto de cidadãos de primeira ordem” (Ferreira, 2017, p. 7). No seu manifesto defende ainda que, na lei não deveria constar a dependência total da esposa em relação ao marido e que esta tinha de ser reconhecida como igual. A mulher deveria ter a oportunidade de ganhar o seu próprio sustento, ao

²⁵ Para Wollstonecraft, não há virtudes específicas das mulheres, tal como não há outras exclusivas dos homens, ambos nasceram para ter liberdade e igualdade de direitos.

²⁶ Na referência foi utilizada a edição de 2017 da obra *A Vindication of the Rights of Woman* de M. Wollstonecraft, originalmente publicada em 1792.

invés de ter no casamento o único meio de subsistência, evitando assim ser tratada como um ser inferior. Acrescenta que era imprescindível que tanto o marido como a esposa cumprissem os seus deveres familiares, o homem como suporte da família, através do seu emprego, e a mulher como mãe e esposa. Além disso, como refere Ferreira, Wollstonecraft “denuncia a prepotência dos maridos, contestando fortemente os defensores da indissolubilidade do matrimónio e alargando à mulher as possibilidades de requerer o divórcio sem passar por vexames” (2017, p. 18).

Também na Grã-Bretanha, Emmeline Goulden Pankhurst (1858-1928) teve, desde cedo, um papel ativo na luta pelos direitos das mulheres. Nasceu em Manchester, e aos 14 anos já participava em reuniões públicas que debatiam o tema. Em 1879, casou com Richard Pankhurst, que a apoiou de forma ativa na luta pelo sufrágio feminino. Em 1903, após constatar que os partidos políticos britânicos nada faziam para aprovar o voto feminino, fundou a Women’s Social and Political Union (União Social e Política das Mulheres - WSPU), movimento cívico pioneiro do sufrágio. Este termo surgiu, no século XIX, em Inglaterra, para designar as ativistas feministas (*suffragettes*), que reivindicavam a igualdade de direitos políticos, isto é, o direito ao voto e a ser eleitas para cargos, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e expandiu-se nas primeiras décadas do século XX²⁷. Deste modo, a WSPU reclamava, não só o voto feminino, como também a igualdade de direitos, no que respeita ao divórcio e às heranças, tendo como lema “ações, não palavras”. Nas suas primeiras iniciativas, as ativistas, não agiam de forma violenta, limitavam-se a organizar comícios e convocar os chamados “Parlamentos femininos”, uma espécie de Parlamento comum constituído apenas por mulheres, nos mesmos dias em que o governo se reunia. No entanto, depois de tomar conhecimento que o projeto de lei que tinha como objetivo aprovar o sufrágio feminino tinha sido rejeitado, a WSPU, organizou, a 12 de maio de 1905, uma manifestação em frente ao Parlamento britânico. Três anos depois, acabou por ser presa, durante seis semanas, acusada de obstrução por tentar entrar no Parlamento. A sua ação em prol dos direitos das mulheres prosseguiu depois de ter sido libertada, tendo divulgado as condições precárias da prisão onde esteve detida. A ativista denunciou a falta de comida e os maus-tratos às prisioneiras. Os apoiantes da WSPU continuaram a reivindicar os direitos femininos, através de várias

²⁷ Segundo Abreu (2022), estes movimentos tiveram um grande impacto, “quando as mulheres dessas nações finalmente conseguiram ser reconhecidas como cidadãs, ganho notável que, em diferentes fases, teve eco nos países europeus e no mundo” (p.444).

ações de confronto, manifestações tumultuosas, greves de ocupação, tendo mesmo interrompido reuniões políticas e feito greves de fome (Sand, 2023). Pankhurst foi presa sete vezes, até à conquista do direito ao voto na Grã-Bretanha, em 1918, através da adoção da Lei de 1918, que permitiu às mulheres que tinham mais de 30 anos votar (Torres, 2021). Padecendo de vários problemas de saúde e depois de se ter tornado membro do Partido Conservador, em 1926, Pankhurst assistiu, finalmente, à aprovação do sufrágio feminino britânico, nos mesmos termos que os homens, em 1928, ano da sua morte.

As reivindicações destas pioneiras estão na génese do movimento feminista, nas suas múltiplas versões. Esta história tem sido discutida, problematizada e interpretada a partir da metáfora das vagas ou ondas (Humm, 1990; Malinowska, 2020; Walker, 1992). Antes de analisarmos essa questão, importa mencionar que esta metáfora não é consensual no pensamento sobre a história do movimento feminista. Constance Grady (2018) refere que esta ideia pode sugerir que cada uma das vagas representa a existência de unanimidade nas discussões e reivindicações, independentemente dos contextos geográficos e culturais. Já para Ilze Zirbel (2021), esta metáfora não só “possui uma força imagética capaz de criar conexões com o passado e com o futuro em meio à luta de variadas gerações de feministas, em sua grande diversidade, resistência, criatividade e força”, como também “nos permite inscrever diferentes gerações de feministas – e seus esforços – em uma longa e contínua história de lutas contra a discriminação, a opressão e a exploração, assim como pela melhoria das condições de vida e aquisição ou manutenção de direitos civis” (p. 27). Como tal, para este trabalho, revela-se importante ter em consideração esta ideia de ondas, na medida em que nos propomos a analisar os momentos da história em que as questões de género mobilizaram publicamente um elevado número de pessoas e em que foram capazes de gerar movimentos a nível social e a nível político em grande escala (Nicholson, 2010; Zirbel, 2021). Como afirma Zirbel (2021), “assim como uma onda marítima é formada por um conjunto de fenômenos” (p. 10), a luta pela igualdade entre homens e mulheres também foi e ainda é. Se é verdade que esta metáfora não conta toda a história e a diversidade do movimento feminista, ajuda, contudo, a descrevê-la (Huberty, s.d.), tal como vamos fazer de seguida em traços largos.

3.1.1. – I vaga do movimento feminista: direito ao voto, à educação e ao trabalho

A primeira vaga (finais de 1700 até às primeiras décadas de 1900) integra o início do ativismo feminista organizado, ou seja, as campanhas sociais que lutavam pelos direitos das mulheres, tais como o direito ao voto, à educação e ao trabalho, que se dispersou pela América do Norte, Europa, Egito, Índia e Irão, e que tinha como ideia principal a conceção de uma mulher, que desafiava todos os limites estabelecidos pela sociedade patriarcal, exigindo a independência e o controlo da vida privada, social e económica.

Os jornais da época evidenciaram a luta das sufragistas, noticiando as suas ações e movimentos, de forma a contribuir para uma sociedade mais igualitária. Estas publicações deram voz aos anseios das sufragistas, fazendo com que a sua mensagem chegasse a um maior número de pessoas, com o objetivo de conseguir uma representação mais justa em meios que eram dominados pelos homens. Após a Convenção de Seneca Falls, realizada nos Estados Unidos entre 19 e 20 de julho de 1848, que reivindicava a igualdade de direitos entre mulheres e homens, foi criado o primeiro jornal americano editado apenas por mulheres – *The Lily*. Ao mesmo tempo, na Europa (França) emergiu o *Le Voix des Femmes*. Segundo Malinowska (2020), estes jornais davam voz à luta “por uma visão mais equilibrada da feminilidade, fornecendo um retrato mais completo da vida das mulheres, especialmente no que diz respeito ao seu potencial profissional, e incluíam as mulheres de cor na ideia de feminilidade” (p. 3).

Estas reivindicações, que se estenderam a vários países do mundo ocidental, culminaram, em 1893, com a conquista do direito de voto das mulheres da Nova Zelândia, que se tornou no primeiro país a introduzir o sufrágio feminino, reconhecendo o voto como um direito universal. Na Europa, coube à Finlândia o pioneirismo na concessão desse direito, em 1906, seguindo-se a Noruega, no ano seguinte, embora neste caso fosse necessário o cumprimento de certos requisitos sociais para exercer esse direito. A Islândia e a Dinamarca reconheceram o direito de voto em 1915 e o Reino Unido, a Irlanda, a Lituânia, a Alemanha, a Áustria e a Polónia em 1918. Em Espanha, o sufrágio feminino foi introduzido em 1931. Em Portugal, nesse ano, a lei permitia o voto às mulheres mas com limitações – apenas podiam votar as que tivessem um curso secundário e/ou universitário concluído ou que fossem consideradas “chefes de família”²⁸. Só em 1974 é

²⁸ Segundo o Decreto n.º 19 694, de 5 de maio de 1931, por “chefes de família” entendiam-se “as mulheres portuguesas viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com

que as mulheres portuguesas puderam votar e ser eleitas, de forma universal e livre. Na Suíça, esta conquista também foi tardia. As suíças só puderam votar em 1971²⁹, época em que o movimento feminista internacional já tinha ganho novos contornos.

3.1.2. – II vaga do movimento feminista: papéis de género e sexualidade das mulheres

A década de 1960 e seguintes, que marcaram o início da segunda vaga, caracterizaram-se pelo debate em redor dos papéis de género e da sexualidade das mulheres. Malinowska (2020) refere que esta onda “foi influenciada pelo pós estruturalismo, desconstrução e psicanálise” e “mostrou interesse na relação entre a estruturação da feminilidade (na prática social e na representação mediática) e a experiência vivida pela mulher” (p. 3). As feministas denunciaram o androcentrismo que caracterizava a sociedade capitalista da época, questionando o paternalismo do Estado, a família e o bem-estar social (Fraser, 2007). Neste período, entre as intelectuais comprometidas com a causa feminista, destacaram-se Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Germaine Greer, Margaret Sanger e Simone Veil, que desenvolveram uma reflexão sistemática sobre temáticas como o trabalho doméstico, a reprodução e a sexualidade.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) notabilizou-se devido aos diversos ensaios, romances e biografias que escreveu. *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, deu um novo ímpeto ao movimento feminista. Segundo Beauvoir, o género era uma construção social que tinha como base a diferença de sexo. Através de uma densa pesquisa relacionada com a condição feminina ao longo da história, Beauvoir defendeu que mesmo quando os direitos das mulheres são legalmente reconhecidos, a ideia da superioridade masculina, enraizada na sociedade, impede que elas usufruam dos mesmos. Para comprovar a existência de uma sociedade patriarcal, Beauvoir referiu que, quer na esfera económica, quer na indústria ou política, os homens ocupam os melhores cargos, recebem os salários mais elevados e têm mais oportunidades de sucesso do que “os seus novos concorrentes” (1949, p. 18) – as mulheres. Foi neste livro que afirmou que “não se nasce mulher, torna-se”. Nas suas palavras, “nós somos exortadas a ser mulheres, permanecer

família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias e no estrangeiro”. Informação disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1931/05/10400/07890791.pdf>

²⁹ Dados consultados em: <https://www.pensarcontemporaneo.com/este-mapa-mostra-o-ano-em-que-as-mulheres-tiveram-o-direito-de-votar/>

mulheres, tornarmo-nos mulheres. Parece, então, que todo o ser humano feminino não é necessariamente uma mulher; para ser considerada, tem de partilhar essa realidade misteriosa e ameaçada conhecida como feminilidade” (1949, p. 2). Com esta afirmação, destacou o facto de que “a consciência que a mulher tem de si própria não se define exclusivamente pela sua sexualidade” (1949, p. 149), mas reflete a organização e a construção da sociedade, que superioriza o masculino, tendo como base a biologia. Como Sand (2023) refere, para a filósofa francesa, “a mulher não é criada pela biologia, mas por uma série de factores *[sic]* históricos, sociais e culturais” (p. 219). Além disso, na visão da autora, *O Segundo Sexo* “lançava as bases da diferenciação conceptual entre sexo e género” (2023, p. 218). Esta obra influenciou a reflexão de feministas como Betty Friedan (1921-2006) e Germaine Greer, entre outras.

No início dos anos 60, *A mística feminina* (1963), da escritora e ativista americana Betty Friedan, “tornou-se rapidamente um *best-seller* que instigou a consciência e a força da identidade das mulheres dos Estados Unidos (Sand, 2023, p. 218). Esta obra retrata a ideia da restrição social do papel da mulher, que seria “procurar realizar-se como esposa e mãe. A voz da tradição e da sofisticação freudiana diziam que não podia desejar melhor destino do que viver a sua feminilidade” (Friedan, 1971, p. 17)³⁰. Friedan assume-se crítica desse papel atribuído às mulheres: “É preciso dizer «não» à imagem da dona de casa. Isto não significa, naturalmente, divorciar-se do marido, abandonar os filhos, renunciar ao lar. (...) É necessário apenas fazer um novo plano de vida, em termos da existência inteira” (1971, p. 294). Para que tal seja possível, defende o direito à profissionalização e educação da mulher, através de “um programa educativo de âmbito nacional (...), para as mulheres desejosas de assumir um compromisso profissional” (Friedan, 1971, p. 317), o direito de acesso ao trabalho, à vida política e cultural, reivindicação que aliás já tinha sido feita por Wollstonecraft.

A australiana Germaine Greer (1939-...) destacou-se no movimento feminista pelo seu livro *The Female Eunuch* (1970). Neste, analisou a repressão sexual que era imposta às mulheres e apontou os homens como a classe opressora e os principais culpados pela distorção da noção do conceito de identidade feminina. Abordou ainda aspetos considerados sensíveis do ponto de vista social para a época, tais como a negação do ideal de família, o conceito de maternidade e a conceção de que todas as mulheres eram

³⁰ Na referência foi utilizada a edição de 1971 da obra *A mística feminina* de B. Friedan, originalmente publicada em 1963.

monógamas e referiu que, tendo em conta o ideal do Eterno Feminino, as mulheres eram vistas como um objeto sexual e um ser atraente. Criticou ainda o facto de esta conceção ser utilizada na publicidade, para aumentar as vendas. Nesta, a mulher era retratada como se se tratasse de uma boneca, de um ser perfeito e admirável, com um lindo sorriso, pele perfeita, pernas longas, seios bonitos e até uma voz sensual (Greer, 1970). Para Greer, esta imagem, que não correspondia à realidade, dava a entender que a mulher era um ser castrado, que tinha de irradiar felicidade, para evitar que tudo à sua volta se desmoronasse.

A norte-americana Margaret Sanger (1879-1966) foi uma das responsáveis pela expansão da liberdade sexual das mulheres e pelo planeamento familiar. Destacou-se como enfermeira e ativista, e apoiou, desde o início do século XX, o acesso das mulheres à informação, relativamente aos métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, à qual as mulheres ocidentais viriam a ter acesso nos anos 60. Como enfermeira, no seu contacto diário com as condições de vida dos imigrantes pobres, constatou os problemas de saúde destas mulheres, devido às gestações e aos abortos a que estas eram sujeitas. De modo a diminuir estes episódios, Sanger estabeleceu como missões transmitir às mulheres informações sobre o controlo da natalidade e revogar a Lei de Comstock, que tinha entrado em vigor nos Estados Unidos da América, a 3 de março de 1873, e que proibía a distribuição de métodos contraceptivos pelo correio, por serem considerados materiais obscenos. Com esse objetivo, em 1914, lançou a publicação feminista, *The Woman Rebel*. Nesta revista, defendia o controlo da natalidade, tendo sido acusada de violar a Lei de Comstock. Fugiu para Inglaterra e só voltou um ano depois para ser julgada. Todavia, depois de ter perdido a sua filha de cinco anos, a pressão dos populares fez com que as acusações lhe fossem retiradas. Em 1916, uma semana depois de abrir a primeira clínica de controlo de natalidade, em Brooklyn, Sanger foi detida durante um mês. Os *media* deram grande atenção ao caso, levando os tribunais a permitir que os médicos pudessem prescrever métodos contraceptivos para as mulheres, mas apenas por razões médicas. Em 1923, Sanger abriu outra clínica de controlo de natalidade e um ano depois, lançou *Woman and the New Race* (1922), livro em que defendia que só os métodos contraceptivos podiam pôr fim ao aborto e ao infanticídio e que a mulher devia ser livre para escolher se queria ou não ser mãe e, em caso afirmativo, a decisão quanto ao número de filhos devia ser também sua. Apesar da resistência da Igreja Católica e de alguns

médicos, os esforços da ativista surtiram efeito. O uso de métodos contraceptivos foi legalizado, nos Estados Unidos da América, a partir de 1936³¹.

Na ação política, merece destaque a francesa Simone Veil (1927-2017). Para além de ter sobrevivido ao campo de concentração de Auschwitz, em 1974 assumiu o cargo de Ministra da Saúde, do Governo francês, a convite do à época Presidente Valéry Giscard d'Estaing. Testemunhou, em França, a aprovação da lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez (Lei Veil), projeto de lei que defendia e que entrou em vigor em 17 de janeiro de 1975. Esta legislação estipulava que, quando a interrupção voluntária da gravidez fosse executada antes da décima semana de gestação, por um médico, num estabelecimento público ou privado autorizado, isto é, que tivesse em consideração o código de saúde pública, após aconselhamento de um profissional, todas as penalizações legais que a mulher pudesse sofrer eram suspensas. Em 1979, Veil tornou-se na primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do Parlamento Europeu, eleita por sufrágio universal direto. Desempenhou essa função até 1982. Uma década depois, em 1993, voltou a assumir um cargo político, desta vez como ministra de Estado e da Saúde e dos Assuntos Sociais, do governo de Édouard Balladur. Nesse ano, foi também condecorada com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, de Portugal, por Mário Soares, à época Presidente da República. Dois anos mais tarde, deixou de desempenhar essa função e, entre 1998 e 2007, integrou o Conselho Constitucional de França. Em 2005, recebeu o prémio Príncipe das Astúrias da Cooperação Internacional, que distingue, anualmente, instituições ou personalidades que se destacaram, no ano anterior, em atividades de cooperação internacional³². Com este galardão, Veil viu ser reconhecido o seu esforço de projetar mundialmente os valores europeus. Em 2008, passou a ser membro da *Académie Française* e pediu para gravar na espada cerimonial o número que lhe foi atribuído em Auschwitz (78651); o lema da República Francesa – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – e o lema da União Europeia – “Unidos na Diversidade”. Quatro anos mais tarde, em 2012, foi condecorada com a Grande Cruz da Légion d'honneur³³, criada por Napoleão Bonaparte, em 1802, e considerada a mais prestigiada Medalha de Honra de

³¹Informações retiradas de <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/margaret-sanger>

³² Informação disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/simone-veil-premio-principe-das-asturias_n110592

³³ Informações consultadas em: https://european-union.europa.eu/system/files/2021-07/eu-pioneers-simone-veil_pt.pdf

França³⁴. Todos estes feitos e distinções levaram a que se tornasse um ícone do feminismo francês da época.

A exclusividade masculina da representação presidencial, prolongada desde os “pais fundadores” da Comunidade Europeia, foi contrariada pela eleição de Simone Veil. (...) Simone Veil (...) era o rosto da inclusão e da firmeza ativa do feminismo francês, de forte tendência existencialista, a favor da valorização da mulher pelo que é o seu valor humano (Santos, 2021, p. 390).

A década de 70 coincide com o crescente interesse político sobre as mulheres. Em 1975, por considerá-las uma minoria social, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu o fim da discriminação das mesmas, instituindo o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Outro exemplo dessa preocupação em relação à discriminação das mulheres, por parte desses organismos internacionais, foi a realização de eventos, como: a Década Internacional das Mulheres (1975-1985) e as Conferências Mundiais em países como México (1975), Copenhaga (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). Tal como Subtil e Silveirinha (2017) afirmam, estas conferências tiveram como principal objetivo problematizar “a condição histórica das mulheres” e estimular “orientações mundiais favoráveis a políticas conducentes à igualdade de género” (p. 44).

3.1.3. – III vaga do movimento feminista: inclusão de questões raciais e minorias nos debates feministas; interseccionalidade

A crescente preocupação de incluir no debate feminista as questões étnico-raciais e as minorias queer (Malinowska, 2020) coincide com o período designado como terceira onda. Para Gilley (2005), esta onda conjuga três argumentos teóricos distintos: 1) defende que a igualdade entre homens e mulheres já foi conseguida, em diversas áreas (reprodução, saúde, educação), sendo assim o feminismo algo desnecessário; 2) remete para o facto de as mulheres estarem cansadas de lutar pelo feminismo, visto que estão demasiado assoberbadas com as tarefas de mãe, esposa e dona de casa; e 3) legitima que o feminismo, até à época, se debruçou apenas sobre as questões da maioria branca,

³⁴ Retirado de: <https://the.akdn/pt/recursos-e-media/o-que-h%C3%A1-de-novo/comunicado-de-imprensa/o-presidente-macron-atribuiu-sua-alteza-mais-prestigiada-honra-de-fran%C3%A7a-gr%C3%A3-cruz-da>

excluindo a integração de outras etnias. As reivindicações desta vaga têm sido protagonizadas por figuras como Sheila Rowbotham e Angela Davis.

Sheila Rowbotham (1943-...), ativista inglesa, foi uma das organizadoras da primeira National Women's Liberation Conference, realizada no Reino Unido, em 1970, que reuniu ativistas do Movimento de Libertação das Mulheres, formado no final de 1960. Neste evento, que tinha como finalidade o desenvolvimento de uma visão política comum, foram anunciadas quatro reivindicações de grande importância para o movimento feminista: igualdade de educação e de oportunidades; igualdade salarial; creches abertas 24 horas; contraceção gratuita e aborto a pedido. Destacou-se também pela escrita, tendo publicado *Women, Resistance and Revolution* (1972), *Woman's Consciousness, Man's World* (1973), *Women in Movement* (1992), *Promise of a Dream* (2000) e, recentemente, *Daring to Hope: My Life in the 1970s* (2021). Em *Promise of a Dream*, aborda temas como o sindicalismo, o controlo da natalidade, a sexualidade, os salários e o amor³⁵. Condena a perspetiva histórica marxista e ortodoxa, uma vez que negligencia a maternidade; o papel das mulheres como donas de casa; a sexualidade e todos os aspetos que diminuem a importância a nível político das mulheres na sociedade. Para Rowbotham, a solução passa pelo desenvolvimento de uma perspetiva que atribua igual importância a homens e mulheres. Acusa os partidos de esquerda por não terem em consideração a opressão que as mulheres sofrem cultural e economicamente, e que o sistema capitalista é um meio que as controla, de modo a facilitar, não só a produção, como a reprodução do trabalho dos homens. Defende ainda que os homens também devem estar envolvidos na luta pela emancipação feminina, rejeitando a visão do feminismo radical, que sustenta que estes não têm de assumir nenhum papel nessa luta.³⁶

Angela Davis (1944-...) nasceu em Birmingham, nos Estados Unidos da América, e foi desde cedo sujeita ao racismo e ao ativismo, visto que, a cidade onde nasceu era das mais segregadas do ponto de vista racial. As casas dos residentes negros do bairro onde a americana cresceu eram frequentemente atacadas por bombas da Ku Klux Klan, grupo de movimentos que defendiam a supremacia e o nacionalismo branco e se opunham à imigração. Isto motivou a mãe de Davis a integrar uma organização comunista de direitos

³⁵ Informações retiradas do artigo *A most unshowy icon*, da autoria de Benn (2008), disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2008/oct/22/women-highereducation-sheila-rowbotham-feminism>

³⁶ Informações disponíveis em <https://www.tutor2u.net/politics/reference/sheila-rowbotham-1943>

civis negros, começando assim a sua ligação à política. A sua infância e juventude foram marcadas pelo comprometimento com a causa étnico-racial, o que a levou a problematizar as questões da interseccionalidade, isto é, que se relacionam com discriminações múltiplas, que assentam na junção de dois ou mais tipos de discriminação (dupla discriminação, discriminações compostas, etc.). “A metáfora da intersecção foi introduzida por Kimberlé Crenshaw para dar ênfase à existência de vários eixos de desigualdade” (Alonso, 2010, p. 25), tais como género, etnia, idade, sexo, religião, deficiência ou orientação sexual³⁷.

Após concluir o doutoramento em filosofia, na Alemanha, Davis regressou aos EUA, envolvendo-se no movimento de luta pelos direitos civis e assumindo um cargo de liderança numa filiação local do Partido Comunista. Em 1969, começou a lecionar filosofia, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Contudo, o facto de a feminista estar ligada à esquerda marxista, levou Ronald Reagan, à data governador da Califórnia, a pressionar a universidade para a demitir. O apoio que recebeu por parte não só dos alunos, mas também dos colegas de trabalho, fez com que Davis levasse o caso a tribunal. Apesar de o Supremo Tribunal da Califórnia ter decidido que a americana não podia ser demitida só por ter essa ligação ao partido, a universidade, passado alguns meses, alegou que os seus discursos políticos causavam desordem e demitiu-a.

Foi nessa altura que Davis se envolveu com o Comité de Defesa dos Irmãos Soledad, três presidiários negros que tinham sido acusados de assassinar um guarda prisional branco. No seu julgamento, a 7 de agosto de 1970, um outro irmão Soledad entrou armado no tribunal e fez vários reféns, com o objetivo de conseguir libertar os irmãos. A polícia reagiu e foram mortas quatro pessoas, incluindo o juiz. Na investigação deste caso ficou registado que a arma que o atirador possuía era a que Davis tinha comprado dias antes, numa loja de penhores. Com isto, Davis podia ser acusada de crime pela lei da Califórnia e decidiu esconder-se, passando a ser incluída na lista de procurados pelo FBI. Em outubro desse ano foi presa, durante 18 meses, após ser acusada de sequestro, conspiração e assassinato. Fora da prisão, tornou-se num símbolo de resistência a nível internacional. Os ativistas defendiam-na, afirmando que estava a ser alvo de injustiça, devido às suas opiniões políticas.

³⁷ Artigo disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1760>

A 4 de junho de 1972, um juiz branco considerou Davis inocente e libertou-a. Esta experiência incentivou ainda mais a ativista a lutar pela justiça e igualdade. Através de palestras e dos diversos livros publicados, tais como *Mulheres, Raça e Classe* (1981), *The prison Industrial Complex* (2001), *A liberdade é uma luta constante* (2015) e *Abolition. Feminism. Now* (2022), Davis aborda temas como a igualdade racial, os direitos das mulheres e a comunidade LGBT, ou seja, tópicos relacionados com a interseccionalidade. Além disso, também se destacou enquanto crítica das desigualdades do capitalismo e da reforma prisional. Atualmente, para além de escritora, continua a proferir discursos e a lutar pela abolição da pena de morte, na Califórnia³⁸.

3.1.4. – IV vaga do movimento feminista: “ciberfeminismo” e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas com a igualdade

Alguma literatura feminista considera estarmos a entrar numa quarta onda. Esta tem vindo a dar crescente atenção à interseccionalidade, conceito definido anteriormente, no que respeita ao desenvolvimento de políticas públicas, nomeadamente as que estão relacionadas com a igualdade (Subtil, 2020). Para além disso, na visão de Cochrane (2013) é “definida pela tecnologia: pelas ferramentas que permitem às mulheres construir um movimento forte, popular e reativo” (par. 3). O processo de digitalização tem feito com que o ativismo migre para as várias plataformas *online* e para as redes sociais, como o *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram*. Malinowska acredita que: “o uso privado e organizado das redes sociais tornou-se um verdadeiro catalisador para a luta contra o assédio das mulheres, a discriminação profissional, o sexismo dos *media* e o julgamento em relação ao género” (2020, p. 5). Acrescenta ainda que tornou o feminismo inclusivo e participativo, globalmente, permitindo que mulheres que não estão inseridas no contexto ocidental possam lutar pelos seus direitos. Segundo Sand, o “uso estratégico e eficaz das redes sociais acrescentou uma nova dimensão de protesto às lutas de sexos no início do século XXI: como o movimento [MeToo](#), criado, em 2006, por Tarana Burke, uma afro-americana activista [sic] dos direitos sociais e civis” (2023, pp. 223-224). Com este movimento, Burke tinha como objetivo ser solidária com as mulheres provenientes das minorias, que eram excluídas, pobres e constantemente vítimas de violência sexual. Até

³⁸ Os dados sobre Angela Davis foram retirados do artigo *Life Story: Angela Davis (1944-)*, disponível em: <https://wams.nyhistory.org/growth-and-turmoil/feminism-and-the-backlash/angela-davis/>

2017, o MeToo não era muito conhecido, no entanto, nesse ano, a atriz Alyssa Milano referiu-o, no Twitter, através de uma hashtag (#MeToo), dando-lhe notoriedade a nível mundial. A partir desse momento, várias atrizes de Hollywood denunciaram situações em que foram agredidas por realizadores ou produtores, que, até então, tinham sido ocultadas e escondidas por medo ou vergonha (Sand, 2023). “A Internet fez com que este protesto explodisse por todo o território dos Estados Unidos [e, posteriormente, pela Europa Ocidental]. Mulheres, milhares de mulheres, publicaram o seu #MeToo, denunciando situações de assédio por parte de encenadores, actores [sic], e depois políticos, juízes, dirigentes empresariais, etc” (Sand, 2023, p. 224). Importa referir que, a mensagem do #MeToo não foi consensual. Em França, o movimento foi fortemente criticado por um [manifesto](#), publicado em 9 de janeiro de 2018, no jornal *Le Monde*, intitulado “Defendemos o direito de importunar, indispensável à liberdade sexual”, assinado por 100 mulheres, entre as quais Catherine Millet, Ingrid Caven e Catherine Deneuve. Estas intelectuais francesas alegavam que, ao invés de ajudar as mulheres a serem mais autónomas, o MeToo apenas assumia publicamente o ódio à sexualidade e aos homens. Este movimento foi um dos mais notórios no que respeita ao ativismo digital, conhecido como ciberfeminismo, que levou a que questões relacionadas com identidade de género, assédio em transportes, violações e igualdade entre homens e mulheres atingissem outra escala, começando a ser debatidas por mais pessoas.

Uma das autoras que mais se tem destacado na discussão destes tópicos é Judith Butler (1956-...), filósofa norte-americana, que escreveu diversas obras, entre as quais *Problemas de Género: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990), *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”* (1993) e *Desfazendo Género* (2004). Apesar de temporalmente estes livros terem sido publicados na última década do século XX e no início do novo milénio, a verdade é que já abordavam temas relacionados com a performatividade do género e a teoria queer, que também têm sido amplamente discutidos na quarta vaga. Butler assume-se como crítica de certos aspetos do feminismo, uma vez que defende que este movimento ainda utiliza a lógica binária de género imposta culturalmente, ou seja, utiliza os termos “masculino” e “feminino”, baseando-se na natureza biológica dos corpos. Como tal, aqueles que não se encaixam na estrutura discursiva binária (homem-mulher) podem ser considerados sujeitos oprimidos. Além disso, afirma que não há género sem discurso e que é o discurso que determina a natureza verídica do conceito de género. Butler apoia-se na teoria da performatividade, introduzida

pelo filósofo John Langshaw Austin, que assume que a linguagem é entendida como ação e constitui a realidade³⁹, para defender que as noções de gênero são uma construção social e que, como tal, a sociedade impõem práticas que são entendidas como femininas ou masculinas. Quem não se enquadra nessas práticas pré-determinadas é excluído (Butler, 1990). A filósofa feminista norte-americana salienta que é preciso desconstruir essas identidades de gênero excludentes para que todos possam viver da forma que desejarem. Assume-se ainda como defensora da teoria queer, que, para Haddad e Haddad (2017), é vista como “um campo de pesquisa que problematiza todas áreas do saber, partindo de experiências de sexualidade de gênero dissidente, como as homossexuais, transexuais, bissexuais entre outras” (p. 5) e que se pauta pela inexistência de uma linearidade entre gênero e sexo. Na visão de Sand (2023), “de acordo com o pensamento *queer*, a identidade de gênero não vem da natureza, mas resulta de uma construção social, sempre portadora de opressão e de interdições” (p. 223). Butler apresentou nas suas obras, pontos de vista relacionados com o gênero considerados revolucionários, tal como a ideia de que uma pessoa deve definir-se da maneira que quiser e não tendo em conta o seu sexo biológico. Assim sendo, o gênero é performativo, ou seja, é o conjunto de todas as ações e comportamentos praticados e repetidos socialmente ao longo do tempo. “Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (Butler, 1990, p. 200). No entanto, todos os que não se identificam com a noção tradicional de gênero e que não repetem essas normas sociais são considerados “queer”, isto é “esquisitos”.

3.2. – O movimento feminista em Portugal

Em Portugal, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, falar da existência de um movimento feminista estruturado é complexo, visto que o contexto político e social obstaculizou o florescimento de uma mentalidade liberal, que tivesse presente os princípios do feminismo (Ferreira, 2014). Até ao Estado Novo, mais concretamente até à sua implementação em 1933, as organizações feministas assimilavam grosso modo aquilo que os movimentos internacionais reivindicavam, como o direito ao trabalho, ao voto, à educação e à alteração das leis do casamento e divórcio. Contudo,

³⁹Informação disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/58805/34635>

em:

essa luta para alterar o papel socialmente atribuído ao sexo feminino foi difícil e conturbada. Apesar dos obstáculos, durante a primeira República, houve quem fizesse frente ao regime e lutasse pelos direitos das mulheres, como foi o caso de Adelaide Cabete (1865-1935). Para além da sua atividade profissional, enquanto médica ginecologista, reivindicou para as mulheres o direito ao voto e a licença de maternidade por um mês. Foi dirigente de várias organizações feministas, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) e as Ligas de Bondade. A LRMP, criada em 1908, e legalizada no ano seguinte, foi muito ativa no que tocava a temas como “o voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicidade infantil” (Pires, 2012, p. 173). Apesar de esta liga não ter sido a primeira a tentar combater as desigualdades existentes, foi aquela que conseguiu ser mais consistente, devido ao elevado número de associadas. Segundo Silva (1983), a LRMP foi a liga “que se propôs defender o estatuto das mulheres, dentro dos ideais republicanos e em profunda ligação com o Partido Republicano e toda a movimentação política em curso” (p. 876).

Cabete destacou-se também enquanto Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que fundou em 1914⁴⁰. O CNMP aprovou e publicou, no seu boletim oficial, intitulado *Alma Feminina*, estatutos relacionados com a defesa de tudo o que dizia respeito à melhoria das condições morais e materiais da mulher, tais como: a remuneração equitativa do trabalho; a proteção da criança em relação aos maus tratos; a exigência de trabalhos que fossem superiores à sua força; a higiene das grávidas e das mulheres que acabassem de dar à luz; o protesto contra a prostituição de menores, procurando formas de a evitar. Este documento tinha como objetivo valorizar o bem-estar da mulher, em particular, e da humanidade, em geral⁴¹. Para Silva (1983), o CNMP foi a “organização de maior e mais longo impacte [*sic*] no movimento para a emancipação da mulher em Portugal” (p.877). Os principais objetivos estavam relacionados com tópicos como: Higiene, Paz e Educação, Propaganda, Arte, Assistência Social, Beneficência, Emigração, Finanças, Imprensa, Legislação, Moral, Sufrágio (Cova, 2010). Depois de ter organizado vários congressos, que tematizaram esses tópicos, como por exemplo o I e II

⁴⁰ “Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX”, disponível em: <https://www.natgeo.pt/historia/2021/04/adelaide-cabete-o-rosto-do-feminismo-portugues-no-seculo-xx>

⁴¹ Informação retirada de <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>

Congressos, em 1924 e 1928 respetivamente, que debateram o acesso das mulheres à educação, o Governo decidiu, em 28 de junho de 1947, encerrá-lo, depois da exposição internacional “Livros escritos por mulheres”, organizada por Maria Lamas. Segundo Cova (2010), o argumento foi que “os seus objectivos *[sic]* são vagos e que entra em competição com as organizações estatais” (p. 18).

Outras interpretações relativas às razões do encerramento do CNMP têm sido avançadas. Costa (2022) afirma que este se deveu à derrota do fascismo na Europa e ao surgimento de uma forte oposição ao Estado Novo, principalmente por parte de Maria Lamas (1893-1983), quando esta era presidente do Conselho (desde 1945) e assinou a lista que apoiava o Movimento de Unidade Democrática que se opunha ao regime. Na visão de Costa (2022), apesar de Maria Lamas, enquanto presidente do CNMP, ter tido o objetivo de mobilizar a “massa de mulheres” e de o tornar “numa organização de âmbito nacional, através da tomada de medidas específicas, como a de formação de comissões de organização e propaganda em várias zonas do país, de forma a angariar o maior número de sócias” (p. 117)⁴², a sua luta política antifascista sobrepois-se ao movimento feminista português, levando ao encerramento do mesmo. Além da LRMP e do CNMP, Cabete dirigiu as Ligas de Bondade criadas em 1917. Estas ligas tinham como princípio “fortalecer a educação moral da criança”, promovendo “a prática do bem em todas as suas formas, formando o bom patriota e o bom cidadão” (Lousada, 2010b, p. 1).

Outra figura de destaque na I República, que lutou pelos direitos das mulheres portuguesas, foi Ana de Castro Osório (1872-1935). Para além de ativista, foi escritora, tendo sido autora de um dos primeiros manifestos feministas portugueses – *Às Mulheres Portuguesas* –, publicado em 1905, onde defendia não só o direito ao voto, à cultura e à educação, como também a igualdade salarial e de oportunidades de emprego entre homens e mulheres. Para além desse livro, escreveu outros como *A educação cívica das mulheres* (1908) e *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911). A palavra “empenhada” é uma das mais adequadas para a descrever, uma vez que, para além de participar em diversos eventos feministas, também estava envolvida em organizações que tinham o mesmo fim. Em 1907, fundou e dirigiu o Grupo Português de Estudos Feministas, que

⁴² Maria Lamas não queria promover o feminismo em si, mas sim estudar e encontrar soluções para os problemas e para as barreiras que as mulheres enfrentavam, quer na vida privada, quer na pública e profissional, sendo que, para tal, promoveu cursos de alfabetização, de línguas (inglês e francês), de imprensa e puericultura (subespecialidade da pediatria) (Costa, 2022).

integrava outras feministas como Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda e Sofia Quintino. Este grupo era laico e defendia, na esfera pública, o direito ao divórcio, ao mesmo tempo que procurava transmitir os ideais feministas. No ano seguinte, formou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que presidiu desde a sua fundação até 1911, data em que se demitiu, devido às divergências que tinha com os republicanos, relativamente ao sufrágio. Nesse mesmo ano, decidiu associar-se à criação da Associação de Propaganda Feminista, cuja finalidade era aumentar o reconhecimento da mulher, através da educação e da instrução, algo que a mesma defendia ser importante para o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres. Já durante a Primeira Guerra Mundial, em 1914, foi uma das fundadoras da Comissão Feminina pela Pátria, uma das primeiras instituições organizadas portuguesas que tinha como fim a mobilização das mulheres para o esforço de guerra, e integrou o grupo da Cruzada das Mulheres Portuguesas, em 1916, que queria “trazer à luz do dia as questões mais candentes que se relacionam com a participação feminina nos conflitos bélicos” (Lousada, 2011, p. 667).

Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), licenciada em medicina e pioneira na prática cirúrgica em Portugal, foi a primeira portuguesa a exercer o direito de voto. A 14 de março de 1911 foi publicada a primeira Lei eleitoral do regime republicano, que reconhecia o direito ao voto a todos os cidadãos que tivessem mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever ou assumissem a função de chefes de família. No entanto, a lei não incluía a restrição ao voto, tendo em conta o sexo. Como tal, a ativista, que era viúva desde os 33 anos e, por isso, chefe de família, apresentou, a 4 de abril, um requerimento no qual pedia a sua inclusão nos cadernos eleitorais (Barroso, 2017). Foi esse requerimento⁴³ que lhe permitiu ser a primeira mulher a votar em Portugal, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 28 de maio de 1911. Este episódio foi tão notório que chegou a ser notícia na imprensa nacional e internacional. Jornais como *O Século*, *O Tempo*, *A Vanguarda*, *A Capital* (Barroso, 2017), *The Globe* e *Votes for Women*⁴⁴ deram conta deste feito. O artigo 1º do Código Eleitoral de 1913 veio esclarecer esta questão, estabelecendo que eram considerados “eleitores de cargos legislativos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no pleno gozo dos seus direitos civis

⁴³ Requerimento apresentado à Comissão de Recenseamento do 2º Bairro.

⁴⁴ Informação retirada de: <https://expresso.pt/politica/2016-10-05-Carolina-votou-em-1911.-Foi-a-primeira-e-a-Republica-mudou-a-lei-para-impedir-o-voto-feminino>

e políticos, saibam ler e escrever português, e residam no território da República Portuguesa”⁴⁵.

Estes são apenas alguns exemplos de mulheres portuguesas que lutaram contra a desigualdade de género durante a 1ª República. Nestas reivindicações não estiveram sozinhas. A elas juntaram-se, naquele período, alguns intelectuais, como Mário Domingues e Ferreira de Castro, ambos jornalistas e escritores; o fundador do jornal *O Século*, o jornalista Sebastião Magalhães Lima e o político, ministro e Presidente da República, que elaborou legislação protetora do trabalho das mulheres e dos menores, Bernardino Machado.

Nesta época, parte da imprensa deu voz às reivindicações das mulheres. Segundo Tengarrinha (2013), em Portugal existem periódicos dirigidos ao público feminino desde o século XIX. Na visão do autor, estes “desenvolviam temas preferencialmente ao gosto das senhoras, com carácter recreativo ou informativo (novas modas, critérios de elegância feminina, romances em folhetim, poesias, espetáculos)” (2013, p. 825) e, frequentemente publicavam textos em defesa da condição social da mulher. Como exemplo desses periódicos temos: o *Correio das Damas: Jornal de Literatura e de Modas*, que se fundou em 1836 e se manteve até 1852; o *Interessante: Jornal de Segredos* (1856), que publicava nomeadamente conselhos relativamente à higiene corporal, segredos de jardinagem e ensinamentos sobre economia doméstica, e o jornal *Emancipação da Mulher* (1868), que apoiava o movimento de libertação social das mulheres e a defesa dos seus direitos (Tengarrinha, 1989). Para Tengarrinha (2013), as colaboradoras destes jornais provaram que as mulheres da época tinham qualidades de escrita notáveis. Na opinião de Lopes (2005), a imprensa teve uma importância acrescida na luta pela igualdade de direitos: “[foi a] porta-voz de conflitos e lutas contra a discriminação e exclusão, em registos múltiplos, tanto no que respeita à ideologia como aos géneros em que o feminino se queria exprimir” (p. 576). Com a aproximação da instauração da República, as mulheres portuguesas acreditavam que ia haver progressos, relativamente à causa feminista. “A imprensa serviu de amplificador da voz que queriam fazer ouvir – a voz das mulheres” (Lousada, 2010a, p. 3). Na visão de Pêgo (2016), “a publicação de textos de muitas feministas na imprensa existente na altura, reclamando o direito ao voto, ao trabalho e a remuneração equitativa, promovendo a igualdade de direitos e deveres” (p. 14) mostrou

⁴⁵Informação

disponível

em:

<https://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2015/N10/codigoeleitoral1913.pdf>

que as mulheres queriam alterar o panorama discriminatório em que viviam. Surgiu então a revista *Mulher Portuguesa e A Semeadora*, publicada pela primeira vez em 1912, no entanto, por razões desconhecidas, foi suspensa um ano depois. O jornal *A Semeadora* (1915) procurou fomentar ideias de mudança do papel social das mulheres, todavia, foi encerrado três anos mais tarde (Esteves, 1998). Com todos estes entraves, Rodrigues afirma que “o decorrer da primeira metade do século XX foi particularmente difícil, quer para o desenvolvimento da imprensa feminista, quer para a defesa dos direitos das mulheres em periódicos apenas de carácter feminino” (2016, p. 52), sendo que um dos maiores obstáculos foi a instauração do regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, em Portugal, a partir de 1933.

Durante esse período (1933-1974), todas as manifestações feministas foram silenciadas. O regime tinha a convicção de que a condição social das mulheres se resumia ao seu estatuto de mãe, esposa e dona de casa. Pinto *et al.* (2014) resumem da seguinte forma a visão que o regime tinha do papel das mulheres na sociedade: “Desde pequenina que era treinada para ser assim, submissa ao poder patriarcal do pai, do irmão e, mais tarde, do marido. O único futuro que podia ambicionar era o de fazer um bom casamento que garantisse o sustento da família, que, custasse o que custasse, tinha de se manter unida, estável e forte; uma metáfora do próprio regime” (par. 3). As mulheres quase não tinham direitos, não podiam votar, sair do país, abrir uma conta bancária ou até mesmo utilizar métodos contraceptivos sem a autorização do marido (Pinto, *et al.*, 2014). Não podiam escolher com quem queriam casar e não tinham direitos sobre a sua propriedade. O divórcio não era autorizado, devido ao acordo estabelecido com o Vaticano na Concordata de 1944. Assim, todas as crianças que nasciam fruto de uma relação que não a do primeiro casamento eram consideradas ilegítimas. Nestes casos, a mulher ou recebia o estatuto de “mãe incógnita” ou dava o apelido do primeiro marido à criança, estando sempre impedida de dar, quer o seu nome, quer o do atual marido (Couto, 2005). No que respeita ao trabalho, as mulheres também encontraram grandes entraves, uma vez que, não podiam exercer profissões nas áreas da diplomacia, política e magistratura. Estes cargos eram apenas exercidos por homens.

As mulheres do meu país, de Maria Lamas, composta por 15 fascículos distribuídos entre 1948 e 1950, tentou romper com esta visão. A escritora percorreu o país de norte a sul, incluindo as ilhas, entre 1947 e 1949, para abordar a vida das mulheres portuguesas e retratar as condições a que estavam sujeitas, textual e visualmente. “A autora mostra (...)

a miséria, a ignorância e a opressão que caracterizam, segundo ela, a condição feminina das mulheres portuguesas do pós-guerra, através das pormenorizadas descrições das condições de vida das suas entrevistadas e das respostas que estas dão às perguntas da repórter” (Cabral, 2017, par. 22). Numa altura em que a publicação de livros referentes ao feminismo internacional, como *Le Deuxième Sexe*, tinha sido proibida pelo regime (Ferreira, 2014), também a sua reportagem corria o risco de ser censurada, visto que se tratava de um contradiscurso, ou até mesmo, de um discurso anti propaganda do regime da época (Cohen, 2004). “A fotorreportagem de Maria Lamas mantém-se (...) como o primeiro contradiscurso textual e fotográfico do período do Estado Novo” (Cabral, 2017, par. 10). Ao longo da sua obra, Lamas dá especial atenção às mulheres, relatando que, por todo o país, desde as mais novas até às mais velhas, todas trabalhavam até à exaustão. Na sua ótica, só o trabalho as poderia libertar e lhes podia conferir autonomia pessoal e uma identidade própria, no entanto, as que estavam incapacitadas de trabalhar acabavam por ser reduzidas à mendicidade. “Maria Lamas incide rigorosamente nas mulheres, no limite, quase como se não houvesse homens, senão para fazer filhos e dar trabalho em casa!” (Cabral, 2017, par. 19). Segundo a escritora, a maioria das mulheres tinha um baixo nível de instrução e, no que respeita à socialização, apenas as que trabalhavam em fábricas tinham esse privilégio, já que em casa viviam isoladas.

No final da ditadura, já na chamada Primavera Marcelista, a discussão ao redor da condição das mulheres portuguesas ressurgiu graças à publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972. A obra de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, conhecidas como “as três Marias”, denunciava questões relacionadas com o sistema judicial, a guerra colonial, a violência, a desigualdade, a discriminação, a condição da mulher, a sexualidade feminina, entre outras. Três dias após ter sido publicado, o livro foi censurado pelo regime de Marcelo Caetano, sendo considerado imoral e pornográfico, tendo sido instaurado um processo judicial às autoras e ao editor, Romeu de Melo. “As três Marias” foram interrogadas separadamente pela PIDE, mas recusaram-se a revelar quem tinha escrito o quê. O julgamento, que teve início a 25 de outubro de 1973, foi várias vezes adiado, devido a sucessivos incidentes, e acabou por ser suspenso após o 25 de abril de 1974. Este acontecimento originou uma onda de apoio internacional, levando algumas feministas como Simone de Beauvoir e a escritora britânica, Prémio Nobel de Literatura em 2007, Doris Lessing a liderar uma campanha de solidariedade para com as autoras. Ocorreram vários protestos e manifestações,

principalmente junto das embaixadas portuguesas no estrangeiro, que tiveram uma grande cobertura por parte dos meios de comunicação internacionais ⁴⁶.

A Revolução de 25 de abril de 1974 marcou o início do regime democrático em Portugal, trazendo alterações a nível político, económico, social e cultural. Neste contexto, as mulheres viram a sua condição mudar significativamente. A título de exemplo, em maio desse ano, o IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, publicou um decreto-lei que alterava vários artigos do Código Civil relacionados com o divórcio. Assim, o casamento católico passou a ser regido pelas mesmas leis que o casamento civil, podendo ser anulado pelos tribunais civis. Além disso, em 1975, Maria de Lourdes Pintasilgo, engenheira química-industrial, que nesse ano ocupava o cargo de Ministra dos Assuntos Sociais e que viria a ser a primeira mulher a desempenhar a função de Primeiro-Ministro, entre 1 de agosto de 1979 e de 3 de janeiro de 1980, após convite do à época Presidente da República, Ramalho Eanes⁴⁷, criou a Comissão da Condição Feminina (CCF)⁴⁸. Este organismo fez um levantamento das discriminações a que as mulheres portuguesas estavam sujeitas e deu início às primeiras medidas legislativas para as solucionar. Este processo iniciou-se com a aprovação da Constituição de abril de 1976, que tinha como objetivo estabelecer a igualdade salarial, de acesso à profissão, ao trabalho e de direitos e deveres conjugais entre homens e mulheres⁴⁹, o que não se verificou até aos anos 90, data em que a CCF se passou a chamar Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Em 1995, cinco anos após essa alteração, a Comissão participou na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, também conhecida como Conferência de Pequim. Foi também na década de 1990, mais concretamente em 1997, que o XIII Governo Constitucional, liderado por António Guterres lançou o I Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades, assumindo “o compromisso com a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade” (Subtil & Silveirinha, 2017, p.48). Este Plano tinha vários objetivos, tais como: promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, quer nas políticas económicas, sociais e

⁴⁶ Informações retiradas do artigo *Novas Cartas Portuguesas*. “Chegou a hora de dizer basta. E formarmos um bloco com os nossos corpos.”, disponível em: <https://www.50anos25abril.pt/iniciativas/novas-cartas-portuguesas>

⁴⁷ Informação disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/biografia-de-maria-de-lurdes-pintasilgo/>

⁴⁸ Informação consultada em: <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/historia-da-cig/>

⁴⁹ Informação disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/cod-civil-direitos-mulheres.aspx#_ftn2

culturais, quer no acesso ao emprego e prevenir episódios de violência e garantir proteção adequada às mulheres vítimas de crimes dessa índole⁵⁰.

Ao longo dos anos foram elaborados mais Planos de Igualdade. O II Plano Nacional para a Igualdade (2003-2006) defendia a adoção de medidas específicas destinadas a incentivar e apoiar, não só o autoemprego, como também, as iniciativas empresariais das mulheres; a melhoria das condições de acesso à saúde, incluindo a sexual e reprodutiva, tendo em atenção as características específicas dos homens e das mulheres e a difusão de boas práticas pedagógicas, isto é, que tenham em conta a igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, a nível nacional⁵¹. O III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) tinha como prioridades promover uma participação equilibrada entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão; facilitar a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal e promover de forma responsável a maternidade e a paternidade, entre outras⁵². No IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) foram adotadas 97 medidas, entre as quais: integrar a perspetiva de género em todos os domínios de ação política; promover a implementação de planos municipais para a igualdade nas autarquias e prevenir e combater o assédio moral e sexual no local de trabalho⁵³. Por sua vez, o V e último Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2014-2017) elaborado até ao momento, procurou, por exemplo, prevenir e combater todas as formas de discriminação, em relação à orientação sexual e à identidade de género; reforçar a cooperação com as Organizações Não Governamentais, no que respeita à promoção da igualdade género, não-discriminação e cidadania e multiplicar as medidas que promovem a igualdade género nas comunidades portuguesas⁵⁴.

⁵⁰Informação encontrada em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/13231326.pdf>

⁵¹ Informação acessível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/10-II-PNI.pdf>

⁵²Informação retirada de [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III Plano Nacional Igualdade Cidadania Genero.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III_Plano_Nacional_Igualdade_Cidadania_Genero.pdf)

⁵³Informação consultada em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/02/2011_5_RCM.pdf

⁵⁴Informação disponível em: [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V PL IGUALD GENERO.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf)

3.3. – Os números da igualdade género na última década

Em 1948, deu-se o maior salto a nível da igualdade de género, com a aprovação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”⁵⁵. Segundo Schussler e Fabricio (2017), a desigualdade ter vindo a diminuir, uma vez que, com a globalização, este tema passou a ser cada vez mais discutido, levando as mulheres a exigir a igualdade de direitos entre géneros. No entanto, este problema ainda perdura, sendo as questões salariais e o trabalho doméstico exemplos disso, como comprovam os dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2020)⁵⁶.

Portugal, em 2020, ocupava a 16.^a posição, a nível europeu, no índice de Igualdade de Género. Apesar de a pontuação de 61,3 ter subido 7,6 pontos face a 2010, Portugal ainda se encontra a 6,6 pontos abaixo da média da União Europeia (67,9). Neste estudo são avaliados seis domínios - trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde. Foi no setor da saúde que Portugal apresentou uma pontuação mais elevada, isto é, um melhor desempenho (84,6 pontos – 20º lugar), seguindo-se o domínio do trabalho (15º posição – 72,9 pontos). A quota de mulheres entre ministros e membros do parlamento aumentou. No que diz respeito à percentagem de ministras houve uma subida de 20% (17% em 2010 vs. 37% em 2020). Se analisarmos a percentagem de mulheres deputadas, apesar de o crescimento ter sido menor (10% → 30% em 2010 vs. 40% em 2020), também houve uma melhoria.

Não obstante, no que respeita ao aspeto financeiro, as desigualdades ainda se mantêm. As mulheres continuam a ganhar menos do que os homens, sendo que as percentagens são: menos 28%, nível de educação baixo; menos 30%, nível de educação médio, e menos 25%, nível de educação elevado.

No trabalho doméstico, não remunerado, quer os níveis europeus, quer os portugueses (78% para as mulheres e 19% para os homens), revelam que as mulheres têm uma maior probabilidade de passar pelo menos uma hora, todos os dias, a cozinhar ou desempenhar

⁵⁵ Documento onde é realçada a igualdade de direitos, sendo eles, por exemplo: o direito à vida; à liberdade de pensamento, de opinião e de consciência, ou até mesmo o direito ao voto e ao acesso à educação e ao trabalho.

⁵⁶ “O período de referência mais recente para dados utilizados no Índice de 2020 é janeiro de 2020. O agregado da UE refere-se à UE-28 e inclui o Reino Unido, uma vez que, durante o período de referência, o Reino Unido era ainda um Estado-Membro”. Informação disponível em: https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/mhag20015pta_002.pdf

funções domésticas. Estes dados comprovam a ideia enraizada que ainda existe acerca das mulheres, enquanto mães e donas de casa (Macêdo, 2020).

4º Capítulo – As Mulheres, os *Media* e o Desporto

Neste capítulo procura dar-se conta da história da participação das mulheres no desporto, não só a nível internacional como também a nível nacional, fazendo referência a dados que comprovam a evolução do processo de integração das mesmas nas diversas modalidades desportivas. Além disso, será mencionada a relação das mulheres com os *media* e a imagem feminina que o espaço mediático tem difundido.

4.1. – “Não, o desporto não é só para eles!”

Para abordarmos o tópico da participação feminina no mundo do desporto, não o podemos fazer sem colocar de parte os estereótipos e preconceitos sociais que as mulheres sofrem, desde há séculos. Tal como Sá (2006) afirma, “ao longo da história, a mulher nunca usufruiu de uma ilimitada participação desportiva, por causa dos mitos subjacentes à sua condição social, ou eventualmente, da fragilidade da sua feminilidade” (p. 12). No início da prática desportiva, começou a haver uma divisão sobre quem podia ou não praticar desporto e que desportos cada género poderia praticar (Saraiva, 2017).

Recuando até aos primeiros Jogos Olímpicos da Antiguidade⁵⁷, só os homens tinham autorização para praticar desporto. As mulheres, para além de não terem essa possibilidade, não podiam assistir à participação e ao desempenho dos homens, pois tinham como principal tarefa cuidar dos filhos (o papel que à época lhes era atribuído, principalmente, pelas sociedades patriarcais). As que ousassem desrespeitar a regra eram castigadas, punição que poderia chegar à pena de morte (cf. Sá, 2006).

Na Grécia Antiga, os desportos mais praticados eram, a corrida, o lançamento do disco e a luta, modalidades que exigiam homens fisicamente fortes. Lessa e Rocha (2007) apontam que, filósofos como Platão, Aristóteles, Xenofonte, Plutarco, Aristófanes e Eurípedes fizeram referências nos seus escritos às práticas desportivas femininas realizadas em Esparta⁵⁸. Estes pensadores recorreram a Plutarco para mencionar que “as mulheres se fortaleciam praticando corridas, lutas, lançando o disco e arremessando o dardo” (Lessa & Rocha, 2007, p. 85). Licurgo, antigo legislador espartano, acreditava que, se as mulheres se exercitassem, poderiam realizar a sua principal tarefa - dar à luz -

⁵⁷ Realizados em Olímpia (Grécia Antiga), de quatro em quatro anos (a chamada olimpíada), em honra de Zeus. A primeira olimpíada foi realizada em 776 a.C., data em que Coreobo venceu o dromo ou estádio, tornando-se no primeiro campeão olímpico a ser inscrito na lista de recordes. Informações disponíveis em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$jogos-olimpicos](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$jogos-olimpicos)

⁵⁸ Uma das principais cidades da Grécia Antiga, situada no sudeste de Peloponeso.

com maior êxito. Lessa (2019) refere que Licurgo “organizou para a participação feminina provas de corrida e força, exatamente igual ao que fez para os homens, convencido de que mulheres fortes fisicamente conceberiam filhos mais robustos” (pp. 77-78). O desporto mais praticado pelas espartanas era a ginástica, contudo, também corriam, lutavam, lançavam o disco e arremessavam dardos. Segundo Plutarco, este tipo de exercícios as tornava mais fortes para suportar o período de gravidez e lutar contra as dores que o parto pudesse causar (cf. Lessa, 2019).

Outro exemplo que comprova que o desporto não se restringia apenas aos homens foram os *Heraia*⁵⁹, evento desportivo feminino da Grécia Antiga, no qual só jovens mulheres podiam participar e que contava com apenas uma prova – a corrida de 162 metros (cf. Zimmer, 2022). Neste festival, que tinha como objetivo homenagear a deusa Hera⁶⁰, as participantes eram divididas em grupos, de acordo com a faixa etária, e competiam à vez, começando das mais novas para as mais velhas. As vencedoras recebiam como prémio uma coroa de oliveira selvagem, tal como os atletas masculinos que venciam os Jogos Olímpicos; adquiriam um pedaço de carne das vacas que eram mortas como sacrifício a Hera e deixavam os seus retratos no templo destinado à deusa (Bouvier, 1995; Lessa & Rocha, 2007). Apesar de estas provas de corrida serem disputadas, de quatro em quatro anos, no estádio de Olímpia, eram completamente independentes dos Jogos Olímpicos realizados pelos homens, que tinham como finalidade homenagear Zeus (Lessa & Rocha, 2007). Importa referir que, ao contrário das espartanas e dos homens gregos que, muitas vezes, competiam praticamente nus, as mulheres que participavam nos *Heraia* não o faziam. Utilizavam uma espécie de túnica, o chamado *chitón*, “que deixava o ombro direito descoberto até ao peito e corriam com os cabelos soltos” (Lessa & Rocha, 2007, p. 87).

Na Idade Média, as mulheres passaram a ter autorização para assistir às provas físicas dos homens, todavia, apenas eles as podiam praticar, visto que o papel da mulher continuava a seguir “a lógica de subalternidade em relação ao homem”, sendo que a sua “vida social se reduzia às práticas cortesãs”, afastando-as, assim, “da fruição quer dos bens da cultura,

⁵⁹ Mitologicamente, os *Heraia* foram criados por Hipodâmia (filha de Enomau, rei de Élide – região situada na Grécia), que correu com outras 16 mulheres, em sinal de agradecimento pelo casamento com Pélope. Informação disponível em: <http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4795/1/Estudos-sobre-esparta%20.pdf>

⁶⁰ Hera – deusa protetora do casamento, da vida e da mulher. Era rainha do Olimpo e esposa de Zeus. Informação disponível em: <https://www.infoescola.com/mitologia-grega/hera/>

quer da partilha do poder político” (Santos, 2012a, p. 2). O Renascimento caracterizou-se por diversas transformações social e culturalmente. Freire (2017) afirma que se voltou a dar importância à formação absoluta do ser humano e que o interesse pela atividade desportiva ganhou importância crescente. Contudo, à figura feminina apenas competiam tarefas como fiar, cozinhar e orar (Sá, 2006). A mulher ideal era aquela que cuidava dos filhos e do marido, que o recebia sempre com bons modos, que procurava agradar-lhe e que não era preguiçosa (Piccolomini, 1960). Resumindo, a mulher Renascentista “não assumiu protagonismo e não teve participação ativa na sociedade” (Silva, 2020, p. 26).

É na Europa do século XIX que o desporto passa a ser visto como uma atividade de lazer para os grupos socialmente privilegiados. É também neste século que, na Inglaterra, surge o intitulado “desporto-rei”, o futebol⁶¹. Não obstante, mais uma vez, “as mulheres, impossibilitadas da participação em atividades desportivas, cultivavam a sua imagem de feminilidade na aparência de uma figura delicada, frágil e elegante, qualidades essas nada consentâneas com os aspetos subjacentes à prática das atividades físicas (...)” (Sá, 2006, p. 13). No início do século XX, nas sociedades ocidentais, começou a aceitar-se que as mulheres participassem nas atividades desportivas. Como Saraiva (2017) mostra, as mulheres burguesas começaram a praticar certos tipos de desporto, como o ténis, ginástica, patinagem, natação e golfe. Assim, caíram por terra algumas ideias erradas que estavam pré-estabelecidas, como por exemplo a de que praticar desporto tornava as mulheres masculinas e era perigoso para a saúde das mesmas.

Embora o consumo e a prática desportiva fossem fundamentalmente masculinos, especialmente nos desportos mais populares e altamente promovidos pela imprensa, tais como futebol, boxe, (...) rugby ou corridas de automóveis; as raparigas e mulheres, fundamentalmente as do sector médio e abastado, começaram lentamente a envolver-se e a experimentar diferentes práticas corporais que [antes] lhes eram proibidas, restritas ou pouco estimuladas (Scharagrodsky, 2022, p. 36).

No que diz respeito às grandes competições, a luta pela presença da mulher, enquanto atleta, começou a 6 de abril de 1896, quando o barão Pierre Coubertin foi responsável pela primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, jogos similares aos da Grécia Antiga. Coubertin “optou por seguir a tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade mantendo as mulheres fora das quadras, campos e arenas esportivas [*sic*]” (Miragaya,

⁶¹ A data exata do aparecimento do futebol, no mundo, não é consensual. Há historiadores que defendem que este desporto surgiu na China há 2500 anos a.C. e outros que apareceu na era pré-cristã, com a civilização Maia. Informação disponível em: <https://fairplay.pt/historias-de-futebol/origem-futebol-maia/>

2007, p. 1). Contudo, foi precisamente nesse evento desportivo, realizado em Atenas, que a mulher se posicionou contra a exclusão de participar nos mesmos. A grega Melpomene⁶² decidiu apresentar-se para correr a maratona olímpica, no entanto, os juízes da corrida não autorizaram a sua participação. Perante esta decisão, Melpomene fez o aquecimento fora do recinto e, assim que a maratona se iniciou, começou a correr no percurso pré-estabelecido. A atleta demorou mais uma hora e meia do que o vencedor (Spiridon Louis) a cortar a meta, tendo concluído a prova em cerca de quatro horas e meia. Como Santos (2012b) afirma, “esta mulher simples rompeu, com coragem e determinação, as grilhetas de subserviência e menoridade física e mental que Coubertin queria perpetuar” e “este exemplo de valor e pertinácia demonstra um heroísmo que Coubertin pensava que era apanágio dos homens” (p. 3).

À época, as mulheres queriam ter a mesma oportunidade de participar em atividades desportivas e foram conquistando esse feito ao longo dos anos. Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, tinham conseguido assumir uma posição social de maior importância, tendo, por exemplo, começado a trabalhar fora de casa e a ingressar no mercado de trabalho. Estava, então, na altura de começarem a fazer parte de outro mundo ao qual nunca tinham realmente pertencido – o mundo do desporto (Miragaya, 2007). Tal como Miragaya diz, “pouco a pouco as mulheres foram saindo da passividade e submissão para a atividade, iniciativa e inclusão. Mudanças na área do esporte feminino também começaram a ocorrer (...) [sic]” (p. 6).

O avanço e a conscientização das mulheres em relação ao seu novo posicionamento pressionaram a sociedade a chegar ao ponto onde o próximo passo não era se as mulheres poderiam participar dos Jogos, mas como elas participariam: em quais esportes ou modalidades esportivas e em quais posições, inclusive de gerência em instituições olímpicas nacionais e internacionais (...) [sic] (Miragaya, 2007, p. 2).

Em 1900, os Jogos Olímpicos de Paris contaram, pela primeira vez, com a participação feminina. Dos 997 atletas que marcaram presença nesse acontecimento desportivo, 22 eram mulheres, que tiveram autorização para participar em duas (ténis e golfe)⁶³ das 19 modalidades olímpicas. Estes desportos não exigiam muito esforço nem comprometiam

⁶² Nome que lhe foi atribuído pelos organizadores do evento. O seu verdadeiro nome era Stamata Revithi. Informação disponível em: http://www.sportsinbrazil.com.br/capitulos/as_mulheres_jogos_olimpicos.pdf

⁶³ Informação retirada do artigo *Factsheet Women in the Olympic Movement*, disponível em: <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Olympic-Movement/Factsheets/Women-in-the-Olympic-Movement.pdf>

o ideal feminino. No que toca a esta competição em concreto, conforme se pode ver no Anexo 4, a mulher foi conquistando o seu espaço, ao longo dos anos, somando cada vez mais presenças nas diversas modalidades. Em 1976 ultrapassou a dezena de modalidades; em 1996 competia em mais de 20 e em 2020 já marcava presença em 33.

Para além dos Jogos Olímpicos, há outro evento desportivo que também mobiliza um grande número de pessoas - o Mundial de Futebol (Gómez, 2021) – e que, por isso mesmo, merece ser destacado. Aliás, Gómez (2021) declara que “a Copa do Mundo, organizada pela Federação Internacional de Futebol (doravante FIFA), é o campeonato mais importante no mundo do futebol” (p.2). Esta é outra competição na qual as mulheres também têm vindo a ganhar notoriedade. O primeiro Mundial foi realizado no Uruguai, em 1930, mas só contou com a presença de equipas e atletas masculinos. Foi preciso esperar pela última década do século XX para que, em 1991, a FIFA organizasse oficialmente o primeiro Mundial de Futebol feminino⁶⁴, disputado na China. Contudo, desde esse ano, a competição tem sido uma aposta da FIFA, contando já com 8 edições finalizadas e quatro seleções campeãs⁶⁵: Estados Unidos (1991, 1999, 2015 e 2019); Noruega (1995); Alemanha (2003 e 2007) e Japão (2011).

4.2. – A prática desportiva, em Portugal, a partir das lentes de género

Em Portugal, durante o Estado Novo, o desporto foi visto como um meio importante para “reforçar a coesão interna e alavancar o prestígio nacional, tanto interna como externamente” (Drumond, 2013, p. 301). O povo português que, até então, era visto na literatura e no pensamento social (Drumond, 2013) como fraco e decadente, viu na atividade física uma forma de se regenerar: “Portugal iria construir o seu futuro vigor, um povo forte e viril, característico do novo governo do Estado Novo” (p. 301).

No I Congresso da União Nacional, realizado em maio de 1934, o capitão Leal de Oliveira, figura importante da educação física nacional, propôs a criação de uma Direção Geral da Educação Física, no quadro do Ministério da Instrução Pública, “à qual caberia

⁶⁴ Foram 12 as equipas que disputaram a competição: Estados Unidos (a primeira equipa a sagrar-se campeã); Nigéria; China; Japão; Suécia; Noruega; Taipei; Alemanha; Dinamarca; Nova Zelândia; Itália e Brasil. Informação retirada de: <https://rainhasdodrible.com/2020/08/17/1991-um-marco-mundial-para-o-futebol-feminino/>

⁶⁵ Informação retirada de https://www.zerozero.pt/competicao_vencedores.php?id_comp=160 [Consultado em dezembro 30, 2022]

a orientação doutrinária e técnica da educação física escolar” (Kumar, 2014, p. 120). Além disso, recomendou a construção de ginásios (um para cada 300 alunos); o rácio de um professor para cada 150 alunos e a obrigatoriedade da disciplina de educação física para todos os graus de ensino, desde as escolas básica e secundária, até ao ensino superior. Através destas propostas, Leal de Oliveira procurou obter “um equilíbrio entre a ginástica, os jogos e os desportos, apesar da clara primazia atribuída quer à ginástica pedagógica geral quer à ginástica de preparação militar” (Kumar, 2014, p. 121). A ginástica passou a ser obrigatória para todos os graus de ensino, exceto para o infantil (crianças entre os 4 e os 7 anos); os jogos começaram a ser introduzidos progressivamente nos programas escolares e passou a haver uma lição por semana para os desportos que eram obrigatórios, tais como: basquetebol, andebol, voleibol e modalidades de atletismo, sendo que estas eram exclusivamente destinadas aos rapazes.

Neste período, o domínio da educação e das atividades recorrentes das organizações paramilitares, como a Mocidade Portuguesa (MP), criada em 1936, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), fundada em 1937, e até mesmo o Instituto Nacional de Educação Física (INEF), criado em 1940, foram fulcrais “para a implementação de um conjunto de políticas relacionadas com as práticas físicas e desportivas por parte do regime autoritário português” (Kumar, 2014, p. 114). A título de exemplo, a MP deu grande importância à ginástica no ensino básico e à participação em competições de modalidades desportivas, como futebol, remo, natação e hipismo, para os alunos de idade mais avançada. Além disso, no que ao ensino universitário diz respeito, realizaram-se campeonatos nacionais de futebol, tiro, hóquei em patins e atletismo, que envolveram representantes do Porto, Coimbra e Lisboa. Na MPF, o desporto era considerado importante para formação das raparigas, desde que não descurassem o papel de mãe, esposa e dona de casa, que era socialmente atribuído às mulheres. Para esta organização, a educação física teve como objetivos tornar as raparigas mais belas e desenvolver o carácter das mesmas. Todavia, era aconselhável que a prática desportiva não fosse excessiva, de modo a evitar que as raparigas perdessem a sua feminilidade (Drumond, 2013). Nas aulas de educação física, para além de as alunas serem orientadas por uma professora e os alunos por um professor, estava enraizada a ideia de que “as alunas deviam realizar exercícios físicos menos exigentes e com menores possibilidades de contacto do que os dos rapazes” (Ferreira, 2004, p. 213). Deste modo, corridas longas e de resistência, exercícios que exigiam mais força ou a execução de saltos difíceis e arriscados nos

aparelhos, desportos com algum contacto, tal como o andebol, eram praticados apenas pelas turmas masculinas. Por sua vez, os jogos educativos, a ginástica rítmica, as danças e até mesmo o badminton eram atividades destinadas, principalmente, às turmas femininas. O voleibol e o basquetebol eram considerados desportos mistos e, por isso mesmo, praticados, quer por rapazes, quer por raparigas (Ferreira, 2004). Na visão de Kumar (2014), o INEF, para além de ter sido a primeira Escola Pública Superior responsável pela formação de professores de educação física, ajudou a “implementar um conjunto de práticas físicas modernas, altamente racionalizadas, instrumentais para a produção de um corpo e de um espírito disciplinados e produtivos” (p. 137), satisfazendo, assim, os ideais que o Estado Novo defendia.

Importa referir que foi também na década de 1930, mais concretamente em 1937, que se fundou o Ginásio Feminino de Portugal (GFP). Segundo Cova *et al.* (2022), este foi inaugurado “na decorrência de uma campanha desenvolvida no jornal *República* e nas rádios *Luso* e *Graça* (...), num momento em que as matérias da educação física integram o debate eugénico e em que os discursos disciplinadores do corpo feminino são inscritos na retórica de organizações femininas do Estado Novo” (p. 73). O GFP contou com uma campanha publicitária, quer na imprensa escrita, quer na radiofónica no ano da sua inauguração. Foram realizadas mais de 20 palestras sobre o desporto feminino, na Rádio Luso e na Rádio Graça, onde várias mulheres como May Norton, Maria Archer e Ilda Jordão, defendiam o interesse do GFP aos microfones. Nesse mesmo ano, em maio, o jornal *República* publicou artigos jornalísticos e de opinião a favor da iniciativa e a imprensa generalista (*O Século*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Primeiro de Janeiro*), a desportiva (*Os Sports do Algarve*, *Stadium*, *O Norte Desportivo*) e a feminina (*Eva*, *Modas & Bordados*) cobriram muitos dos eventos que eram promovidos em benefício da fundação do GFP.

Em 1937, foi ainda criada uma Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino, que era composta por várias jornalistas que davam destaque ao desporto feminino nas páginas de jornais e revistas, nacionais e regionais, generalistas e desportivas. Na época, para a recolha de fundos para a construção do GFP, as ativistas organizaram diversos eventos recreativos, artísticos e festivais desportivos (mistos e exclusivamente femininos). “As dirigentes da inicial Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino, e do GFP entretanto constituído, eram figuras de referência em modalidades diversas, conhecedoras, portanto, da prática desportiva em Portugal e com relações próximas às direções de clubes” (Cova

et al., 2022, p. 74). Importa realçar que o GFP tinha como propósito sensibilizar todas as mulheres, independentemente da idade, raça, condição social e económica, para a importância da atividade desportiva, não só a nível da saúde física e psicológica, mas também a nível de personalidade, visto que o desporto promovia um carácter competitivo, disciplinado e até mesmo assertivo.

Apesar de estas iniciativas do GFP terem como objetivo chegar a todo o público feminino, houve setores da sociedade portuguesa que não as viram com bons olhos. Assim o mostra a análise da então diretora da revista *Modas & Bordados*, a jornalista Maria Lamas. Em 1945, Lamas atribuiu “a fraca militância no GFP a uma visão que associa o desporto feminino a um passatempo e uma brincadeira de adolescentes, resultando no seu abandono quando as mulheres entram na vida matrimonial ou profissional” (Cova *et al.*, 2022, p. 74). Para além disso, a revista referiu que os pais, maridos, avós e tios estavam relutantes quanto à prática desportiva feminina, chegando mesmo a incentivar as mulheres a desistir da mesma, evitando competições e exposições públicas, enquanto atletas. A formação deste ginásio também levantou questões nos meios políticos (*Legião Portuguesa*, por exemplo) e religiosos. Cova *et al.* (2022) afirma que estes setores da sociedade portuguesa defendiam que o projeto era “uma «insânia culturista», uma cruzada feminista e comunista, que afetaria a fecundidade, a força física e moral das mulheres tradicionais portuguesas” (Cova *et al.*, 2022, pp. 74-75). No contexto religioso, estas ideias atingiram outro patamar, tendo-se criado, nos jornais católicos, uma campanha antiginásio. No entanto, o GFP não só sobreviveu a essa campanha, como também às várias consequências que sofreu, depois de se filiar ao CNMP, entre 1937 e 1945, tendo conseguido manter-se aberto devido à dedicação e ao esforço das suas dirigentes. (Cova *et al.*, 2022).

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, Portugal tornou-se um país mais igualitário, rompendo com os ideais defendidos pelo Estado Novo, principalmente no que concerne à condição feminina. Nesse mesmo ano, pela primeira vez, as mulheres puderam votar e ser eleitas, de forma universal e livre. Dois anos depois, na Constituição de 1976, foi estabelecido o princípio da igualdade, que defendia que todos os cidadãos eram iguais perante a lei, independentemente do sexo, da língua, da raça, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, do território de origem, da instrução, da condição social ou da

situação económica⁶⁶. Em 1978, com a revisão do Código Civil, deram-se mais alterações, relativamente à condição da mulher. O trabalho doméstico deixou de ser considerado uma responsabilidade exclusiva da mulher; a figura do homem como “chefe de família” e a atribuição da responsabilidade da administração dos bens do casal ao marido desapareceram, e a mulher casada deixou de estar dependente do esposo⁶⁷. No que respeita ao desporto, na visão de Almeida e Cruz (2010), a Revolução dos Cravos “constituiu o marco decisivo no acesso à participação desportiva das raparigas e mulheres portuguesas que, na sua esmagadora maioria, se encontravam afastadas de qualquer tipo de atividade”, o que também permitiu que conquistassem “um novo espaço de intervenção social” (p. 16).

A implementação dos Planos Nacionais para a Igualdade, anteriormente mencionados, também tem procurado promover ações conducentes à igualdade entre o sexo feminino e masculino nesta área. O I Plano Nacional para a Igualdade (1997) procurou desde logo fomentar a prática desportiva das mulheres, referindo-a no objetivo 1. O II Plano Nacional para a Igualdade (2003) também deu importância à prática desportiva, visto que, não só desenvolvia as capacidades humanas e interpessoais dos cidadãos, como também consolidava o bem-estar físico e mental. Nesta área, este Plano foi mais longe do que o anterior e não se limitou apenas a mencionar o desporto, mas a definir alguns objetivos como: a promoção de políticas e serviços que dinamizassem a prática de exercício físico regular entre as mulheres e a integração da dimensão de género no desporto, de modo a promover um aumento da participação, quer de homens, quer de mulheres, nas atividades físicas⁶⁸. O III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) destacou que a promoção da atividade física era decisiva “para um exercício pleno da cidadania, para a redução das assimetrias e para um desenvolvimento social mais equilibrado” (p. 3958). O IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) alertou para o facto de que “as práticas desportivas continuam a ser um terreno onde os estereótipos de género se reproduzem” (p. 311). Deste modo, propôs a concretização de medidas específicas para a integração da perspectiva de género, tais como: a criação e a implementação de “instrumentos para a efetiva igualdade nos prémios desportivos, pecuniários e outros, atribuídos em provas realizadas a nível

⁶⁶Informações disponíveis em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis&so_miolo

⁶⁷ Informações retiradas de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/25-ABRIL.pdf>

⁶⁸ Informação acessível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/10-II-PNI.pdf>

nacional, regional e municipal” (p. 311). À semelhança do anterior, o V Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (2014-2017) procurou “promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens”, com a finalidade de reforçar “o conhecimento da igualdade de género na juventude”. De momento está em vigor a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (2023-2026)⁶⁹. O plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens, que está integrado nesta estratégia, tem como objetivo combater a discriminação existente no que respeita ao estabelecimento da igualdade de acesso ao desporto. Estas são apenas algumas provas de que os governos pós Estado Novo têm vindo a adotar medidas que promovem a igualdade entre homens e mulheres no desporto.

Atualmente, em Portugal, é atribuída uma grande importância à atividade física, uma vez que todos a podem praticar, não só nos ginásios, como também nas escolas. No caso das mulheres, esta questão tem sido plasmada através da criação de vários ginásios exclusivamente femininos localizados em todo o país, como o *Vivafit* (Braga, Porto, Viseu, Coimbra, Lisboa e Algarve), *100% Mulher* (Leiria) e *Pinkfit* (Coimbra). Praticar desporto no século XXI é algo comum a homens e mulheres, seja apenas por puro prazer, ou porque, tal como Sá (2006) defende, praticar “atividade física proporciona para além de benefícios físicos e psicológicos, benefícios económicos. Os indivíduos que participam em programas de atividade física regular, recorrem menos vezes aos serviços de saúde, têm menor taxa de absentismo e são mais produtivos (...)” (p. 14). Embora ainda exista o estigma de que há certos tipos de desporto que são mais masculinos - futebol, ciclismo, luta/boxe, rugby - e outros mais femininos - patinagem artística, ténis, golfe, ginástica – (Saraiva, 2017), a participação feminina continua a aumentar, quer em número, quer no que toca às diversas modalidades desportivas, como vamos analisar de seguida.

4.3. – A participação feminina nas diversas modalidades desportivas

A ideia de que as mulheres não pertencem ao mundo do desporto é muito antiga, quer a nível nacional, quer a nível internacional, tal como já referimos. Conforme Rubio e Simões (1999) referem, as mulheres têm vindo a ocupar um espaço que, antes, era

⁶⁹ Informação disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036>

praticamente exclusivo dos homens: “fosse como atividade de lazer fosse como prática sistemática com finalidades bélicas o desporto unificou, desde então o conjunto de adjetivos que representam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca de limites” (p. 50). Com o passar do tempo, esses adjetivos expandiram-se para o universo feminino, levando os homens a dividir os holofotes do panorama desportivo com as mulheres, nas diversas modalidades. Desta maneira, Rubio e Simões (1999) afirmam que “a prática feminina de algumas modalidades desportivas é uma demonstração do esforço feito na busca do respeito a igualdade e a alteridade [sic]” (p. 54).

Como mostramos, a participação feminina nos Jogos Olímpicos, um dos maiores eventos desportivos do mundo, só ocorreu pela primeira vez em 1900, contando apenas com a participação de 22 mulheres, em duas modalidades (ténis e golfe). Contudo, com o passar dos anos, a presença feminina tem vindo a crescer de forma sustentada, como se pode ver no Anexo 4, quer em número, quer em modalidades. Por exemplo, em 1928, três anos depois de Coubertin ter saído do Comité Olímpico Internacional, as mulheres começaram a competir nas corridas de velocidade de 100, 400 e 800 metros e na modalidade de salto em altura. Nos anos seguintes foram sendo introduzidas diversas modalidades tais como: esqui (1936); canoagem (1948); voleibol (1964); remo e basquetebol (1976); hóquei (1980); tiro e ciclismo (1984); futebol (1996); halterofilismo e triatlo (2000); luta livre (2004); boxe (2012); rugby (2016) e surf, skate e escalada desportiva (2020)⁷⁰. Os últimos Jogos Olímpicos, realizados em Tóquio, em 2021, devido à pandemia de COVID-19, contaram com 33 modalidades e 5457 atletas mulheres, mais 5435 do que em 1900. Este aumento do número de atletas deve-se muito ao facto de, cada vez mais, existirem mulheres a praticar os diferentes desportos, não só internacional, como nacionalmente. Graça (2004) diz que “hoje não temos dúvida que por todo o mundo a mulher pratica cada vez mais desporto e os índices de adesão e a propensão feminina às actividades desportivas crescem sem cessar [sic]” (p. 398). Na mesma linha argumentativa, Oliveira (2006) defende que “a participação feminina em Olimpíadas tem aumentado, o que significa que uma maior quantidade de mulheres está tendo acesso a um treinamento especializado que lhes permite alcançar os índices olímpicos [sic]” (p. 121).

⁷⁰ Informações retiradas de <https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Olympic-Movement/Factsheets/Women-in-the-Olympic-Movement.pdf>

A participação feminina portuguesa nos Jogos Olímpicos começou em 1952, em Helsínquia, 40 anos após a estreia de Portugal, em Estocolmo 1912. A comitiva portuguesa contava com 3 atletas, Dália Cunha, Natália Cunha e Laura Amorim, que competiram na modalidade de ginástica. Contudo, só em 1984, em Los Angeles, é que Rosa Mota trouxe a primeira medalha olímpica feminina para Portugal. Desde a estreia, em 1912, até aos últimos Jogos Olímpicos, Portugal participou com 739 atletas – 623 homens e 116 mulheres (15,7% do total), sendo que quatro delas foram medalhadas: Rosa Mota, Fernanda Ribeiro, Vanessa Fernandes e Telma Monteiro. O palmarés nacional soma um total de 28 medalhas olímpicas. Dessas 28, cinco são de ouro e duas foram conquistadas por mulheres: Rosa Mota, na maratona de 1988, e Fernanda Ribeiro, nos 10 mil metros, em 1996.

No panorama português, o número de atletas femininas federadas, após o 25 de abril de 1974, aumentou consideravelmente, sendo que, nesse ano, havia 10867 atletas e, em 1979, 30162 (Almeida & Cruz, 2010). Com o passar dos anos, esse valor tem vindo a crescer de forma consistente, apesar de ainda ser inferior, quando comparado ao número de atletas masculinos, tal como mostram os dados da Tabela 5.

Tabela 5: Praticantes inscritos em federações desportivas, por sexo, entre 2010-2020

	Ano										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Mulheres	128805	131628	136428	133471	141629	156013	169729	185280	203189	217490	164075
Homens	393628	391540	387665	390524	401949	410353	425066	438721	464526	471404	423737
Total	522433	523168	524093	523995	543578	566366	594795	624001	667715	688894	587812

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), consultado a 6-12-2022

Conforme se pode observar, na última década, o número de mulheres praticantes de desporto cresceu de forma continuada, mesmo que o diferencial relativamente aos homens continue a ser significativo. O ano em que houve um maior aumento de atletas femininas inscritas foi 2018, com mais 17909 atletas do que no ano anterior. A pandemia de COVID-19 e respetivos confinamentos poderão ser a causa da diminuição de 53415 desportistas femininas inscritas, entre 2019 e 2020, realçando uma quebra da evolução em ambos os sexos.

Se analisarmos o aumento da participação feminina nas diversas modalidades desportivas, conseguimos ver que o estigma de que há certos tipos de desporto que são mais masculinos e outros que são mais femininos começa a ser ultrapassado. Por exemplo,

avaliando o número de atletas portuguesas femininas inscritas nas cinco modalidades mais praticadas, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020, podemos ver que o Ponto 2⁷¹ da Proposta de Resolução do Parlamento Europeu aprovada a 21 de Maio de 2003, sobre as “Mulheres e o Desporto”, que foi desenvolvida pela “Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades”, está a ser tido em conta. Assim sendo, as cinco modalidades mais praticadas por mulheres portuguesas, em 2020, segundo dados do INE, foram: voleibol, andebol, ginástica, futebol, natação, registando números notórios, conforme é possível observar no Gráfico 2.

Apesar de ainda ser visível a presença de um maior número de mulheres em modalidades que, culturalmente lhe estão associadas, como o voleibol, ginástica e natação (Melo *et al.*, 2015), se analisarmos o futebol, um desporto “tradicionalmente associado à virilidade e ao esforço físico masculino” (Teixeira & Caminha, 2013, p. 266), vemos que, em 2020, estavam inscritas 11217 atletas. Em 2010, os valores do INE apontavam para a existência de 6160 atletas femininas neste desporto, o que representa um aumento de 5057 inscritas, quase o dobro das registadas em 2020. Estes dados comprovam o que Oliveira *et al.* (2006) defendem: “a popularidade do futebol cresceu e transcendeu a barreira dos gêneros, o que aumentou o interesse das mulheres em praticá-lo” (p. 210). Já no andebol, desporto que é “caracterizado por impor aos seus praticantes uma elevada intensidade de esforço” (Silva, 2009, p. 3), as mulheres também têm tido cada vez mais participação nesta modalidade, contando, em 2020, com 18862 participantes (mais 3601 do que em 2010).

⁷¹ “Salienta que o objetivo da igualdade de oportunidades abre caminho à supressão das barreiras entre o desporto dito “masculino” e o desporto dito “feminino”, cumprindo favorecer a abertura efetiva das modalidades desportivas a ambos os sexos e permitir a todas as raparigas e a todos os rapazes a prática da atividade física da sua preferência”, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-5-2003-0167_PT.html?redirect

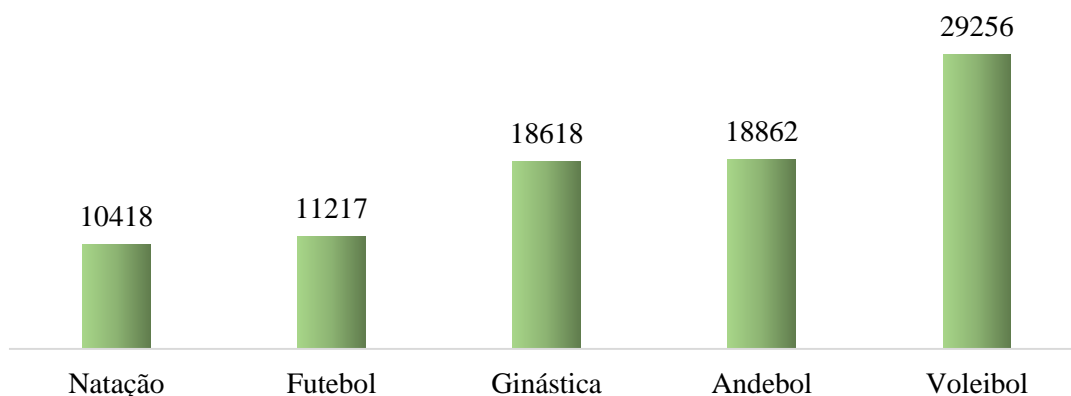


Gráfico 2: Número de atletas femininas portuguesas por cada uma das cinco modalidades mais praticadas, em 2020

Estes números, embora ainda sejam diferentes, quando comparamos atletas masculinos com atletas femininas, já são significativos, no que toca ao combate dos estereótipos de género. Para além disso, dão indícios da possibilidade de nos próximos Jogos Olímpicos de Paris (2024) se poder vir a assistir à paridade do número de atletas pretendida pelo Comité Olímpico Internacional, já que nos Jogos de Tóquio 2020⁷², as mulheres também representaram 48,7% dos atletas.

As ideias do pai dos Jogos Olímpicos da Era Moderna – o barão Pierre de Coubertin – de que as mulheres não deviam participar em competições públicas⁷³ e de que, nos Jogos Olímpicos, o seu principal papel deveria ser o de coroar os vencedores, estão a ser postas em causa. Para o barão, a participação feminina nos Jogos, para além de ser impossível e imprópria, seria também desinteressante e tudo menos estética. A nível nacional, atualmente, qualquer mulher tem direito a praticar qualquer tipo de atividade física/qualquer modalidade desportiva e, a verdade é que, os resultados disso estão à vista de todos.

⁷² Realizados em 2021, devido à pandemia de COVID-19.

⁷³ Para o barão, a participação feminina nos Jogos Olímpicos, para além de ser impossível e imprópria, seria também desinteressante e tudo menos estética.

4.4. – As questões de género, as Mulheres e os *Media*

Desde 1975 que a ONU e a UNESCO têm estabelecido como prioridade a promoção da igualdade de género, nomeadamente no setor dos *media*, até porque, como Souza (2014) aponta, estes assumem - “um papel determinante na (re)produção de valores, normas e símbolos, assim como na integração de papéis sociais e na formação de opiniões” (p. 92).

Na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Pequim, em 1995 - “As mulheres e os *media*” - foram identificados “dois objetivos estratégicos: “incrementar a participação e o acesso das mulheres à expressão das suas ideias e à tomada de decisão nos meios de comunicação social e nas novas tecnologias da comunicação” e “fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres”” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 45).

Também no contexto nacional foram implementados planos para promover a igualdade entre géneros, os intitulados Planos Nacionais para a Igualdade, que já foram mencionados. O XIII Governo Constitucional, dirigido por António Guterres, lançou, em 1997, o I Plano Nacional para Igualdade de Oportunidades. Assim, o governo português assumiu para com a ONU, UE, CPLP, entre outras, o compromisso de pôr em prática “estratégias de *mainstreaming* de género nos vários setores da sociedade portuguesa” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 48). No entanto, os *media* apenas são referidos diretamente uma única vez, sendo “apresentados como meio para atingir um determinado fim – a sensibilização da opinião pública no que concerne à mudança de mentalidades quanto ao papel da mulher na sociedade” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 49). As autoras fazem referência a outro aspeto que merece especial atenção – neste I Plano, os *media* nunca são considerados promotores de estereótipos de género, isto é, impulsionadores da desigualdade e opressão feminina.

Com o passar dos anos, foram elaborados outros Planos de Igualdade que também acabaram por revelar lacunas, no que diz respeito à sua concretização de forma eficaz. No II Plano Nacional para a Igualdade (2003-2006), houve um reconhecimento dos *media*, enquanto transmissores de informação junto da opinião pública e formadores da consciência da cidadania, mas o Plano não foi muito bem-sucedido. As medidas propostas centraram-se muito no setor do jornalismo, deixando assim de parte outros profissionais da comunicação.

No III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010), que teve como principal meta o combate aos estereótipos de género, no caso dos *media* ligados à construção de identidades e representações sociais de género, mais uma vez, a implementação ficou aquém do esperado - as medidas relacionadas com o objetivo que deveria ter sido concretizado apenas foram parcialmente cumpridas.

No IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013), com a introdução da área dos “Media, Publicidade e Marketing”, a importância da igualdade de representação de géneros foi pensada com o intuito de edificar um mundo mais paritário. Assim, aos *media* coube, por exemplo, o papel de “facilitar a promoção de imagens equilibradas e diversificadas de homens e mulheres; estimular uma maior participação de mulheres na produção e tomada de decisão; produzir e divulgar materiais sobre mulheres em posições de liderança (...)” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 54). Neste caso, a maioria das medidas foram concretizadas, com destaque para a formação que os profissionais dos *media* tiveram e para as ações de igualdade e violência de género. Não obstante, foi referida a inexistência de plataformas de comunicação que permitiriam o trabalho em rede.

Por fim, entre 2014 e 2017, foi implementado o V Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação onde ficou “reafirmado o dever de as entidades públicas prosseguirem políticas de igualdade de género (...) em todos os aspetos da tomada de decisão pública e política” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 55). Mais uma vez, a linguagem foi um tópico muito relevante, visto que esta pode reproduzir representações sociais de género influentes. Assim, a Administração Pública assumiu o papel pioneiro na adoção de uma linguagem, quer escrita, quer visualmente, que promovesse um igual estatuto e visibilidade para homens e mulheres. Neste Plano destaca-se ainda o papel que os *media* têm, a nível social, para dar “visibilidade a um conjunto de realidades relacionadas com a desigualdade género (...) contribuindo para uma sociedade mais igualitária” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 55).

Os *media* têm uma enorme responsabilidade social, no que toca às questões de género e à desconstrução de estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo assim, muitas vezes, tal como defendem Cerqueira e Cabecinhas (2012), continuam “a veicular conteúdos que pouco ou nada contribuem para a integração de uma perspetiva mais equitativa entre homens e mulheres” (p. 114), chegando mesmo a valorizar o “masculino enquanto neutro universal” (p. 115). Pêgo (2016) acrescenta que, apesar de já terem sido

implementados vários Planos Nacionais para a Igualdade de Género e de se ter vindo a lutar por essa igualdade até aos dias de hoje, a discriminação por género ainda é bastante visível, atualmente, “sendo a maior parte das vezes os *media* os veículos propulsores desta realidade” (p. 24).

Assim, independentemente de tudo o que as organizações internacionais têm realizado em conjunto com os vários países, de modo a garantir esta igualdade entre géneros, Gallagher (1985) considera que, tanto a ONU, como as suas agências não conseguiram discutir o papel que as mulheres têm nos *media*, na década de 1975-1985, dedicada ao sexo feminino. Segundo Cerqueira (2008), a informação, que é “um dos poderes mais fortes na sociedade contemporânea, continua, maioritariamente, nas “mãos” masculinas” (p.711). Para esta autora, é muito difícil afirmar-se que existe igualdade entre homens e mulheres nos *media*, devido ao facto de o “legado cultural e histórico” (p. 720) ser ainda muito pesado.

Esta ideia defendida por Cerqueira (2008) é reforçada por Silveirinha (2012), quando afirma que as mulheres não estão em pé de igualdade, quando comparadas com os homens, no que diz respeito à participação no discurso mediático. Para Silveirinha (2012), as mulheres continuaram a ser invisíveis e apenas representadas através dos “papéis de género que a sociedade patriarcal estabeleceu como ideais” (p. 93). Em pleno século XXI, ainda se vive esta realidade em todos os setores e os *media* não são exceção. Além disso, diz que muitos dos trabalhos são constituídos por mulheres, no entanto estas não assumem um papel relevante, apesar de existirem decisões nacionais e internacionais que procuram resolver este tipo de questões, tais como as que foram anteriormente mencionadas.

Os próprios estudos da comunicação contribuem para isso, uma vez que, colocaram de lado os pontos de vista das mulheres, durante muito tempo. Este aspeto só começou a ser mais tido em conta, a partir da década de 90, onde os estudos geraram “um pensamento próprio sobre a mediação, a produção do sentido, a constituição do espaço público de argumentação e reivindicação, a constituição da identidade feminina pelas práticas discursivas mediáticas e, mais recentemente, sobre os problemas e oportunidades criadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação” (Silveirinha, 2012, p. 95).

Carter e McLaughlin (2011) sustentam que, “embora tenha havido um reconhecimento da importância da pesquisa feminista nos estudos de comunicação e dos *media* e no

ativismo dos *media* (...) tem havido também um entrincheiramento das desigualdades, culturais e económicas, baseadas no género” (p. 2). Para além disso, quando se referem às mulheres, os *media* utilizam um discurso mais conservador, muito por culpa do fracasso das “poucas políticas a que as instâncias nacionais e internacionais se têm proposto no campo da comunicação” (Silveirinha, 2012, p. 96).

Tal ocorre porque, na Europa, por exemplo, as tentativas de regular os *media* encontraram um adversário forte: o setor privado que se autorregula. A autorregulação limita a hipótese de combater a desigualdade (a produção de imagens negativas do sexo feminino nos meios de comunicação, por exemplo). Além do mais, os documentos europeus que foram criados para estabelecer a igualdade de género nos meios de comunicação são apenas instrumentos “suaves” e de mera recomendação, que referem o contributo destes para a “produção de retratos não-sexistas na sociedade” (Silveirinha, 2012, p. 97).

A desigualdade comunicativa existente não se justifica apenas através das imagens, mas também partindo da invisibilidade que as mulheres têm, enquanto sujeitos de ação e da ausência das vozes destas, no que concerne a imaginários mais justos, política, económica e socialmente, por exemplo. Souza (2014) defende que as mulheres têm pouca participação, no que concerne ao espaço público, sendo que há menos probabilidade de estas cobrirem histórias internacionais ou até mesmo de serem pivôs. Isto tudo deriva de um processo em que os intervenientes agem tendo em conta mecanismos patriarcais que acabam por subvalorizar o trabalho feminino (Ridgeway, 2011). Muitas vezes, as próprias instituições são de natureza patriarcal.

Outro aspeto que, segundo a autora, contribui para isto, é que, a nível cultural, as pessoas são condicionadas a pensar que algumas funções são para mulheres e outras para homens, tendo como base as ideias tradicionais sobre tendências de género. Muitas vezes, assistimos a uma “aniquilação simbólica” das mulheres, omitindo-as do discurso público, por exemplo, como refere Tuchamn (2009), porque os *mass media* conseguem ganhar mais audiências, quando isso acontece. Há uma sobreposição dos interesses comerciais aos interesses da igualdade de género.

Analisando os dados do *Women's Media Center* (2019), constata-se que, no jornalismo norte-americano, as mulheres ainda são a minoria no respeito à produção de conteúdo jornalístico: só são responsáveis por redigir 31% dos artigos publicados nas agências noticiosas, por 40% dos artigos divulgados no *online* e por 41% dos publicados na

imprensa. Um ano mais tarde, o último relatório do *Global Media Monitoring Project* (2020), implementado em 116 países e que cobriu 30 172 histórias publicadas em jornais, transmitidas na rádio e televisão, e difundidas em *sites* de notícias e através de *tweets* dos meios de comunicação na imprensa, também veio mostrar que essa “aniquilação simbólica” ainda perdura, por exemplo, quando analisamos o papel da mulher como repórter ou apresentadora. A percentagem de mulheres que desempenham essas funções, na Europa, cresceu apenas 7% desde 2000, sendo que, em 2020, os valores rondavam os 47% – menos de metade – (p. 45). No que diz respeito ao número de repórteres femininas que aborda grandes temas, das oito regiões⁷⁴, a da Europa partilha a 5ª posição com a América Latina e a Ásia, registando uma percentagem de 41, ficando apenas acima da África – 32% – (p. 49). Em Portugal, no tópico que aborda o desporto⁷⁵, intitulado de “Celebidades, Artes e *Media*, Desporto”, o número de repórteres⁷⁶ femininas (4 que corresponde a 21%) é bastante inferior ao de repórteres masculinos (15 que corresponde 79%). Onde as mulheres mais se destacam é no tópico “Economia”, com uma percentagem de 77% contra os 23% dos homens (p. 109).

No que se refere especificamente ao jornalismo desportivo, o estudo de Martins e Cerqueira (2018) para o caso português, que resultou da aplicação de um inquérito a 19 órgãos de comunicação social nacionais, também é revelador da pouca participação feminina nesta área. Os resultados obtidos concluíram que dos 456 jornalistas desportivos a trabalhar em Portugal, 388 eram homens (85%) e apenas 68 (15%) eram mulheres. Se analisarmos sectorialmente por órgão de comunicação social, verifica-se que a rádio detém a menor presença feminina – dos 31 jornalistas desportivos só 3 são mulheres – seguindo-se a televisão – dos 88 jornalistas 15 são do sexo feminino e 73 do sexo masculino e, por fim, na imprensa, o setor que apresenta mais profissionais nesta área, dos 267 jornalistas, 37 são mulheres e 230 são homens. Já no que toca à presença de mulheres em cargos de decisão e responsabilidade nas redações desportivas nacionais, “os tetos de vidro” também ainda não foram ultrapassados. A sua presença é ínfima: “84% dos postos superiores são ocupados por homens, percentagem que corresponde a 78 profissionais, e 16% são pertencentes a mulheres, correspondentes a 15 num total de 93

⁷⁴ África, Ásia, Caraíbas, Europa, América Latina, Médio Oriente, América do Norte e Ilhas do Pacífico.

⁷⁵ Foi escolhido este tópico para análise, visto que o tema principal do trabalho está relacionado com a área do Desporto.

⁷⁶ Dados relativos à imprensa, à televisão e à rádio.

postos hierarquicamente superiores” (Martins & Cerqueira, 2018, p. 10). Importa ainda realçar que as mulheres cobrem assuntos menos mediáticos. “Na soma dos três referidos jornais [*A Bola*, *O Jogo* e *Record*] a maioria das mulheres está alocada às secções de Modalidades (10), online (8), Futebol Nacional (4) e Agenda (3)” (Martins & Cerqueira, 2018, p. 12), às quais não é atribuído tanto espaço a nível de paginação. Além disso, relativamente às secções que dizem respeito aos três principais clubes portugueses – FC Porto, SL Benfica e Sporting CP –, as quais geralmente têm um maior número de páginas, o estudo revela que só existiam duas mulheres a trabalhar nestas secções. No futebol internacional não estava presente nenhum elemento do sexo feminino.

Deste modo, é possível afirmar que, apesar dos esforços que têm sido feitos ao longo dos anos, ainda há um longo caminho a percorrer, no que toca à relação entre as questões de género, as mulheres e os *media*, dado que “a participação das mulheres em termos igualitários no campo mediático está ainda longe de ser atingida” (Cerqueira, 2008, p. 719).

4.4.1. – A imagem das atletas femininas no espaço mediático

O jornalismo e os jornalistas devem procurar não tomar partido e relatar da forma mais objetiva possível as histórias e os acontecimentos, mas como é bem sabido e estudado, a objetividade total nem sempre é possível, apesar de ser um objetivo a atingir (Muñoz-Torres, 2012; Wien, 2005). O *newsmaking*, nas suas múltiplas operações, como por exemplo, a escolha e a hierarquização da informação, a seleção e valorização de certos dados em detrimento de outros e a escolha do próprio contexto no qual os vão colocar são manifestações subjetivas. Beauvoir (2016) acrescenta que a ideologia do “senso comum”, que acaba por se observar nos discursos objetivos, é fortemente condicionada, no mundo ocidental, por uma elite branca, masculina e heterossexual, tal como demonstram os dados do *World Association for Christian Communication* (2015). A título de exemplo, um estudo desta associação mostra que só 19% dos especialistas apresentados em reportagens são mulheres. Em resposta a esta constatação, Garcez e Silveirinha (2020) revelam que seria importante ter como complemento nas produções jornalísticas um ponto de vista feminino ou uma perspetiva de género.

Na vertente dos *media*, Souza (2014) defende que estes desempenham “um papel determinante na (re)produção de valores, normas e símbolos, assim como na integração

de papéis sociais e na formação de opiniões” (p. 92). Todavia, no que respeita às notícias, reportagens, artigos, ou qualquer outro género jornalístico que faça referência à figura feminina, o ideal de objetividade nem sempre se verifica. Aliás, Lobo e Cabecinhas (2008) asseguram que as mulheres são quase ignoradas e que “a sua presença nos noticiários se encontra frequentemente associada a estereótipos de género” (p. 1729). Garcez e Silveirinha (2020) corroboram esta ideia, afirmando que “no jornalismo, é possível verificar que há uma prática desigual em relação ao género, seja na representação das mulheres ou no âmbito de produção do conteúdo” (p. 117).

No trabalho de investigação intitulado *As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de género*, Lobo e Cabecinhas (2008) defendem que representar de forma igual os homens e as mulheres nas notícias é um critério que deve ser tido em conta, quando o objetivo é “produzir jornalismo de qualidade” (p. 1729). Contudo, recorrem ao termo de “aniquilação simbólica das mulheres” ao qual Tuchman (2009) faz referência, para descreverem a forma como o sexo feminino é retratado pelos profissionais da área da comunicação, dizendo que este é muito associado ao ambiente doméstico, à passividade, à dependência e ao romantismo. Isto pode ser comprovado através do que Delgado *et al.* (2022) afirmam. Quando os *media* apenas escrevem sobre conteúdos relacionados com o ambiente doméstico, moda, beleza e culinária, por exemplo, nas revistas dirigidas maioritariamente ao público feminino, para além de criarem ideias pré-concebidas sobre os gostos das mulheres, também confinam os leitores somente àquele tipo de assuntos. Assuntos esses que, consequentemente, aumentam os estereótipos de género.

“No que respeita ao seu papel dentro das peças, as mulheres são raramente centrais nos principais temas da agenda noticiosa e mesmo em temas naturalmente associados ao sexo feminino desempenham frequentemente um papel secundário” (Lobo & Cabecinhas, 2008, p. 1733). Para além disso, Souza (2014) faz alusão ao facto de que, quando as mulheres são mencionadas em notícias, são referenciadas através de categorias que estão pré-determinadas socialmente. Assim, cria-se uma realidade em que, aparentemente, só existem algumas formas de ser mulher: mãe, esposa ou amante (Cabo *et al.*, 2007), “vítima, ou ainda como objeto de fruição sexual, na qual se verifica uma sobrevalorização dos atributos físicos das intervenientes das notícias e uma subordinação à figura masculina” (Souza, 2014, p. 96).

A área do jornalismo desportivo não é exceção. Pode até afirmar-se que é uma das secções do jornalismo em que mais se nota a presença de estereótipos de género. Quer no século XX – “o século em que o desporto se tornou no feito social mais determinante” (Pinheiro, 2003 p.18) -, quer atualmente, os meios de comunicação social têm contribuído para a expansão do desporto, como Saraiva (2017) menciona, chegando a cobrir e relatar eventos de várias grandezas, nacional e internacionalmente. O campeonato nacional, os Jogos Olímpicos ou até mesmo os Campeonatos do Mundo são exemplos disso mesmo.

Em Portugal, o crescimento e o impacto do desporto na rádio, na televisão ou na imprensa escrita foi tão grande que, para além dos jornais impressos portugueses de renome já existentes, como *O Jogo*, *A Bola* e o *Record*, também foram criadas revistas e jornais especializados noutras modalidades, como por exemplo: golf (revista *Portugal & Islands*), motociclismo (revista *Motociclismo*), basquetebol (revista *Plano B*) e desportos radicais (*Revista Outdoor*). Na verdade, os clubes também começaram a apostar em canais oficiais próprios, isto é, meios de comunicação especializados (Delgado *et al.*, 2022), que dão grande destaque às diversas modalidades, sejam elas futebol de praia, andebol, natação ou ciclismo. A título de exemplo, a *BTV*, canal de televisão oficial do SL Benfica fundado em 2008, transmite vários jogos de hóquei em patins, basquetebol, andebol e futsal e o jornal *O Benfica*, jornal desportivo mais antigo em circulação - desde 1942 -, em Portugal, também faz referência às modalidades que compõem o clube.

Não obstante, apesar de o crescimento do jornalismo desportivo ser notório, este também está associado, de forma menos positiva, às questões da igualdade de género, como foi referido anteriormente. Isto porque, tal como Pêgo (2016) afirma, “esta área sempre foi mais direccionada para os homens” (p. 55). Esta autora também lamenta que, “apesar de ao longo dos anos as mulheres se terem vindo a interessar pela área, e pelo facto de cada vez mais se afirmarem no panorama desportivo mundial, muitas estão ainda distanciadas deste mundo, não só das pistas, campos, ringues ou pavilhões, como do jornalismo que acompanha esta área concreta” (p. 57). Isto verifica-se porque, segundo Marivoet (2003), a competição esteve quase sempre associada ao sexo masculino, influenciando assim a cobertura noticiosa dos *media* desportivos. Esta, muitas vezes, dá maior destaque aos homens, comparativamente com as mulheres (Saraiva *et al.*, 2019). Delgado *et al.* (2022) também defendem que, “no caso da informação sobre o desporto, o papel das mulheres foi geralmente relegado para segundo plano, reflectindo [*sic*] um sistema nascido e construído com base numa identidade masculina desde o início” (p. 9).

Saraiva (2017) corrobora esta visão dizendo que, “sendo o desporto considerado um mundo masculino, todas as atletas femininas que tenham a ousadia de entrar neste mundo, estão sujeitas a sofrer um tratamento mediático muito diferente daquele que os atletas masculinos têm” (p. 15). Jay (1997) e Saraiva *et al.* (2019) comprovam isso mesmo, fazendo referência ao facto de os homens serem maioritariamente associados a desportos que requerem agressividade, contacto físico e competitividade, ao invés das mulheres. Além disso, a imprensa retrata, frequentemente, as mulheres como objetos sexuais, conferindo-lhes papéis submissos e legitimando ideias de inferioridade, fragilidade e fraqueza associadas às mesmas (Delgado *et al.*, 2022; Waters & Ellis, 1996).

Saraiva *et al.* (2019) apontam que os *media* representam as atletas femininas de forma padronizada, podendo torná-las invisíveis, caso estas não cumpram certos ideais de beleza. Este aspeto merece especial atenção, uma vez que, são os próprios *media* o principal formador da opinião pública e, neste caso em concreto, são os responsáveis pela forma como o público, nomeadamente o masculino, vê as atletas. Por exemplo, Lal (2015) afirma que as atletas que praticam desportos como patinagem artística, ginástica ou até mesmo natação são “altamente sexualizadas pela beleza física” (p. 5). Beleza essa que, segundo, Delgado *et al.* (2022), foi “instalada como um atributo estritamente “feminino” face ao desejo e, em muitos casos, ao olhar patriarcal e heterossexual masculino coercivo” (p. 12).

Atualmente, no jornalismo desportivo, são mais valorizados os atributos físicos das atletas ou as questões da vida privada das mesmas, do que as suas capacidades atléticas e os feitos profissionais que conseguem alcançar, como defende Cuklanz (2016): “(...) Quando as mulheres são apresentadas, há frequentemente maior ênfase nas suas histórias e vidas pessoais, menos ênfase visual no seu atletismo, e mais foco na imagem sexualizada. As atletas femininas são mais vezes apresentadas fora do campo em comparação com os atletas masculinos” (p. 3).

Em *Olhares sobre as mulheres no jornalismo desportivo: O caso do jornal Record*, Araújo (2017) comprova isso mesmo. O autor observou que nas 691 peças jornalísticas que retratavam as atletas femininas, enquanto intervenientes, os tópicos que tinham maior destaque textual relacionavam-se com “aparência física e/ou idade, comparação a um atleta masculino, crédito ao treinador ou a uma figura masculina, emoções e menção a família” (p. 60). Por exemplo, a menção à família foi destaque em 188 conteúdos, sendo que a mulher era então associada a uma figura masculina, como esposa/namorada ou

familiar. A aparência física foi mencionada em 100 diferentes ocasiões. Para além disso, as atletas viram o seu corpo ser erotizado, não só através do texto, como também das imagens, uma vez que, apenas foram representadas como desportistas em 29% de 135 fotografias.

Estas situações ocorrem diversas vezes porque, como afirma Lal (2015), a sociedade está “altamente orientada para o consumidor, onde as mulheres estão atualmente a ser objetivadas como um prazer visual dentro do campo desportivo” (p. 5), sendo que “a ideia é vender o desporto feminino como sexualmente apelativo ao público em geral” (p. 4). Saraiva *et al.* (2019) argumentam que os *media* desportivos creem que “as imagens sexualizadas das mulheres geram vendas, independentemente de essas imagens serem congruentes com as reais expectativas dos leitores” (p. 82).

Como Araújo (2017) diz, vivemos numa época em que, a imagem física de uma atleta determina se esta merece ou não ser alvo de notícia, visto que é o sexo que vende. Esta “objetificação” e sexualização vê-se, por exemplo, nas fotografias que acompanham as notícias: as que são tiradas aos atletas masculinos realçam a execução desportiva, já a maior parte das que são tiradas às atletas femininas expõem os atributos físicos das mesmas, como o próprio comprovou no seu trabalho.

No jornalismo desportivo, o físico dos homens é encarado como instrumento de trabalho para chegar ao sucesso e o das mulheres como algo sexualizado - a estética corporal é que é tida em conta, desvalorizando-se, assim, o papel da mulher enquanto atleta (Cooky *et al.*, 2010; Louveau, 2001; Rawjee *et al.*, 2011). Segundo o estudo de Saraiva *et al.* (2019), “a feminilidade ideal das atletas é evidenciada pictoricamente, retratando-as primeiro como mulheres e só depois como desportistas” (p. 81), sendo que esse aspeto também contribui para sua objetificação sexual das mesmas. Araújo (2017) afirma que “a ausência do mediatismo feminino nos conteúdos desportivos contribui para a (falsa) perceção que não existem mulheres nesta área” (p. 38).

O último relatório do *Global Media Monitoring Project* (2020) pode ser considerado um exemplo dessa ausência de mediatismo nos conteúdos relacionados com o desporto. Se do total das 30 172 histórias analisarmos os temas das notícias relacionadas com essa área, na imprensa escrita, na rádio e na televisão, as mulheres apenas foram retratadas enquanto desportistas em 15% (p. 31). Outro exemplo da pouca relevância que os *media* atribuem ao desporto feminino é o artigo recentemente publicado de Isaac Pecido Peláez

e Lorena Gómez Puertas, intitulado “La invisibilidad del deporte femenino en los informativos de la televisión pública Catalana em marzo de 2023” (2023). Dos 288 noticiários desportivos transmitidos pela TV3, canal de televisão pública da Catalunha, em Espanha, 190 dedicaram-se ao desporto masculino, o que corresponde a 65,97% do total, e apenas 47 se destinaram ao desporto feminino, ou seja, 16,32%. A investigação conclui ainda que no que respeita à emissão da secção desportiva, que teve a duração de 3 horas, 49 minutos e 49 segundos, 62,87% do tempo foi dedicado ao desporto masculino e apenas 17,88% ao feminino. Além disso, os autores também mostraram que o programa desportivo relega 63,83% das notícias relacionadas com as mulheres desportistas para a segunda parte da emissão. Estas conclusões são alguns exemplos que comprovam a pouca relevância noticiosa que é dada ao desporto feminino, neste caso em concreto, na Catalunha. Além dos valores serem baixos, este item ocupa a penúltima posição de um total de 58 tópicos avaliados, o que demonstra bem que o sexo feminino ainda não é muito reconhecido neste mundo. Importa referir que esta “tendência contínua para ignorar ou marginalizar os desportos femininos ajuda a manter o mito de que o desporto é exclusivamente por, sobre e para os homens” (Cooky *et al.*, 2013, p. 19).

Pode dizer-se que a “objetificação”; a sexualização; a desvalorização do papel das mulheres atletas e o conseqüente aumento da estereotipação demonstram que não há igualdade de tratamento entre homens e mulheres⁷⁷. Isto acontece, por exemplo, devido às imagens que vemos, nos meios de comunicação social, e ao significado que lhe atribuímos; ao facto de existirem discursos que distinguem desportos para homens e desportos para mulheres (Saraiva, 2017) e, devido à utilização de expressões como “ela joga como um homem”, por parte dos *media*, para se referirem às mulheres.

Do mesmo modo que certas capacidades físicas foram atribuídas às mulheres, tendo em conta a essência como supostamente femininas (flexibilidade, coordenação, destreza, ritmo, etc.), certas moralidades corporais supostamente femininas (elegância, moderação, modéstia, decoro, suavidade, coordenação e facilidade nos movimentos), certas emoções intrínsecas à ‘feminilidade’ (medo, vergonha, pudor, repressão, etc.), também foram delimitadas as diferenças e abjeções femininas no desporto (machona, masculina, cópia ridícula do homem, (...), maria-homem, feia, etc.) (Delgado *et al.*, 2022, p. 12).

⁷⁷ Estes são exemplos de aspetos que vão contra a alínea d) do Objetivo estratégico J.2. – “Fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação social” – estabelecida na Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005), disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/Plataforma-Accao-Pequim-PT.pdf>

A utilização deste tipo de expressões gera controvérsias. Por um lado, pode ser considerado um elogio às capacidades individuais das mulheres em questão, ainda que seja um pouco dececionante o termo estar primordialmente associado ao homem. Por outro, pode dar origem a pensamentos como – “será que ela é mesmo uma mulher?” (Messner, 1988), como é o caso de Caster Semenya. A atleta foi campeã olímpica e mundial dos 800 metros, mas foi várias vezes notícia, devido às dúvidas existentes, relativamente ao seu sexo. Em 2009, o porta-voz do Congresso Nacional Africano chegou a afirmar: “Caster não é a única atleta feminina com um corpo masculino”⁷⁸. Tudo isto, porque a atleta foi proibida de correr distâncias curtas, depois de a Associação Internacional de Federações de Atletismo considerar que o seu corpo produzia mais testosterona do que o normal.

⁷⁸ Informação retirada de: <https://www.dn.pt/desporto/outras-modalidades/ela-e-a-minha-filhinha-1341217.html>

5º Capítulo – A representação das mulheres desportistas no jornal *Record*

Desde há quase três décadas que os estudos feministas do jornalismo têm vindo a dar particular destaque aos processos de feminização das redações (Cerqueira & Cabecinhas, 2012; Silveirinha, 2012; Souza, 2014; Subtil, 2000; 2009), bem como à forma como as mulheres são representadas na imprensa generalista (Carter & McLaughlin, 2011; Delgado *et al.*, 2022; Lobo & Cabecinhas, 2008; Silveirinha, 2012). O mesmo não se pode afirmar relativamente à representação das mulheres na imprensa desportiva. Poucos são os estudos em Portugal com este enfoque (Araújo, 2017; Lal, 2015). Como afirmam Lopes e Pereira, “Não deixa de ser paradoxal que uma área que suscita tanto interesse do público, e que reúne um indiscutível interesse do público, como o jornalismo desportivo, seja tão pouco estudada (...)” (2006, p. 8).

A este respeito, os resultados do último relatório do *Global Media Monitoring Project* (2020) relativamente à temática do desporto não deixam quaisquer dúvidas, no que respeita à invisibilização a que os meios de comunicação continuam a votar as mulheres. No inquérito internacional do qual resultou o referido relatório, aplicado em 116 países e que cobriu 30172 histórias publicadas em jornais, transmitidas na rádio e televisão, e difundidas em *sites* de notícias e através de *tweets* dos meios de comunicação na imprensa, o tema do desporto, englobado no tópico intitulado “Celebidades, Artes e *Media*, Desporto”, apenas ocupou 9% do total de notícias (2020, p. 13). Acresce que, se analisarmos os temas das notícias relacionadas com o desporto, na imprensa escrita, na rádio e na televisão, as mulheres apenas foram retratadas enquanto desportistas em 15% (2020, p. 31).

O presente exercício investigativo tem como objetivo contribuir para colmatar a falta de estudos nesta área em Portugal, ao mesmo tempo que procura fornecer novos elementos para um melhor conhecimento sobre a forma como as mulheres desportistas são representadas na imprensa desportiva nacional, a partir da análise concreta de um jornal diário desportivo – o *Record*. Deste modo, a pergunta de partida que orienta esta pesquisa é: “Como é que as mulheres desportistas são representadas no jornal desportivo *Record*?”. A hipótese principal com que trabalhamos, já enunciada no final do subcapítulo 2.3, é que apesar de haver alguma dimensão de tematização do desporto praticado por mulheres, os critérios de notabilidade associados aos critérios do mercado dos *media* ainda se sobrepõem aos princípios de responsabilidade social associados à igualdade de género.

5.1. – *Corpus* e período em análise

O *corpus* de análise foi escolhido partindo da observação direta das peças jornalísticas que retratavam mulheres desportistas, publicadas no *Record* entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2023 – 89 dias, período de realização do estágio. Importa referir que foi utilizada uma amostra não aleatória por conveniência. Foram excluídas do *corpus* de análise peças relativas à publicidade e aos *fait divers*, uma vez que estes se focam em factos direcionados ao entretenimento, não revelando valor informativo e jornalístico relevantes para a investigação. Assim, analisaram-se 516 peças jornalísticas, sendo que 190 continham elementos iconográficos. Para proceder à análise, à respetiva discussão de resultados e à formulação de conclusões foi elaborada uma grelha de análise (Tabela 6) que abrangiu, não só os elementos textuais, como também os visuais das peças jornalísticas que foram objeto de estudo. A grelha teve em conta a análise de três dimensões: a dimensão geral da peça jornalística, a do conteúdo discursivo e a da iconografia da mesma. As variáveis estão inspiradas nos estudos de Araújo (2017) e Saraiva (2017), visto que estes têm semelhanças com a investigação levada a cabo. Sob influência de Mário Mesquita, num livro recentemente publicado (2022), *Introdução à Análise dos Títulos da Imprensa*, incluiu-se a variável titulação, que ficou integrada na dimensão relativa à análise geral da peça.

Tabela 6: Grelha de análise das peças jornalísticas

Análise da peça jornalística										
Número de edição do jornal	Título	Titulação	Data de publicação	Dia da semana	Página	Secção	Género jornalístico	Dimensão da peça	Assinatura	Fotografia
Análise do conteúdo discursivo da peça jornalística										
Protagonista	Importância dada à mulher desportista	Tom do discurso	Foco da peça jornalística			Outros tópicos mencionados na peça jornalística	Como foi representada a mulher desportista	Modalidade desportiva retratada		
Análise do conteúdo iconográfico da peça jornalística										
Protagonista	Importância dada à mulher desportista	Aparência da figura da mulher desportista	Contexto	Modalidade desportiva representada	Legenda	Protagonista da legenda				

5.2. – Análise dos dados e resultados

Tal como foi mencionado no subcapítulo anterior, a categorização das peças jornalísticas e dos conteúdos iconográficos teve por base a Tabela 6. Assim sendo, neste subcapítulo apresenta-se a análise descritiva dos dados de acordo com a categorização referida, de forma a dar resposta à questão orientadora do estudo. Além de ter seguido linhas orientadoras dos autores referidos anteriormente, no que respeita às categorias de análise objetivas (data de publicação, dia da semana, página, secção, género jornalístico, dimensão da peça, assinatura, fotografia, protagonista, importância dada à mulher desportista, foco da peça, outros tópicos mencionados, como foi representada a mulher desportista, modalidade desportiva retratada, contexto e legenda), a classificação das mesmas foi feita de forma direta. Na análise das categorias subjetivas (titulação, tom do discurso e aparência da figura da mulher desportista), a classificação foi discutida em conjunto com as professoras Filipa Subtil e Zélia Santos, de modo a que a categorização não fosse simplesmente orientada pela interpretação da autora deste estudo.

5.2.1. – Análise descritiva da dimensão relativa à peça jornalística

No que respeita à data de publicação, uma vez que foram analisados 89 dias de publicação, decidimos identificar as dez datas com mais peças jornalísticas publicadas, tal como se pode ver na Tabela 7. As restantes foram incluídas na subcategoria “Outras”. As datas com maior número de peças jornalísticas publicadas foram 5 e 12 de fevereiro; 5, 6, 12, 13 e 19 de março e 1, 2 e 9 de abril de 2023. Tal ficou com certeza a dever-se à coincidência com as datas de realização de grandes eventos desportivos a nível nacional e/ou internacional. A 5 de fevereiro decorreram as provas do Grand Slam de Paris, de judo e, no dia 12, começava a 2ª etapa da WSL - Hurley Pro Sunset Beach, de surf. Em março, realizaram-se eventos como: a 3ª etapa da WSL- MEO Rip Curl Pro Portugal, de surf (entre os dias 8 e 16) e a etapa de Baku do Mundial de Ginástica Artística, no Azerbaijão (entre os dias 9 e 12). Em abril, decorreu o Grand Slam de Antalya (Turquia), que se iniciou no dia 31 de março e terminou no dia 2 de abril, e a 4ª etapa da WSL - Rip Curl Pro Bells Beach, de surf, entre os dias 4 e 14.

Tabela 7: As dez datas com mais peças jornalísticas publicadas

Data de publicação	Número de peças jornalísticas publicadas
13 de março de 2023	10
9 de abril de 2023	10
5 de fevereiro de 2023	11
5 de março de 2023	11
19 de março de 2023	11
2 de abril de 2023	11
12 de fevereiro de 2023	12
6 de março de 2023	12
1 de abril de 2023	13
12 de março de 2023	15
Outras	400
Total	516

Os dias da semana em que foi mais frequente a presença de peças jornalísticas que retrataram as mulheres desportistas foram o domingo com 123 peças, seguido da segunda-feira com 95, do sábado com 77 e da sexta-feira com 67. Esta opção editorial pode explicar-se por ser próximo do fim-de-semana que ocorrem a maioria dos eventos desportivos, sendo por consequência realizada a respetiva antevisão e o rescaldo dos mesmos. Nos restantes dias, este número decresceu: a quinta-feira apresentou 65 peças, a quarta-feira 49 e a terça-feira, que registou o valor menor, apenas 40, conforme se pode observar no Gráfico 3.

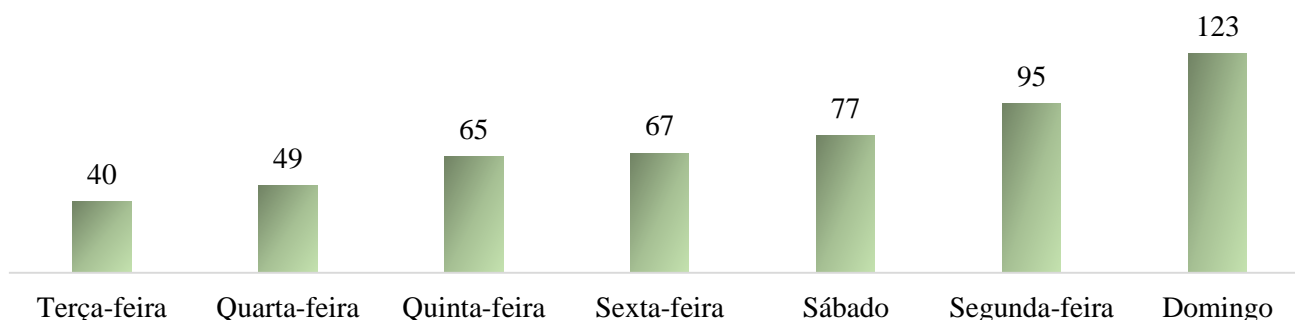


Gráfico 3: Número de peças jornalísticas publicadas, por dia da semana

Ao longo dos 89 dias do período de análise, das 516 peças jornalísticas sobre mulheres desportistas apenas 20 (4%) foram mencionadas na capa do jornal, mais precisamente

quando estas alcançaram conquistas assinaláveis, como a qualificação para o Mundial de Futebol feminino, ou sempre que foram realizadas entrevistas consideradas relevantes com as mesmas (Gráfico 4). É um valor exíguo que mostra a pouca importância que o jornal dá ao desporto praticado por mulheres, tal como foi referido no subcapítulo 4.4.1., a respeito dos resultados do *Global Media Monitoring Project (2020)*.

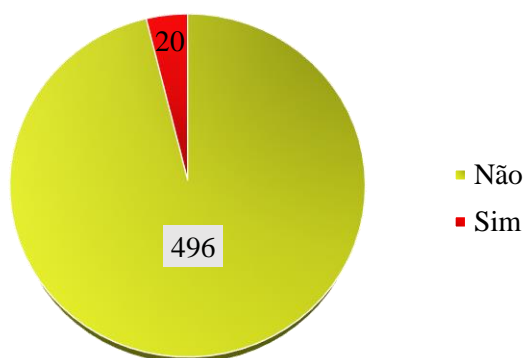


Gráfico 4: Número de peças jornalísticas mencionadas na capa

No que concerne à distribuição das 516 peças jornalísticas publicadas, por secção, conforme se pode constatar através do Gráfico 5, a secção Modalidades foi a que registou o valor mais elevado, com 330 peças publicadas, seguindo-se a do Futebol Nacional, responsável por retratar desportos como o futebol e futsal femininos, com 137 e a do A Fechar com 44. As restantes três secções mostram que não houve uma grande aposta nas peças jornalísticas relacionadas com mulheres desportistas, uma vez que, no Futebol Internacional só foram publicadas 3 e no Sporting e FC Porto apenas 1. A secção Benfica não reuniu nenhuma peça.

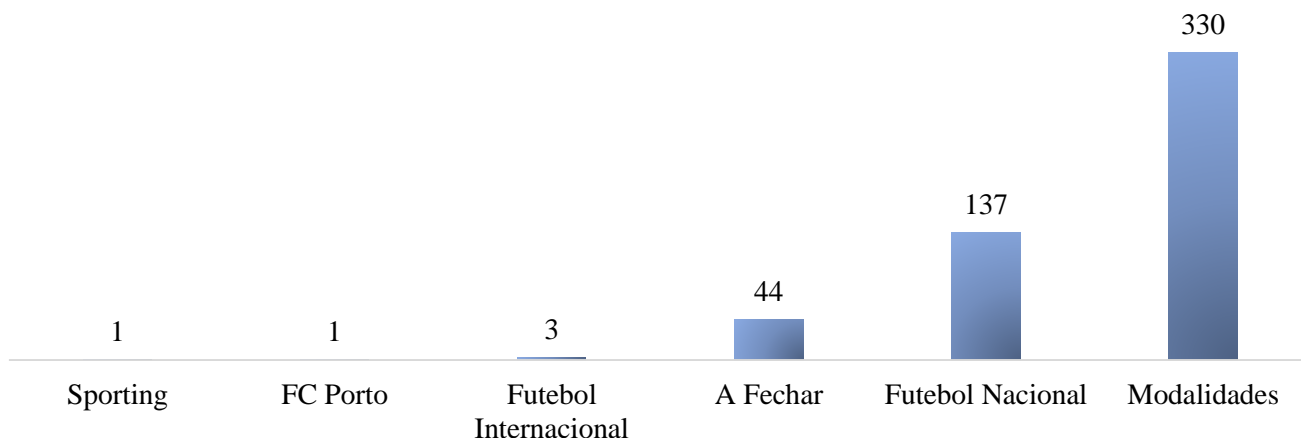


Gráfico 5: Distribuição do número de peças jornalísticas publicadas, por secção

Partindo para a observação do número de peças, tendo em conta o género jornalístico das mesmas (Gráfico 6), a notícia, formato nobre do jornalismo para Fontcuberta (1999a), uma vez que constitui a base desta área da comunicação, foi o mais privilegiado, com 248 publicações deste tipo, seguindo-se a breve, género mais curto, com 151; a reportagem com 48; a crónica com 34; a notícia com infografia com 16; a reportagem com infografia com 14; a entrevista com 3 e, por fim, a infografia com apenas 2. Como se pode ver, a aposta fica-se pelos géneros jornalísticos que exigem menos recursos humanos, materiais, temporais e que requerem pouco investimento financeiro, tais como a notícia e a breve, em detrimento da reportagem, da crónica e da entrevista, géneros jornalísticos que exigem esses custos. Assim sendo, pode afirmar-se que é privilegiado o “jornalismo de secretária” (Soares, 2012), recorrendo-se sobretudo a artigos disponíveis na Lusa e no *site* da Federação Portuguesa de Futebol.

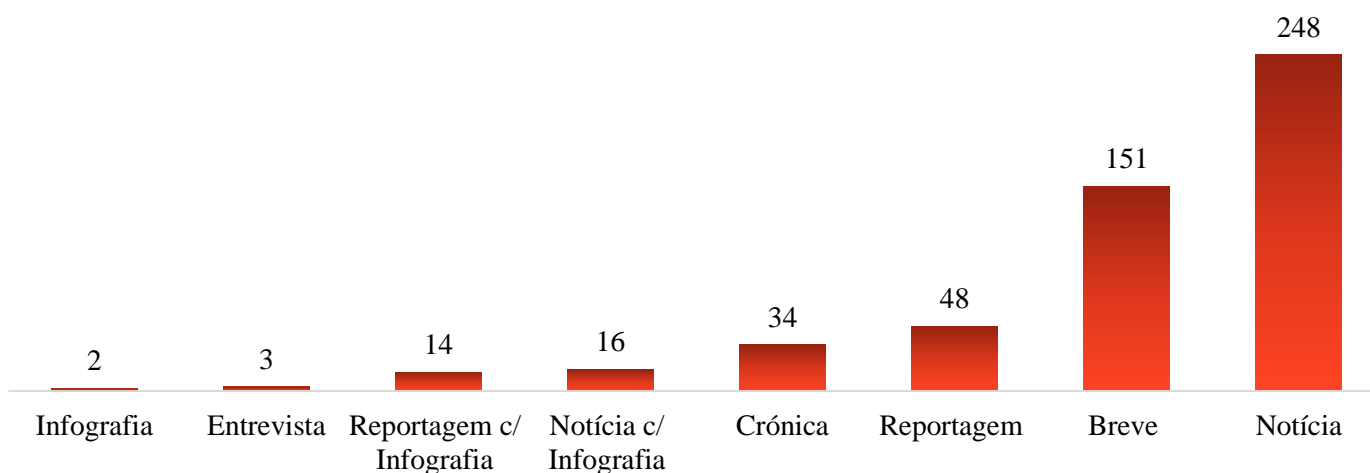


Gráfico 6: Género jornalístico das peças

No que respeita à dimensão das peças jornalísticas (Gráfico 7), partindo da premissa de que cada página pode ser dividida no máximo em cinco colunas (Anexo 2), podemos verificar que esta dimensão foi alcançada e/ou ultrapassada com pouca frequência. Os conteúdos que retrataram as mulheres desportistas apenas ocuparam duas páginas uma vez; uma página e meia 5 vezes e uma página 7 vezes. Também é possível ver que as dimensões seguintes também não foram uma grande aposta, já que, só por 6 vezes é que preencheram 4 colunas e por 5 vezes 3 colunas. No entanto, foram representadas 55 vezes na dimensão meia página; 29 na de ¼ de página e 17 na de 2 colunas. No topo de toda esta descrição e análise, a menor dimensão, isto é, de 1 coluna, foi que mais se destacou, com 342 peças, provando assim que, mais uma vez, as mulheres têm um tratamento mediático distinto (Saraiva, 2017), sendo que, normalmente, lhes é dada menor visibilidade comparando com os homens (Saraiva *et al.*, 2019). Outra prova disso mesmo é o facto de terem sido retratadas 49 vezes nas peças inseridas no rodapé da página, um local ao qual geralmente é atribuída menor importância.

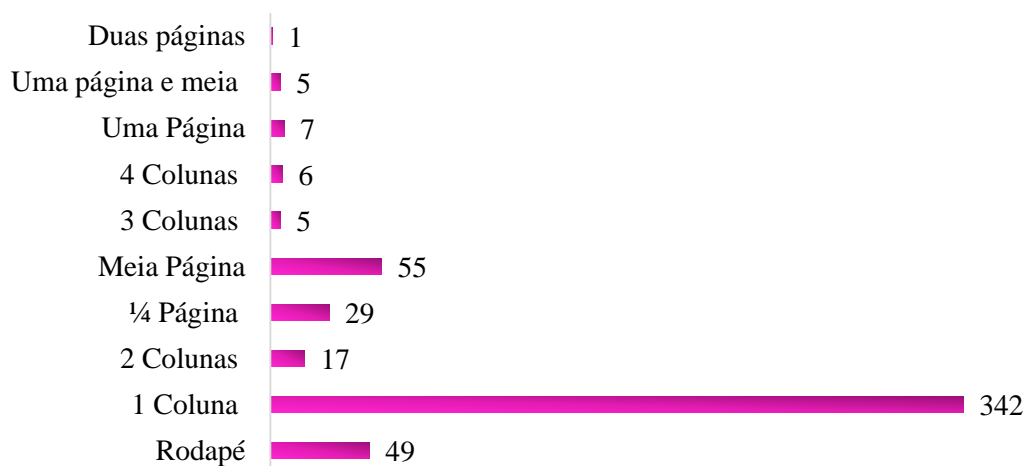


Gráfico 7: Dimensão das peças jornalísticas

No Gráfico 8, que representa a assinatura das peças jornalísticas, por sexo, podemos observar que, mais de metade das peças (319) não foi assinada. Contudo, das que o foram, apenas uma foi assinada por ambos os sexos. É notória a diferença entre as que foram assinadas por homens (167) e as que foram por mulheres (29), o que se compreende, visto que, durante o período de estágio, a redação do Record era composta sobretudo por homens (63 homens e 13 mulheres). As mulheres têm pouca participação, no que

concerne ao espaço público, o que demonstra que a feminização acentuada que se verificou a partir dos anos 80 nas redações dos órgãos de comunicação generalistas (Souza, 2014; Subtil, 2000; Subtil, 2009; Subtil & Silveirinha, 2017), não foi acompanhada pelos jornais desportivos.

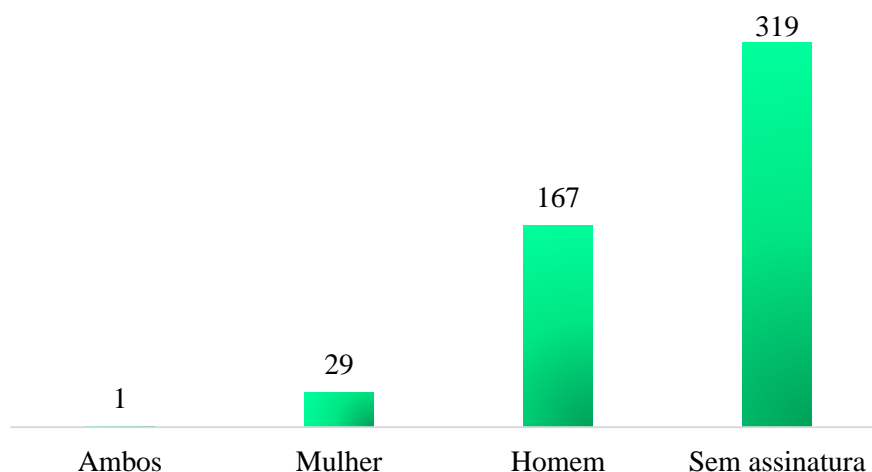


Gráfico 8: Assinatura das peças jornalísticas, por sexo

Para analisar os dados da categoria “Titulação” (Gráfico 9), elaborada a partir da proposta de Mesquita (2022), apresentada no livro *Introdução à Análise dos Títulos da Imprensa*, importa definir os conceitos/subcategorias que foram tidos em conta. Os títulos informativos indicativos respondem a questões como “quem? o quê? onde? e quando?” e indicam dados ou factos; os informativos explicativos referem sucintamente as causas e/ou as consequências de um determinado acontecimento; os expressivos apelativos procuram, como o próprio nome indica, atrair a atenção do leitor, dramatizando os acontecimentos, por vezes, de forma brutal; os expressivos formais ou lúdicos focam-se na função poética da linguagem, recorrendo a metáforas, figuras de retórica, trocadilhos; lembrando *slogans* publicitários ou fazendo referência a obras literárias e, por fim, os categoriais indicam um tema ou uma categoria da peça, sem resumir o conteúdo da mesma (Mesquita, 2022).

Na análise realizada, 126 das 516 peças não tiveram presente esta variável, uma vez que não apresentaram títulos. Além disso, ficou evidente o destaque que a subcategoria “informativo indicativo” teve, com 273 títulos classificados dessa forma. Dos restantes, 77 foram classificados como “expressivos formais ou lúdicos”; 18 como “categoriais”; 13 como “expressivos apelativos” e 9 como “informativos explicativos”. A opção por títulos “expressivos formais ou lúdicos” pode remeter para uma política editorial que, por

questões económicas ou outras, tende a privilegiar títulos chamativos, sensacionalistas, etc., propensos a captar mais leitores e também leitores menos exigentes.

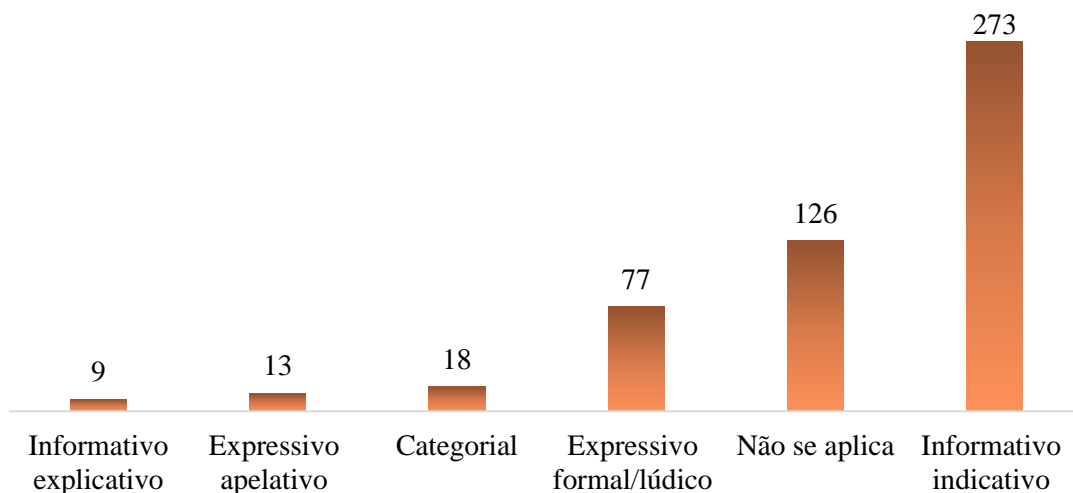


Gráfico 9: Titulação das peças jornalísticas

Das 516 peças jornalísticas, apenas 190 foram ilustradas com fotografia, o que corresponde a 37% do total. Nas restantes 326 não se verificou a presença desta categoria (Gráfico 10). Estes dados recolhidos podem ser justificados pela forma como é gerido o espaço atribuído às mulheres desportistas nas páginas do jornal ou a falta de fotografias disponíveis nas bases de dados do mesmo.

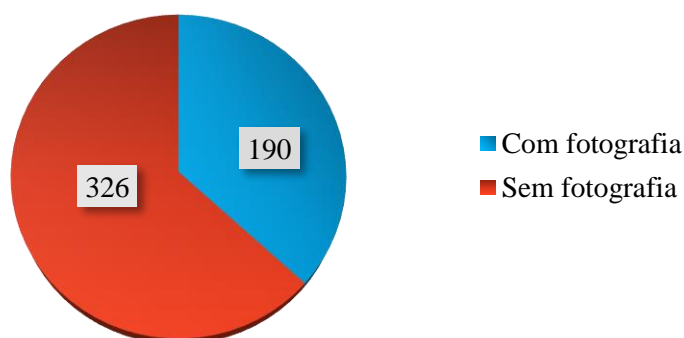


Gráfico 10: Presença de fotografia nas peças jornalísticas

5.2.2. – Análise bivariada da dimensão relativa à peça jornalística

Passamos agora à análise da distribuição conjunta de algumas das variáveis, tendo em conta a dimensão relativa à peça jornalística. No que concerne ao número de páginas por secção (Tabela 8), importa mencionar que toda a estrutura a nível de paginação segue a linha editorial do *Record*, visto que, as páginas iniciais do jornal estão reservadas às secções Sporting; FC Porto e Benfica (que não contribuiu com nenhuma peça), seguindo-se o Futebol Nacional; o Futebol Internacional e as Modalidades e terminando com o A Fechar, que, como o próprio nome indica, ocupa as duas últimas páginas do mesmo.

Deste modo, como se pode observar, houve maior presença de peças jornalísticas relacionadas com mulheres desportistas nas páginas 28 (136 peças); 27 (79 peças) e 26 (47 peças), que correspondem principalmente à secção Modalidades. Esta constatação segue em linha com o que se afirmou anteriormente, já que foi nesta secção (330 peças) que se deu mais ênfase ao tema que é objeto de estudo, uma vez que a mesma é responsável por cobrir a maioria dos desportos femininos, com exceção do futebol, do futsal e do futebol e praia, que estão ao encargo da secção Futebol Nacional. Esta foi a segunda secção que mais apostou nas peças que retrataram mulheres desportistas (137), ocupando maioritariamente as páginas 21 (35 peças); 23 (24 peças) e 22 (22 peças). A secção A Fechar teve como principal página a 31, com 37 das 44 peças presentes na mesma. Por fim, tanto a secção do Sporting como a do FC Porto, com apenas 1 peça cada uma, preencheram as páginas 16 e 17 do jornal e a do Futebol Internacional a 21, 24 e 25, com uma peça em cada.

Tabela 8: Páginas por secção

Número da página	Futebol Nacional	Futebol Internacional	Sporting	FC Porto	Modalidades	A Fechar	Total por página
3	-	-	-	-	2	-	2
17	3	-	-	-	-	-	3
18	1	-	-	-	-	-	1
19	4	-	-	-	-	-	4
20	9	-	-	-	-	-	9
21	35	1	-	-	-	-	36
22	22	-	-	-	-	-	22
23	24	-	-	-	-	-	24
24	12	1	-	-	1	-	14
25	14	1	-	-	13	-	28
26	3	-	-	-	44	-	47
27	1	-	-	-	78	-	79
28	1	-	-	-	135	-	136
29	1	-	-	-	10	-	11
30	1	-	-	-	2	-	3
31	3	-	-	-	1	37	41
32	-	-	-	-	2	2	4
33	-	-	-	-	12	-	12
34	-	-	-	-	10	-	10
35	-	-	-	-	5	-	5
36	-	-	-	-	14	-	14
39	-	-	-	-	-	5	5
16;17	2	-	1	1	-	-	4
2;3	-	-	-	-	1	-	1
20;21	1	-	-	-	-	-	1
Total por secção	137	3	1	1	330	44	516

Já na Tabela 9, constata-se que nas dez datas com maior número de publicações, os dois géneros jornalísticos mais privilegiados foram a breve, com 48 peças, e a notícia, com 42, devido à gestão de recursos temporais, materiais, humanos e financeiros, algo que já se tinha constatado na análise descritiva no subcapítulo anterior. A crónica, que nestas datas foi o terceiro género mais utilizado, com 12 peças, sobrepôs-se à reportagem (10 peças). Importa ainda mencionar que, ao longo destes dias, os géneros entrevista e infografia, que registaram uma menor aposta no total das peças, não foram utilizados. No que respeita à reportagem com infografia apenas esteve presente 3 vezes, mais duas do que a notícia com infografia.

Analisando data a data, nos dias 5 e 12 de fevereiro e 6 e 19 de março de 2023 a breve foi o género que mais sobressaiu, com 5; 8; 7 e 6 peças, respetivamente. A 5 e 13 de março e 1 de abril de 2023, a notícia e a breve tiveram igual destaque, com 4 peças cada uma. Nos dias 12 de março e 2 e 9 de abril de 2023 a grande aposta foi a notícia, com 6; 7 e 6 peças, respetivamente. Estes dados reforçam a opção por géneros jornalísticos que impliquem menos custos e que privilegiem o “jornalismo de secretária” (Soares, 2012).

Tabela 9: Géneros jornalísticos presentes nas dez datas com mais peças publicadas

	Reportagem	Entrevista	Notícia	Crónica	Breve	Notícia c/ Infografia	Reportagem c/ Infografia	Infografia	Total por data
13 de março de 2023	1	-	4	1	4	-	-	-	10
9 de abril de 2023	1	-	6	-	3	-	-	-	10
19 de março de 2023	2	-	3	-	6	-	-	-	11
2 de abril de 2023	1	-	7	1	2	-	-	-	11
5 de fevereiro de 2023	-	-	2	4	5	-	-	-	11
5 de março de 2023	-	-	4	1	4	1	1	-	11
12 de fevereiro de 2023	-	-	4	-	8	-	-	-	12
6 de março de 2023	-	-	2	2	7	-	1	-	12
1 de abril de 2023	4	-	4	-	4	-	1	-	13
12 de março de 2023	1	-	6	3	5	-	-	-	15
Outra	38	3	206	22	103	15	11	2	400
Total por género jornalístico	48	3	248	34	151	16	14	2	516

Quando se analisa a distribuição conjunta entre o género jornalístico e as diversas secções (Tabela 10), verifica-se que o género notícia foi o mais privilegiado em três das seis secções – Futebol Nacional (63); Futebol Internacional (3) e Modalidades (167). Na secção Sporting apenas se recorreu à entrevista e na FC Porto à reportagem. Na secção A Fechar, a breve, que continha informações menos relevantes e para as quais não havia espaço nas restantes secções, foi o género predominante com 27 peças. É relevante mencionar que no Futebol Nacional e nas Modalidades também só se utilizou uma vez a entrevista e que as únicas duas peças caracterizadas como infografia foram aposta desta última secção, que aliás foi a que mais diversificou os géneros jornalísticos utilizados. A crónica, a notícia com infografia e a reportagem com infografia também só foram privilegiadas nestas duas secções.

Tabela 10: Género jornalístico por secção

	Futebol Nacional	Futebol Internacional	Sporting	FC Porto	Modalidades	A Fechar	Total por género jornalístico
Reportagem	36	-	-	1	9	2	48
Entrevista	1	-	1	-	1	-	3
Notícia	63	3	-	-	167	15	248
Crónica	29	-	-	-	5	-	34
Breve	-	-	-	-	124	27	151
Notícia c/ Infografia	3	-	-	-	13	-	16
Reportagem c/ Infografia	5	-	-	-	9	-	14
Infografia	-	-	-	-	2	-	2
Total por secção	137	3	1	1	330	44	516

Tendo presente o que foi mencionado no final da análise do Gráfico 8, outro tópico importante que deve ser retratado nesta análise é a assinatura por género jornalístico (Tabela 11). Tal como já tinha sido referido, mais de metade das peças não foram assinadas (319), nomeadamente, no que toca às notícias (156), às breves (150) e à infografia (2), sendo que este último género jornalístico nunca teve presente esta característica. De referir que não houve nenhum género que fosse assinado maioritariamente por mulheres: as reportagens foram hegemonicamente assinadas por homens (45 contra apenas 1 assinada por mulheres); a notícia foi 71 vezes assinada por homens e 20 por mulheres; a crónica 32 por homens e somente 1 por mulheres; a reportagem com infografia 9 por homens e 4 por mulheres e, na notícia com infografia os homens assinaram o dobro das peças (6 contra 3). As entrevistas apenas foram realizadas por homens e só numa situação (notícia) é que ambos os sexos trabalharam em conjunto.

Tabela 11: Assinatura por género jornalístico

	Sem assinatura	Homem	Mulher	Ambos	Total por género jornalístico
Reportagem	2	45	1	-	48
Entrevista	-	3	-	-	3
Notícia	156	71	20	1	248
Crónica	1	32	1	-	34
Breve	150	1	-	-	151
Notícia c/ Infografia	7	6	3	-	16
Reportagem c/ Infografia	1	9	4	-	14
Infografia	2	-	-	-	2
Total por assinatura	319	167	29	1	516

Por fim, analisando a distribuição conjunta entre as variáveis género jornalístico e fotografia (Tabela 12), verifica-se que os três géneros jornalísticos que mais apostaram nos conteúdos iconográficos foram a notícia (89); a reportagem (48), que o fez sempre, e a crónica (25). A reportagem com infografia (13) e a notícia com infografia (9) também deram alguma importância aos mesmos, ao contrário da breve que só por 2 vezes é que o fez. Quanto à entrevista, apesar de pouco utilizado, nos três casos veio acompanhado por fotografia.

Tabela 12: Fotografia por género jornalístico

	Sim	Não	Total por género jornalístico
Reportagem	48	-	48
Entrevista	3	-	3
Notícia	89	159	248
Crónica	25	9	34
Breve	2	149	151
Notícia c/ Infografia	9	7	16
Reportagem c/ Infografia	13	1	14
Infografia	1	1	2
Total por fotografia	190	326	516

5.2.3. – Análise descritiva da dimensão relativa ao conteúdo discursivo da peça jornalística

Debruçando-nos agora na análise do conteúdo discursivo das 516 peças jornalísticas que retrataram mulheres desportistas, percebemos que as “equipas femininas” foram o protagonista com maior destaque, visto que, 220 peças fizeram menção às mesmas. Em segundo lugar, surgiu a “atleta feminina” com 178 peças, seguindo-se a subcategoria “atleta masculino e atleta feminina”, com 67. Através deste grupo e do que englobou a “equipa masculina e a equipa feminina” – 6 peças –, percebemos que, por 73 vezes, as mulheres partilharam o foco discursivo da peça com os homens, sendo que, em 9 ocasiões, apesar de as mencionarem, não foram o protagonista das mesmas, tendo o “atleta masculino” ocupado essa condição. Além disso, em 36 peças, que não deixaram de fazer referência às atletas femininas, elas não foram as protagonistas, mas sim outros intervenientes do mundo do desporto, tais como os treinadores e/ou as treinadoras. Todavia, como foram identificados 12 protagonistas distintos, apenas apresentamos os que consideramos serem mais relevantes para esta investigação, estando os restantes agrupados na categoria “outro” (Gráfico 11). Esta seleção será tida em conta ao longo da análise e do tratamento dos dados, não só neste subcapítulo, como também no seguinte.

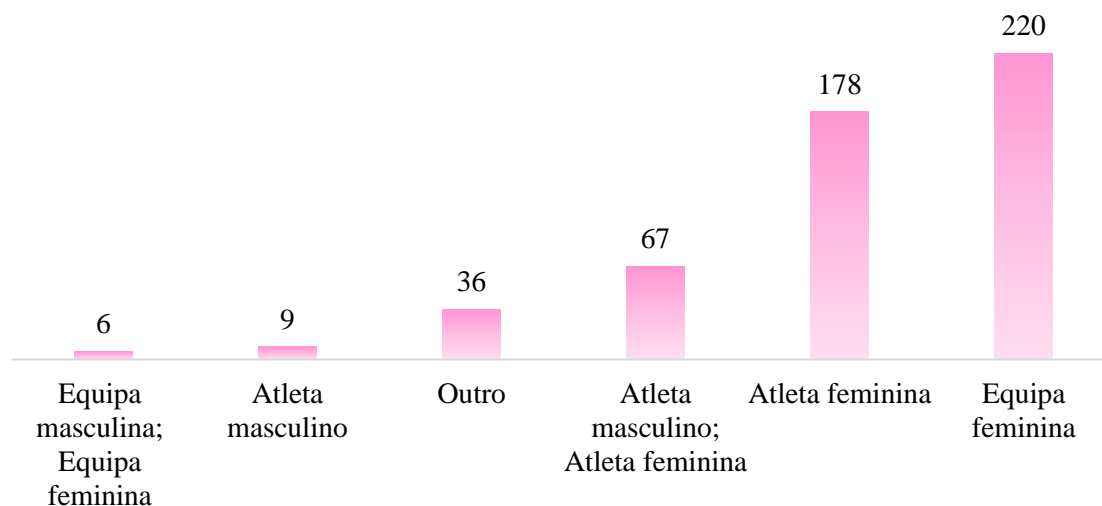


Gráfico 11: Protagonista das peças jornalísticas, a nível discursivo

No que se refere à importância atribuída à mulher desportista ao longo das peças (Gráfico 12), verificou-se que em 285 peças, isto é, em 55% do total, esta foi retratada com uma importância principal e em 92 (18%) foi-lhe conferido o papel secundário. Também

importa referir que esta análise não se aplicou em 139 peças, já que, em algumas subcategorias, como a da equipa feminina, não foi feita referência à mulher desportista em específico, mas ao coletivo feminino.

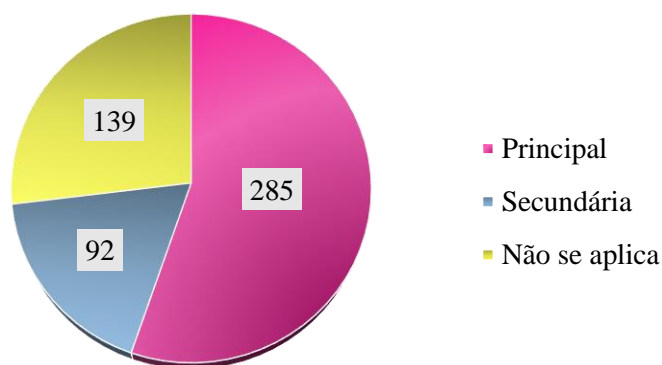


Gráfico 12: Importância atribuída à mulher desportista nas peças jornalísticas, a nível discursivo

Quanto ao tom do discurso, este foi subdividido tendo em conta as subcategorias: “objetivo”, “crítico”, “informal”, “persuasivo”, “otimista”, “persuasivo; otimista” e “pessimista”. Antes da descrição e da análise dos resultados, importa definir cada um destes conceitos. Segundo Freitas (1999), “o conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os factos tal como aparecem: é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo da realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia” (p. 12). De forma sucinta, esta categoria pauta-se pela descrição exata, neutra e imparcial dos acontecimentos. Já o tom crítico, na leitura de Gomez (2023), diz respeito “à ação de opinar sobre algo, seja de forma favorável ou desfavorável” (par. 1). No que toca à informalidade, Lemos e Luiz (2017) afirmam que esta característica discursiva quebra a distância entre o redator e o leitor, simulando uma relação de proximidade e intimidade entre os dois. Além disso, defendem que traz fluidez ao texto. Na visão de Cancela (2018), o tom persuasivo procura convencer e influenciar o leitor a fazer algo ou a tomar uma determinada posição. O tom otimista tende a transmitir confiança ao leitor, sustentando uma interpretação positiva de um determinado acontecimento (Bastianello & Hutz, 2015). Em contrapartida, o pessimista tende a antecipar dificuldades que podem não ser ultrapassadas, algo que deixa o leitor indeciso e hesitante (Bastianello & Hutz, 2015; Scheier *et al.*, 2001).

Como mostra o Gráfico 13, o tom “objetivo” foi claramente o mais utilizado – 407 peças – demonstrando que, na maioria das vezes, os jornalistas do *Record* cumprem com o que está estabelecido no 14º artigo do Estatuto do Jornalista: constitui-se como dever fundamental “informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião”⁷⁹. O tom “otimista” ocupou o segundo lugar com 54 peças, uma diferença notória comparando com o tom anterior. No que concerne ao tom “crítico” e ao conjunto “persuasivo; otimista”, estes foram utilizados em 20 peças cada um. Já os tons “persuasivo” e “pessimista” estiveram ambos presentes em 7 peças. Por fim, apenas se recorreu 1 vez ao tom “informal”.

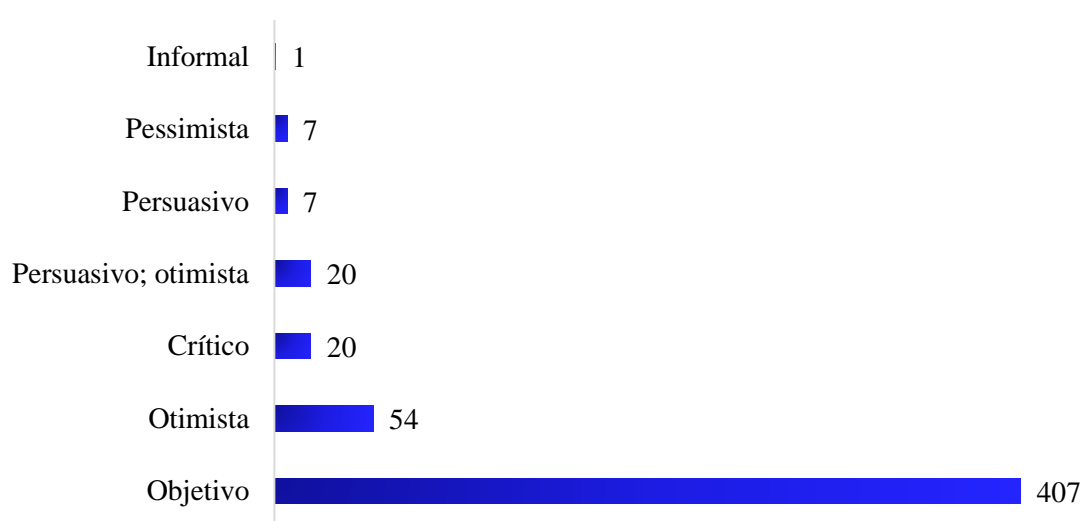


Gráfico 13: Tom do discurso das peças jornalísticas

Relativamente ao foco da peça jornalística (Gráfico 14), a nível discursivo o tópico ao qual foi dada maior importância foram os resultados desportivos – 259 peças. De seguida, surgiram os eventos desportivos, com incidência em 153 peças; as distinções em 66, e os conflitos/polémicas em 19. As informações pessoais relacionadas com desporto foram mencionadas em 9 peças; as contratações/rescisões/renovações em 5 e as lesões/doenças em 4. Por último, em apenas 1 ocasião se fez referência a informações pessoais não relacionadas com desporto, focando a vida pessoal da mulher desportista que não se relaciona com a sua prática desportiva. Refira-se que estes resultados contrariam a tendência encontrada por Araújo (2017), em que este foco foi o segundo mais utilizado – 256 de 691 peças. Apesar de o autor ter objetivos e um *corpus* de análise diferentes dos deste relatório, uma vez que se focou na figura feminina em geral e num período de tempo

⁷⁹ Esta informação está presente na alínea a) do ponto 1. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

distinto, na sua investigação foi tida em conta a análise de algumas variáveis que estão presentes neste estudo, sendo assim possível estabelecer comparações entre os dois trabalhos, algo que se vai verificar ao longo deste e dos próximos subcapítulos.

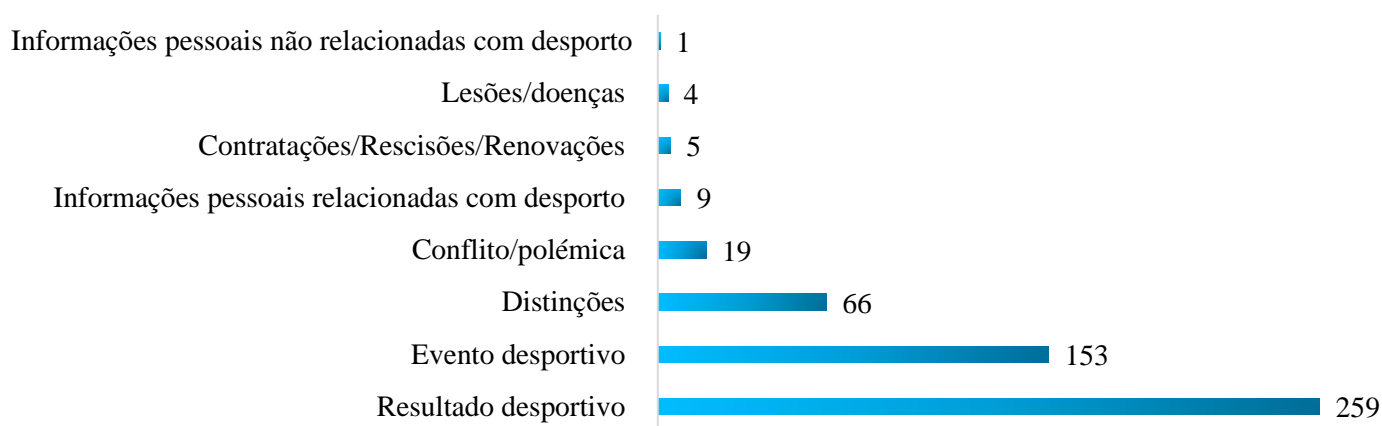


Gráfico 14: Foco da peça jornalística, a nível discursivo

Em relação à categoria que retrata outros tópicos mencionados nas peças jornalísticas (Gráfico 15), o que mais se destacou foi a referência à equipa/clube, com 286 menções, o que significa que este item surgiu em mais de metade das peças (55%). O tópico que representa a nacionalidade teve 194 registos (38%) e a idade foi divulgada 102 vezes (20%). As emoções foram expostas em 96 momentos (19%) e o (a) treinador (a) foi referido (a) em 93 ocasiões (18%). Estes dois tópicos, juntamente com o que determinou o estabelecimento de uma comparação com um atleta masculino, que registou 5 menções (1%), podem conduzir a uma desvalorização da atleta feminina e, conseqüentemente, a uma diminuição da importância dos seus feitos a nível desportivo, aumentando assim a divisão entre esta e o atleta masculino (Cooky *et al.*, 2013; Cuklanz, 2016; Messner, 1988). Com números bastantes menores, surgiram os tópicos alusivos à família – 13 vezes (3%) e à etnia – 6 (1%), sendo que este, por exemplo, demonstra que as questões relacionadas com a interseccionalidade não foram tidas em consideração⁸⁰.

⁸⁰ Nesta análise, cada peça jornalística pode ter englobado mais do que um tópico acima mencionado.

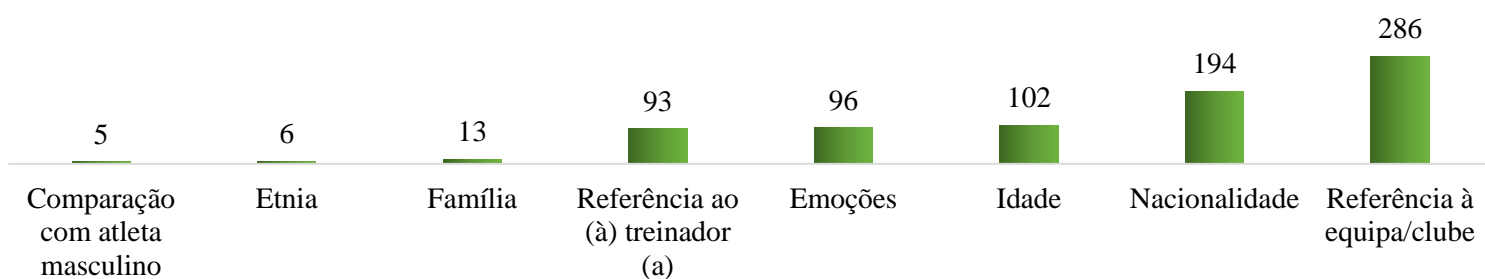


Gráfico 15: Outros tópicos mencionados nas peças jornalísticas

Para esta investigação foi também pertinente analisar o modo como a mulher desportista foi representada (Gráfico 16). Os dados recolhidos indicam que a mesma foi retratada como atleta em 374 peças, o que corresponde a 72%, mais de metade do total. Nas restantes 139 peças (27%), estas subcategorias não se aplicaram, por exemplo quando eram referidos atletas masculinos, uma vez que esta variável incide sobre as mulheres desportistas apenas. Conclui-se que o *Record* primou por representar a mulher desportista enquanto atleta, sendo que esta nunca foi abordada como familiar ou companheira de uma celebridade masculina. Este aspeto revela que este jornal procura fazer jus à sua especialização de natureza desportiva. Contudo, o facto de só ter sido representada como embaixadora em 3 peças (1%) pode ser um indicador de que a mulher desportista não tem um papel muito ativo na gestão e organização desportiva (Saraiva *et al.*, 2019), já que os *media* não lhe têm dado destaque, no que respeita ao exercício destas funções.

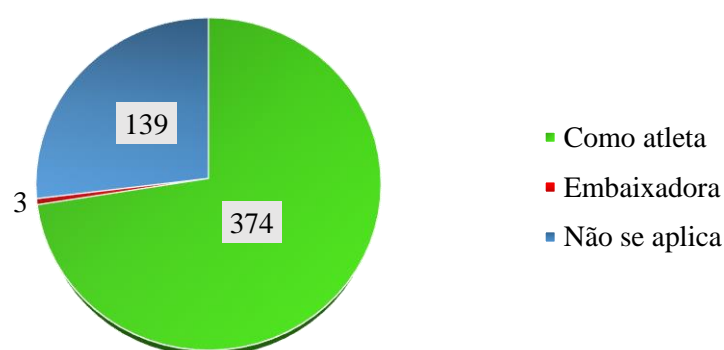


Gráfico 16: Como foi representada a mulher desportista, a nível discursivo

No que concerne à quantificação das modalidades desportivas retratadas a nível discursivo, uma vez que foram identificadas 32, para o tratamento de dados, apenas foram tidas em conta as 10 mais referenciadas (Gráfico 17). Percebemos que o futebol, que é

considerado o “desporto-rei” e que tem ganho maior notabilidade no que respeita às competições femininas, surgiu em primeiro lugar, com um total de 131 coberturas jornalísticas. Era expectável que isto se fosse verificar, uma vez que o *Record* dá um grande enfoque a esta modalidade – mais de metade das secções do jornal são exclusivamente dedicadas à mesma (Sporting; FC Porto; Benfica; Futebol Nacional e Futebol Internacional), espelhando esse investimento monotemático. Seguiram-se o atletismo, presente em 51 peças; o futsal, com um total de 34 referências; o basquetebol, com menos uma do que o futsal; o voleibol, com 32; o andebol, com 31; o judo, com 29; o hóquei em patins e o ténis, ambas com 27 presenças e, por fim, a natação, com 23. Estes dados contrariam a hipótese de Saraiva (2017) e Saraiva *et al.* (2019), quando afirmam que a cobertura da imprensa escrita do desporto feminino se foca particularmente em desportos individuais, que não exigem contacto físico, como o ténis e o atletismo, excluindo assim modalidades como o basquetebol e o andebol, mais associadas ao desporto masculino. Neste estudo, apesar de o atletismo ocupar o 2º lugar, o futebol, o futsal, o basquetebol e o andebol, que se caracterizam por ser de natureza coletiva e por envolver contacto físico, foram das modalidades mais retratadas pelo *Record*. Aliás, das 10 que foram noticiadas, 6 são praticadas coletivamente.

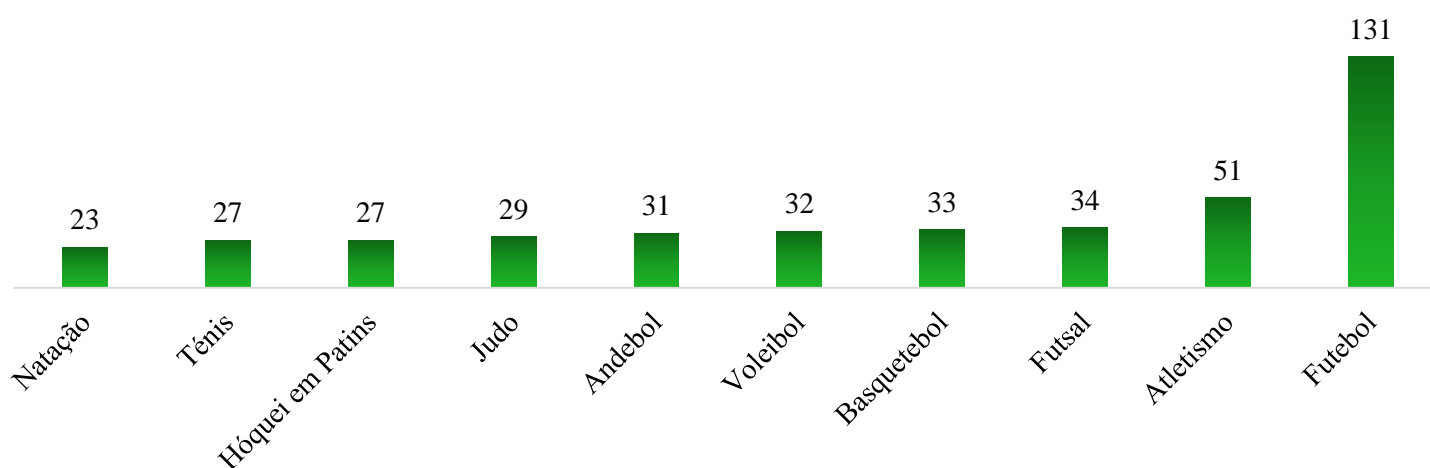


Gráfico 17: Dez modalidades desportivas mais retratadas, a nível discursivo

5.2.4. – Análise bivariada da dimensão relativa ao conteúdo discursivo da peça jornalística

Especificando a distribuição conjunta entre os cinco protagonistas mais relevantes para esta investigação (“atleta feminina”, “atleta masculino”, “equipa feminina”, “atleta masculino; atleta feminina” e “equipa masculina; equipa feminina”) e o foco da peça jornalística, através da Tabela 13 podemos constatar que, os focos que foram atribuídos à “atleta feminina” estiveram maioritariamente relacionados com resultados desportivos (66 ocorrências); eventos desportivos (50) e distinções (33). Os conflitos/polémicas (12) e as contratações/rescisões/renovações (3) apresentaram números menores. De salientar ainda que, a “atleta feminina” também foi a única protagonista das peças que se focaram nas informações pessoais relacionadas com desporto (9), das que deram importância às lesões/doenças (4) e da que retratou informações pessoais não relacionadas com desporto. O foco atribuído ao “atleta masculino” incidiu sobretudo sobre os resultados desportivos (5), no entanto, também houve espaço para as distinções (3) e para os eventos desportivos (1). A par do que se observou em relação à “atleta feminina”, o foco dado às “equipas femininas” também recaiu em grande parte sobre os resultados (146) e os eventos desportivos (55) e sobre as distinções (16). Relativamente aos conflitos/polémicas e às contratações/rescisões/renovações, estes focos tiveram destaque duas e uma vez, respetivamente. Os temas em foco nos grupos “atleta masculino; atleta feminina” e “equipa masculina; equipa feminina” foram os eventos desportivos com 21 e 3 menções, por essa ordem; resultados desportivos com 36 e 1 referências, respetivamente e as distinções, com 10 registos no primeiro grupo e 2 no segundo. Os focos conferidos aos restantes protagonistas foram: os eventos desportivos em 23 peças; os resultados desportivos e os conflitos/polémicas em 5 cada um; as contratações/rescisões/renovações numa peça e as distinções em 2. Estes dados podem ser justificados pelo facto de os valores financeiros que estão em causa no futebol masculino não serem compatíveis com os que são praticados no feminino. A indústria do futebol feminino ainda não é profissional, mas sim amadora. Além disso, tanto os redatores como os leitores dos jornais são maioritariamente homens que não levam muito a sério o desporto praticado por mulheres. Importa frisar que teríamos de ter feito entrevistas com os editores e redatores do jornal para perceber como respondiam à escolha destas opções.

Tabela 13: Foco da peça jornalística por protagonista, a nível discursivo

	Evento desportivo	Resultado desportivo	Conflito/polémica	Informações pessoais relacionadas com desporto	Lesões/doenças	Contratações/Rescisões/Renovações	Distinções	Informações pessoais não relacionadas com desporto	Total por protagonista
Atleta feminina	50	66	12	9	4	3	33	1	178
Atleta masculino	1	5	-	-	-	-	3	-	9
Equipa feminina	55	146	2	-	-	1	16	-	220
Atleta masculino; Atleta feminina	21	36	-	-	-	-	10	-	67
Equipa masculina; Equipa feminina	3	1	-	-	-	-	2	-	6
Outro	23	5	5	-	-	1	2	-	36
Total por foco da peça jornalística	153	259	19	9	4	5	66	1	516

A nível discursivo interessa ainda perceber que correspondência existe entre o protagonista e o modo como este foi representado. A Tabela 14 permite-nos apurar que, em 178 peças que tinham como protagonista a “atleta feminina”, esta foi representada enquanto atleta em 176, um número bastante significativo, e como embaixadora numa. O “atleta masculino”, nas nove peças em que teve protagonismo, foi sempre retratado como atleta, assim como o grupo “atleta masculino; atleta feminina” nas 67 peças que lhe dizem respeito. A “equipa feminina” viu as suas desportistas serem referenciadas como atletas em 87 peças, sendo que nas restantes 133 apenas houve alusão ao coletivo. O grupo “equipa masculina; equipa feminina” teve quatro representações de mulheres como atletas e duas como embaixadoras. Por fim, nos restantes protagonistas houve 31 menções da figura feminina como atleta e 2 como embaixadora, sendo que em 3 casos esta análise não se aplicou.

Tabela 14: Como foi representada a mulher desportista, por protagonista a nível discursivo

	Como atleta	Embaixadora	Não se aplica	Total por protagonista
Atleta feminina	176	1	1	178
Atleta masculino	9	-	-	9
Equipa feminina	87	-	133	220
Atleta masculino; Atleta feminina	67	-	-	67
Equipa masculina; Equipa feminina	4	-	2	6
Outro	31	2	3	36
Total por representação	374	3	139	516

5.2.5. – Análise descritiva da dimensão relativa ao conteúdo iconográfico da peça jornalística

Neste subcapítulo, analisamos a dimensão iconográfica das peças jornalísticas, presente em 190 peças. No que respeita ao protagonista (Gráfico 18), podemos constatar que, nas peças jornalísticas que retrataram a mulher desportista e que estavam acompanhadas por fotografias, a “atleta feminina” foi a mais representada (112). Com uma diferença bastante notória seguiu-se a “equipa feminina”, que contou com 18 elementos deste tipo, o grupo “atleta masculino; atleta feminina” com 16, o “atleta masculino” com 12 e o grupo “equipa masculina; equipa feminina” com apenas 2. As restantes 30 fotografias tiveram como protagonistas outras entidades ligadas ao mundo do desporto. Todavia, uma vez que foram identificadas 13 subcategorias distintas, a nossa análise recaiu sobre as que consideramos ser mais importantes para este estudo.

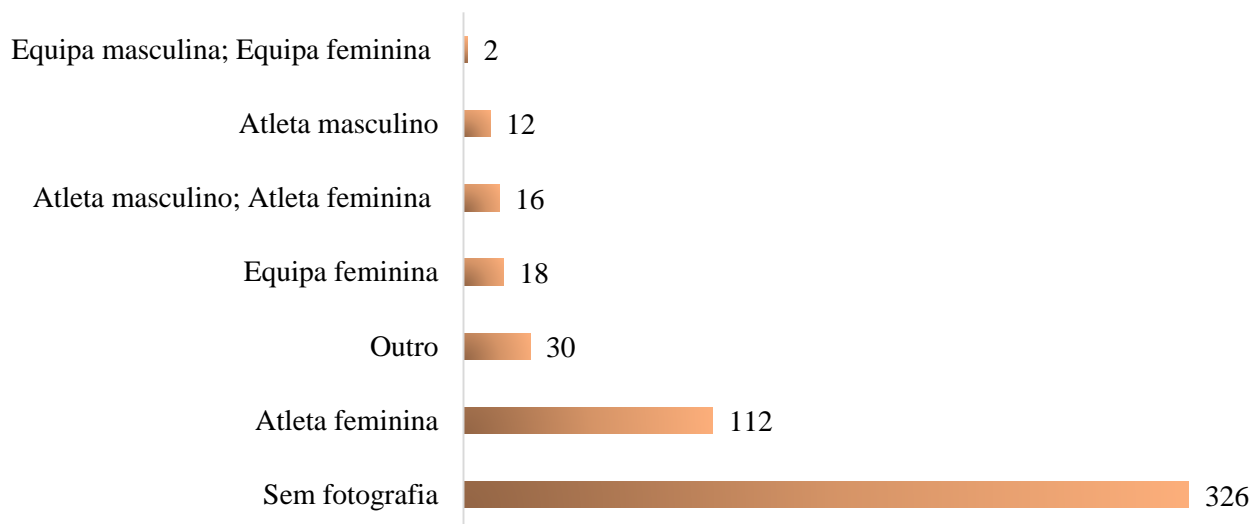


Gráfico 18: Protagonista das peças jornalísticas, a nível iconográfico

A partir do Gráfico 19 é possível observar que, do total de 190 elementos iconográficos, a mulher desportista foi retratada com uma importância principal em 148 (78%). As restantes 37 (19%) peças que continham elementos iconográficos e que estão mencionadas no gráfico englobam casos em que esta análise não se aplicou, porque das 42 peças que tiveram como protagonista outro elemento do universo desportivo (30) e que representaram apenas atletas masculinos (12), houve apenas 5 (3%) em que foi atribuído à mulher desportista um papel secundário.

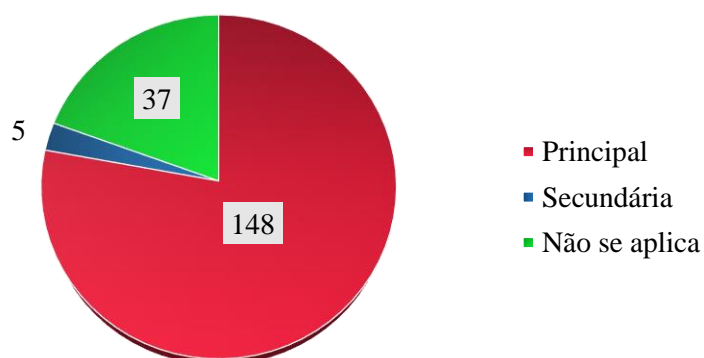


Gráfico 19: Importância atribuída à mulher desportista nas peças jornalísticas, a nível iconográfico

Relativamente à aparência da figura da mulher desportista (Gráfico 20), esta foi retratada de forma determinada em 97 dos 190 elementos iconográficos e com uma aparência neutra em 56. Nos restantes 37 esta categoria não se aplicou, devido ao fator apresentado na análise do gráfico anterior. É relevante mencionar que, nesta categoria, estavam englobadas as opções “sensualidade” e “objetificação”. No entanto, no período em análise, não se observou a presença de nenhuma. Estes resultados não seguem em linha com o que Araújo (2017) encontrou na sua investigação, onde as mulheres no geral foram erotizadas/objetificadas em 42% das ocasiões analisadas por si. Além disso, contrastam com a hipótese confirmada por Saraiva *et al.* (2019) de que “na cobertura mediática da imprensa desportiva, as atletas são fotografadas de formas que enfatizam a sua feminilidade” (p. 81). O *corpus* analisado por Saraiva *et al.* (2019), no que respeita às atletas femininas, continha fotografias de carácter implicitamente sexual que contribuíram para a objetificação das mesmas, ao contrário do que se apurou no gráfico 20. Deste modo, pode afirmar-se que o princípio que Cuklanz (2016) defende – “a prevalência da objetificação feminina criou um efeito cultural onde os homens são compreendidos como aqueles que observam e as mulheres como aquelas que são observadas” (p. 8) – não se verificou.

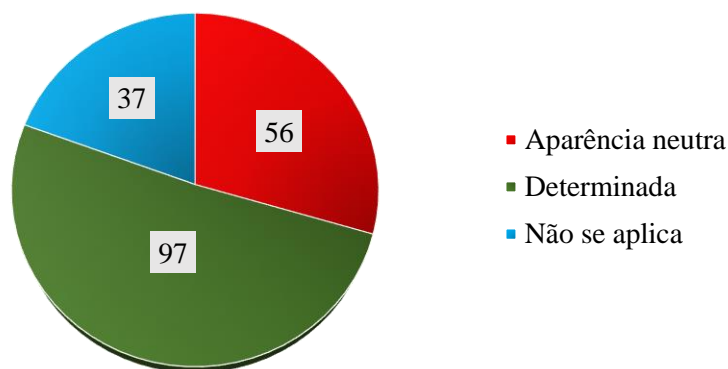


Gráfico 20: Aparência da figura da mulher desportista

No contexto dos 190 elementos iconográficos (Gráfico 21), constata-se que a maioria teve como foco o contexto desportivo, sendo que este foi identificado em 113, o que corresponde a cerca de 60% do total. Posteriormente, surgiu o desportivo associado às emoções em 44 elementos (23%); as emoções em 14 (7%); o desportivo relacionado com distinções em 12 (6%); as distinções em 4 (2%) e, por fim, em apenas 3 (2%) o desportivo

ligado às emoções e às distinções. Mais uma vez, houve subcategorias da grelha de análise que não se observaram neste *corpus*, tais como o contexto familiar e doméstico e o destaque do aspeto físico, contrariamente ao que foi verificado no estudo de Araújo (2017), em que estes dois aspetos foram bastante salientados nas fotografias analisadas pelo autor, compreendendo cerca de 44% e 22% das mesmas, respetivamente.

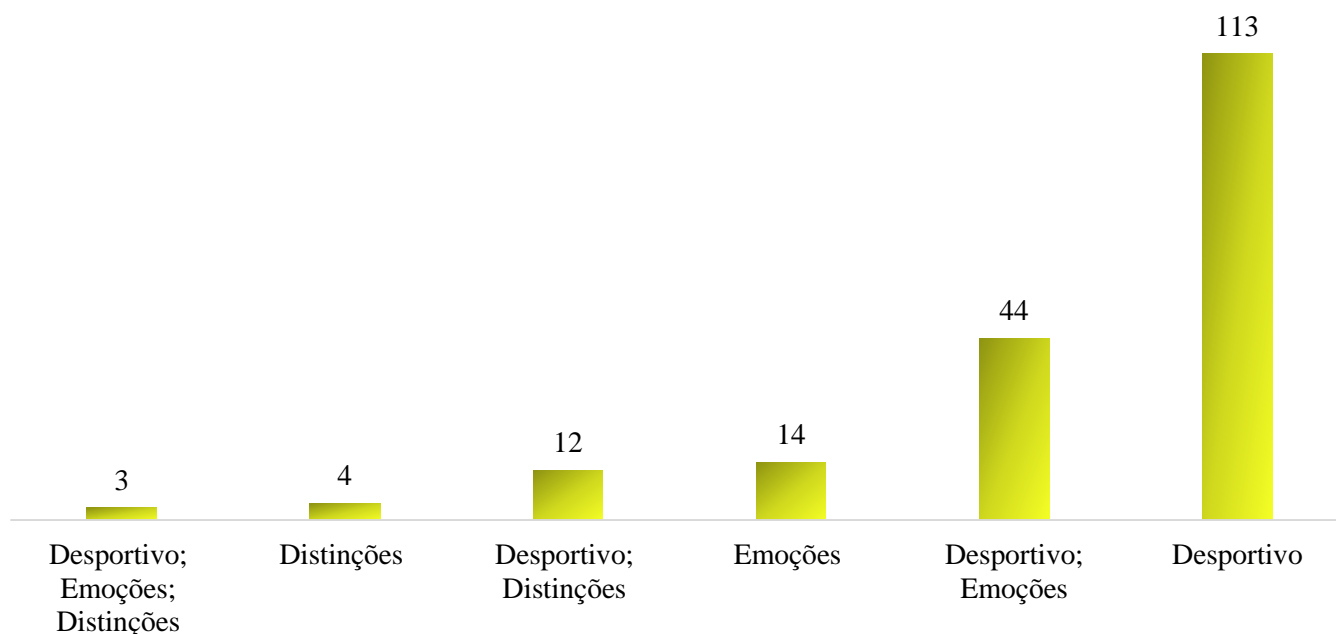


Gráfico 21: Contexto do conteúdo iconográfico das peças jornalísticas

Em relação às modalidades mais representadas a nível iconográfico (Gráfico 22), mais uma vez, nesta investigação, apenas foram tidas em consideração as 10 mais retratadas das 19 identificadas. O principal destaque foi novamente o futebol com 84 presenças; seguindo-se o atletismo com 26; o ténis com 12; o judo com 11; o futsal com 10; a natação com 9; o surf com 8; o basquetebol com 6 e o ciclismo e o voleibol, ambas com 4. Comparando com as 10 modalidades que mais se evidenciaram a nível discursivo, pode perceber-se que as duas mais identificadas foram as mesmas, no entanto, o ténis, que ocupou o 9º lugar na primeira análise, no que respeita à iconografia foi a 3ª mais representada. Além disso, o andebol e o hóquei em patins, que entraram na análise discursiva, deram lugar ao surf e ao ciclismo na iconográfica. Apesar destas oscilações, é notório que, nesta categoria, contrariamente ao que se verificou discursivamente, foi dado maior ênfase a desportos individuais e que não englobam contacto físico, como o atletismo, o ténis, a natação, o surf e o ciclismo (Saraiva, 2017; Saraiva *et al.*, 2019).

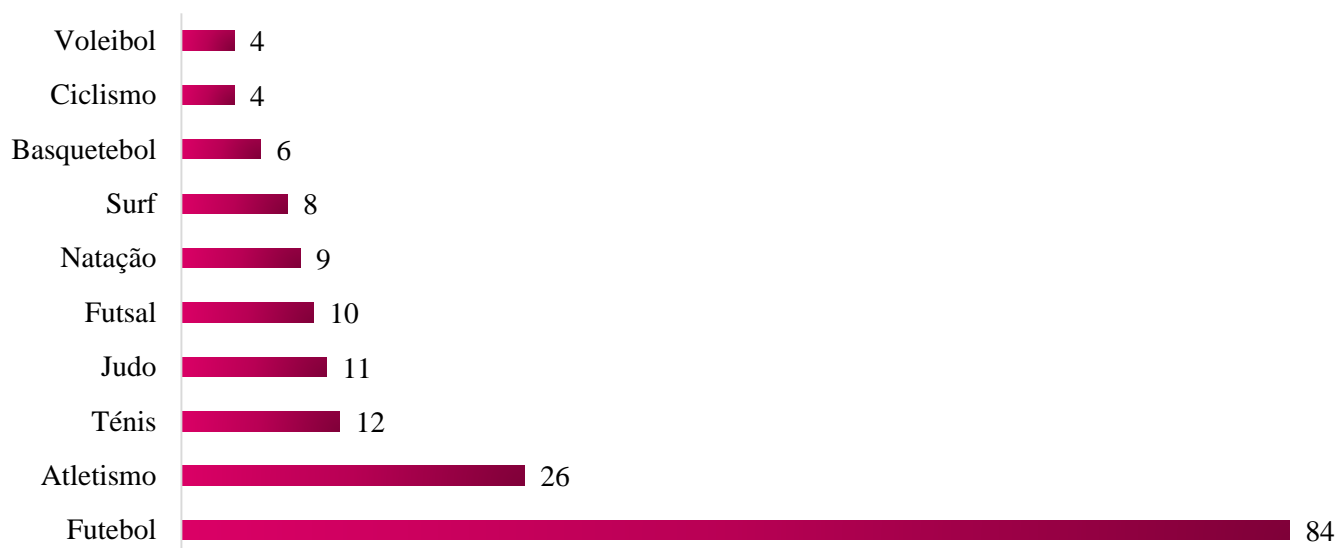


Gráfico 22: Dez modalidades desportivas mais retratadas, a nível iconográfico

Dos 190 elementos iconográficos, 153 (81%) estavam legendados, sendo que os restantes 37 (19%) não (Gráfico 23). No que se refere ao protagonista da legenda (Gráfico 24), a “atleta feminina” foi a mais mencionada, tendo sido destaque em 81 fotografias. A “equipa feminina” surgiu em 2º lugar com 20 menções; o grupo “atleta masculino; atleta feminina” em 3º com 14; o “atleta masculino” em 4º com 9 e, por fim, o grupo “equipa masculina; equipa feminina” com apenas 2.

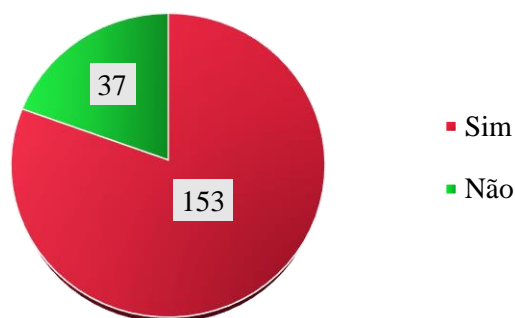


Gráfico 23: Presença de legenda nas fotografias

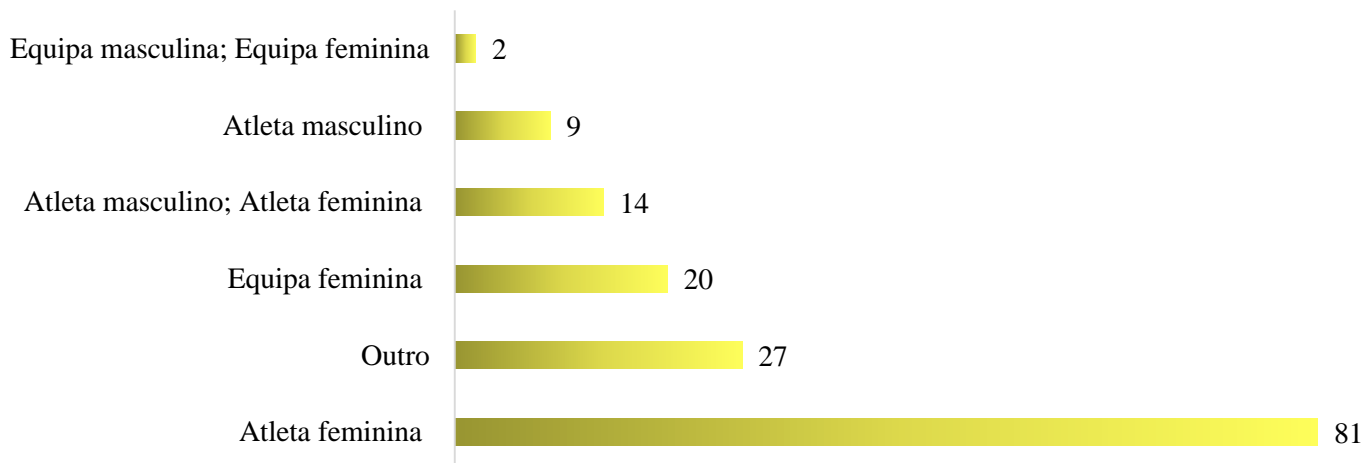


Gráfico 24: Protagonista da legenda

5.2.6. – Análise bivariada da dimensão relativa ao conteúdo iconográfico da peça jornalística

Importa ainda mencionar que, dos 190, somente 14 elementos iconográficos foram referenciados na capa do jornal, ou seja, 7%, sendo que aos outros 176 (93%) não foi dado esse destaque. Dessas 14 fotografias, 5 tiveram a “atleta feminina” como protagonista; 4 a “equipa feminina”; 3 o grupo “atleta masculino; atleta feminina” e 2 outro protagonista. Através da Tabela 15 podemos observar, não só esse aspeto, como também o número de peças que não tiveram a presença de fotografia na capa do *Record*, por protagonista. A título de exemplo, houve 107 peças em que a protagonista foi “atleta feminina” e que não foram iconograficamente representadas na primeira página do jornal.

Tabela 15: Número de peças com presença de fotografia na capa do jornal, por protagonista

	Sim	Não	Total por protagonista
Atleta feminina	5	107	112
Atleta masculino	-	12	12
Equipa feminina	4	15	19
Atleta masculino; Atleta feminina	3	13	16
Equipa masculina; Equipa feminina	-	2	2
Outro	2	27	29
Total por fotografia presente na capa	14	176	190

Analisando as secções em que os diferentes protagonistas foram retratados a nível iconográfico (Tabela 16), as que mais se evidenciaram foram a secção das Modalidades, com 91 fotografias, e a do Futebol Nacional, com 87, sendo que, em ambas as secções, a “atleta feminina” foi a mais representada, com 52 fotografias em cada uma delas. Esta protagonista também foi simbolizada nas secções do Futebol Internacional e do Sporting, ainda que com apenas 1 fotografia e na secção A Fechar, com 6. O “atleta masculino” foi mencionado iconograficamente nas Modalidades, 11 vezes, e no A Fechar, somente 1; a “equipa feminina” nas secções Futebol Nacional (12), FC Porto (1) e Modalidades (6); o grupo “atleta masculino; atleta feminina”, no Futebol Nacional 1 vez e nas Modalidades 15 e o grupo “equipa masculina; equipa feminina” unicamente 2 vezes nas Modalidades. Os restantes elementos iconográficos tiveram outros protagonistas e distribuíram-se pelas secções Futebol Nacional (22); Futebol Internacional (1); Modalidades (5) e A Fechar (1).

Tabela 16: Protagonista retratado a nível iconográfico por secção

	Futebol Nacional	Futebol Internacional	Sporting	FC Porto	Modalidades	A Fechar	Total por protagonista
Atleta feminina	52	1	1	-	52	6	112
Atleta masculino	-	-	-	-	11	1	12
Equipa feminina	12	-	-	1	6	-	19
Atleta masculino; Atleta feminina	1	-	-	-	15	-	16
Equipa masculina; Equipa feminina	-	-	-	-	2	-	2
Outro	22	1	-	-	5	1	29
Total por secção	87	2	1	1	91	8	190

Os dados recolhidos e apresentados na Tabela 17 permitem observar que, no período de análise, todos os protagonistas, exceto o grupo “equipa masculina; equipa feminina” foram maioritariamente retratados a nível iconográfico tendo em conta o contexto desportivo, destacando-se nesta subcategoria a “atleta feminina” com 70 representações deste tipo. Neste contexto, foi ainda fotografado 10 vezes o “atleta masculino” e 8 vezes a “equipa feminina” e o grupo “atleta masculino; atleta feminina”. As restantes 17 peças tiveram como protagonista outra entidade. Posteriormente, destacou-se o contexto desportivo associado às emoções, com a “atleta feminina” a aglomerar 25 fotografias com esta categorização; seguindo-se a “equipa feminina”; o grupo “atleta masculino; atleta feminina” e outros protagonistas todos com 6 elementos iconográficos com este contexto e o “atleta masculino” com apenas 1. No que respeita ao contexto que engloba unicamente as emoções, o 3º ao qual mais se recorreu, as 14 fotografias distribuíram-se da seguinte forma: 7 com a “atleta feminina” como protagonista; 1 com o grupo “atleta masculino; atleta feminina” e 6 com outra figura. O contexto desportivo relacionado com as distinções também foi uma aposta a nível iconográfico. Apesar de a “atleta feminina” ter voltado a sobressair com 7 elementos deste tipo, também houve espaço para outros protagonistas como a “equipa feminina” com 3 e os grupos “atleta masculino; atleta feminina” e “equipa masculina; equipa feminina” ambos com 1. Com menos relevo surgiram os contextos alusivos às distinções, com 3 fotografias deste género aquando da representação da “atleta feminina” e 1 do “atleta masculino”. Por fim, o contexto desportivo; emoções; distinções foi o que teve menos elementos iconográficos, 2 tendo a

“equipa feminina” como protagonista e 1 o grupo constituído pela “equipa masculina e pela equipa feminina”.

Tabela 17: Protagonista e contexto da peça jornalística, a nível iconográfico

	Desportivo	Emoções	Distinções	Desportivo; Emoções	Desportivo; Distinções	Desportivo; Emoções; Distinções	Total por protagonista
Atleta feminina	70	7	3	25	7	-	112
Atleta masculino	10	-	1	1	-	-	12
Equipa feminina	8	-	-	6	3	2	19
Atleta masculino; Atleta feminina	8	1	-	6	1	-	16
Equipa masculina; Equipa feminina	-	-	-	-	1	1	2
Outro	17	6	-	6	-	-	29
Total por contexto	113	14	4	44	12	3	190

Na Tabela 18 é evidente que a “atleta feminina” é mais representada iconograficamente nas modalidades futebol (51); atletismo (13); ténis e judo (9) e menos no ciclismo (2), basquetebol (2) e voleibol (1). Estes dados provam que, ao contrário do que se verificou discursivamente, a nível iconográfico, à exceção do futebol, a mulher desportista foi retratada predominantemente nos desportos individuais, tal como foi mencionado na análise do gráfico 22. Outro exemplo disso é que, mesmo quando esta partilhou o destaque fotográfico com o “atleta masculino”, também foi maioritariamente ilustrada em desportos individuais como o atletismo (9), surf e natação (2). Aliás, só uma vez é que este cenário não se verificou, com um elemento iconográfico representativo do futsal (desporto coletivo).

Tabela 18: Protagonista das dez modalidades desportivas mais retratadas, a nível iconográfico

	Futebol	Futsal	Surf	Ciclismo	Ténis	Voleibol	Natação	Atletismo	Judo	Basquetebol	Outro	Total por protagonista
Atleta feminina	51	5	5	2	9	1	3	13	9	2	12	112
Atleta masculino	-	-	1	1	2	-	3	2	1	-	2	12
Equipa feminina	11	2	-	-	1	1	-	-	-	2	2	19
Atleta masculino; Atleta feminina	-	1	2	1	-	-	2	9	1	-	-	16
Equipa masculina; Equipa feminina	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Outro	22	2	-	-	-	2	1	1	-	1	-	29
Total por modalidade	84	10	8	4	12	4	9	26	11	6	16	190

5.3. – Principais ideias a reter

De modo geral, podemos verificar que, no período de análise compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2023, nas 516 peças jornalísticas, que foram publicadas no *Record* e que retrataram as mulheres desportistas, a nível discursivo as equipas e as atletas femininas foram as protagonistas de 77% das peças. Em 72% do total, a mulher desportista foi retratada como atleta, sendo que nunca foi abordada como familiar ou companheira de uma celebridade masculina. Além disso, em mais de metade das peças, mais precisamente em 285 (55%), foi-lhe atribuída uma importância principal.

A nível iconográfico, nos 190 elementos recolhidos a atleta feminina também foi a protagonista mais representada. No que respeita à aparência da mulher desportista, não houve qualquer referência à sensualidade e objetificação da mesma, tendo sido apenas retratada como uma figura determinada e com uma aparência neutra.

Estas ideias contrariam os estudos de Araújo (2017) e de Saraiva *et al.* (2019), uma vez que, nesta análise, a mulher desportista foi noticiada discursivamente e representada fotograficamente como atleta na maioria das peças, sendo que nunca foi referido ou destacado o seu aspeto físico. Deste modo, pode afirmar-se que o *Record* se cingiu ao domínio que o classifica como um órgão de comunicação social de carácter desportivo.

Conclusão

O estágio curricular no jornal *Record* foi a primeira experiência que tive na área do jornalismo. Ao longo de três meses, pude viver o dia-a-dia de um jornalista de um diário desportivo e perceber a organização e a dinâmica de funcionamento do mesmo. Para além de adaptar diversas peças dos mais variados géneros jornalísticos (breves, notícias, crónicas, entre outros) escritas pelos correspondentes do *Record*, também tive a oportunidade de escrever de raiz alguns textos que foram publicados na secção Futebol Nacional (sul), que integrei. Aquando da realização destas tarefas, verifiquei que grande parte das informações contidas nas peças redigidas na redação tinham a agência Lusa ou o *site* da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) como principais fontes. Este tipo de opção editorial é reveladora de uma crescente aposta num “jornalismo de secretária” (Soares, 2012), se é que lhe podemos chamar jornalismo, dependente de agências noticiosas e de fontes oficiais. Aos jornalistas cabe a tarefa de reescrever os artigos da Lusa e as informações/documentos que chegam da FPF. A saída da redação em busca de novas histórias e de outras fontes é cada vez mais escassa. Este cenário não é do agrado dos jornalistas, mas é-lhe imposto pelo órgão de comunicação, que se escuda nas razões económicas.

Constatei também que a redação, em termos de género, é maioritariamente constituída por homens. Do total de 76 funcionários (incluindo jornalistas e outros profissionais) que integram os quadros, apenas 13 são mulheres. Ao contrário das redações de publicações generalistas, onde, desde os anos 80 e até ao início do nosso milénio se assistiu a um processo de feminização continuado (Cerqueira, 2008; Subtil, 2000; Subtil, 2009; Subtil & Silveirinha, 2017), na imprensa desportiva e, neste caso em concreto, tal ainda não se verificou.

No que respeita à pesquisa empírica, há questões que também merecem ser realçadas. Partindo do *corpus* de análise, que foi escolhido através da observação direta das 516 peças jornalísticas e dos 190 conteúdos iconográficos que retratavam mulheres desportistas, publicados no *Record* durante o período de estágio, conclui-se que os géneros jornalísticos mais utilizados para noticiar as mulheres desportistas foram as notícias e as breves. Estes géneros são frequentemente mais curtos e menos dispendiosos, não só a nível de tempo, como a nível económico.

No entanto, a nível discursivo a “atleta feminina” e as “equipas femininas” foram as protagonistas de 77% das peças, tendo-lhe sido atribuída uma importância principal em 55%. Importa ainda frisar que, o *Record* primou por representar a mulher desportista enquanto atleta (72% das peças), sendo que esta nunca foi abordada como familiar ou companheira de uma celebridade masculina. Analisando os desportos retratados nesta dimensão, concluiu-se que houve uma maior cobertura de desportos coletivos e com contacto físico. À exceção do atletismo, que ocupou o segundo lugar, o futebol, o futsal, o basquetebol e o andebol, que se caracterizam por ser de natureza coletiva e por envolver contacto físico, foram das modalidades mais retratadas pelo *Record*. Neste caso, houve uma oposição à hipótese levantada no estudo de Saraiva *et al.* (2019), que afirmava que a cobertura da imprensa escrita do desporto feminino se foca particularmente em desportos individuais, que não exigem contacto físico.

A nível iconográfico, a “atleta feminina” também se destacou como protagonista, contemplando 112 dos 190 elementos iconográficos. Além disso, foi-lhe atribuída uma importância principal em 148, o que corresponde a 78% do total. Relativamente à aparência da figura da mulher desportista, as variáveis “sensualidade” e “objetificação” não foram retratadas. Este aspeto contrapõe o que Araújo (2017) concluiu. Na sua investigação, as mulheres foram erotizadas/objetificadas em 42% das ocasiões. As conclusões do estudo de Saraiva *et al.* (2019) também não se verificaram no presente exercício investigativo. No que respeita às “atletas femininas”, o *corpus* de análise dos autores continha fotografias de carácter implicitamente sexual que contribuiriam para a objetificação das mesmas. Ainda na dimensão iconográfica, o contexto das fotografias foi maioritariamente desportivo (63%). Não houve nenhuma que se focasse no contexto familiar e doméstico nem no aspeto físico das mulheres desportistas. Ao contrário do observado a nível discursivo, iconograficamente, retrataram-se mais desportos individuais e sem contacto físico, tais como o atletismo, o ténis, a natação, o surf e o ciclismo.

Tendo em conta a análise dos dados recolhidos, percebemos que apesar de haver um esforço no que toca à crescente representação do desporto praticado por mulheres, ainda há um longo caminho a percorrer para atingir tal objetivo. Assim, pode confirmar-se a hipótese levantada neste estudo. Apesar de haver alguma dimensão de tematização do desporto praticado por mulheres, os critérios de notabilidade associados aos critérios do mercado dos *media* ainda se sobrepõem aos princípios de responsabilidade social

associados à igualdade de género. No caso do *Record*, este cenário é bastante perceptível na medida em que, das 516 peças jornalísticas sobre mulheres desportistas recolhidas ao longo dos 89 dias do período de análise, estas apenas foram representadas na primeira página do jornal 20 vezes, o que corresponde a 4% do total. Além disso, constatou-se que esta tematização esporádica só ocorreu quando as atletas alcançaram conquistas assinaláveis, como a qualificação para o Mundial de Futebol feminino, ou sempre que foram realizadas entrevistas consideradas relevantes com as mesmas. Este valor exíguo demonstra a pouca importância que o jornal dá ao desporto praticado por mulheres. Apesar de na última década o número de atletas femininas ter crescido de forma continuada, o diferencial relativamente aos homens continua a ser significativo. Além disso, como referem os resultados do *Global Media Monitoring Project (2020)*, implementado em 116 países, do total das 30 172 histórias relacionadas com mulheres, publicadas na imprensa escrita, na rádio e na televisão, estas apenas foram retratadas enquanto desportistas em 15% (p. 31). Importa ainda realçar a importância que o *Record* confere ao futebol em detrimento das outras modalidades. Quer a nível discursivo, quer a nível iconográfico o intitulado “desporto-rei” foi predominantemente o desporto mais retratado.

O facto de o jornal contar esmagadoramente com leitores do sexo masculino e de haver uma diferença notória na constituição da redação do mesmo, em termos de género, pode explicar a tematização pouco significativa atribuída às mulheres desportistas. Quando comparamos a mediatização que estas têm com a que é conferida aos homens, verificamos que este panorama está longe de ser equilibrado. Além disso, este aspeto levanta outra questão – as mulheres ainda têm pouca participação no que concerne ao espaço mediático. Como tal, seria um importante contributo académico investigar o porquê de haver pouca feminização das redações, nomeadamente, nos órgãos de comunicação desportivos. Ouvir as chefias, os editores e até mesmo os redatores dos diversos jornais desportivos nacionais era algo que deve ser tido em consideração. É pertinente mencionar que estas sugestões não foram exploradas neste exercício investigativo, devido à natureza do mesmo.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Z. (2002). Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago*, 6(2), 443-469. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61433997.pdf>
- Almeida, C. M., & Cruz, I. (2010). *Treinadoras: Dirigir outros desafios: Situação das Treinadoras em Portugal*. Associação Portuguesa Mulheres e Desporto. Disponível em: <http://cidadaniaemportugal.pt/wp-content/uploads/recursos/apmd/Treinadoras%20-%20Dirigir%20outros%20desafios.%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Treinadoras%20em%20Portugal.pdf>
- Alonso, A. (2010). A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade (s). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (90), 25-43. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1760>
- Araújo, J. P. A. (2017). *Olhares sobre as mulheres no jornalismo desportivo: o caso do jornal Record*. [Relatório de estágio, Escola Superior de Comunicação Social]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/8082>
- Arbo, J. B. (2021). Performance e performatividade: aproximações entre Judith Butler e J. L. Austin. *Revista Prolíngua*, 16(2), 256-266. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/58805/34635>
- Assembleia da República (s.d.). *A revisão do Código Civil e os Direitos das Mulheres (1977)*. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/cod-civil-direitos-mulheres.aspx#_ftn2

- Barroso, M. S. (2017). Carolina Beatriz Ângelo: a prática da medicina e a luta pelos direitos das mulheres. Disponível em: https://www.academia.edu/download/47414418/CAROLINA_BEATRIZ_ANG_ELO_trabalho_completo.pdf
- Bastianello, M. R., & Hutz, C. S. (2015). Do Otimismo Explicativo ao Disposicional: A Perspectiva da Psicologia Positiva. *Psico-USF*, 20(2), 237-247. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200205>
- Bastos, L. (2004). Biografia de Maria de Lurdes Pintassilgo. *RTP Ensina*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/biografia-de-maria-de-lurdes-pintassilgo/>
- Beauvoir, S. (1949). *The Second Sex*. Jonathan Cape. Disponível em: <https://www.free-ebooks.net/ebook/The-Second-Sex/pdf/view>
- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo Sexo: Fatos e mitos* (3ª ed.). Nova Fronteira (Obra original publicada em 1949).
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo opinativo*. Editora Sulina.
- Benn, M. (2008, outubro 22). A most unshowy icon. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2008/oct/22/women-highereducation-sheila-rowbotham-feminism>
- Borges, J. C., Lapolli, E. M. & Amaral, M. R. (2020). A mulher e suas concepções históricas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 9(6), 5-21. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/concepcoes-historicas>
- Bouvier, S. (1995). Gender and the Games at Olympia. Disponível em: <https://bora.uib.no/bora->

xmlui/bitstream/handle/1956/24327/Gender%20and%20games%20at%20Olympia.pdf?sequence=1

Butler, J. (1990). *Problemas de Género: Feminismo e Subversão da Identidade*. Routledge.

Cabo, R. M., Nogués, R. G., Fernández, L. L., Martínez, M. M., Álvarez, M. A. M., Montero, D. Q., Teja, P. S. & Vázquez, M. S. (2007). *La Presencia de Estereotipos en los Medios de Comunicación: análisis de la prensa digital española*. Consejería de Empleo y Mujer de la Comunidad de Madrid. Disponível em:

http://www.coordinadoradelamujer.org.bo/observatorio/archivos/publicaciones/Lapresenciadelamujerenmediosdigitales215_198.pdf

Cabral, M. V. (2017). Texto e imagem fotográfica no primeiro contra-discurso durante o Estado Novo: «As mulheres do meu país» de Maria Lamas. *Comunicação Pública*, 12(23). Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cp.1970>

Campos, T. (2021, março 08). 10 grandes mulheres que lutaram pela igualdade. *Visão*. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2021-03-08-10-mulheres-que-lutaram-pelos-nossos-direitos/>

Cancela, F. (2018, 16 de março). *Tudo o que você precisa saber sobre os principais tons de escrita*. Rock Content. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/talent-blog/tons-de-escrita/>

Cardoso, G. & Baldi, V. (Coord.) (2022). *Anuário da Comunicação 2021*. Observatório da Comunicação. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2022/07/Anua%CC%81rio_2021_final-1.pdf

Carter, C., & McLaughlin, L. (2011). Editors' Introduction: The tenth anniversary issue of Feminist Media Studies. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.540803>

Cerqueira, C. P. B. (2008). As políticas da UNESCO para a igualdade de género nos media: 1977-2007. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37214>

Cerqueira, C. P. B., & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov) ação legislativa à mudança social. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/21045>

Cochrane, K. (2013, dezembro 10). A quarta onda do feminismo: conheça as mulheres rebeldes. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women>

Cofina (s.d.). *Acerca da Cofina*. Disponível em: <http://www.cofina.pt>

Cohen, S. F. (2004). Medium and Message. The Photobook as Propaganda. In M. Parr, G. Badger (eds.), *The Photobook – a History* (pp. 146-151). Phaidon Press.

Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril (s.d.). *Novas Cartas Portuguesas*. “Chegou a hora de dizer basta. E formarmos um bloco com os nossos corpos.”. Disponível em: <https://www.50anos25abril.pt/iniciativas/novas-cartas-portuguesas>

Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (2023). *Emissão, renovação e suspensão de título profissional: Carteira Profissional de Jornalista*. Disponível em:

<https://www.ccpj.pt/pt/emissao-renovacao-e-suspensao-de-titulo-profissional/carteira-profissional-de-jornalista/>

Comissão Europeia (s.d.). *Simone Veil: sobrevivente do Holocausto e primeira mulher presidente do Parlamento Europeu (1927-2017)*. Disponível em: https://european-union.europa.eu/system/files/2021-07/eu-pioneers-simone-veil_pt.pdf

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2013). *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: A Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005)*. Disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/Plataforma-Accao-Pequim-PT.pdf>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2018). *O 25 de abril e as grandes conquistas para a igualdade de género*. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2018/04/25-abril-as-grandes-conquistas-igualdade-genero/>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (s.d.). *História da CIG*. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/historia-da-cig/>

Condorcet, N. C. M. (2010). *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (Simonet, J. M., Ed.). Firmin Didot Frères. (Obra original publicada em 1790). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/condorcet/admission_femmes_droit_de_cite/condorcet_droit_de_cite_des_femmes.pdf

Conselho de administração da Cofina (2022). *Relatório e Contas - 1º Semestre 2022*. Disponível em: <http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2022rep/COFINA1H2022PT.pdf>

- Cooky, C., Messner, M. A., & Hextrum, R. H. (2013). Women play sport, but not on TV: A longitudinal study of televised news media. *Communication & Sport*, 1(3), 203-230. Disponível em: http://www.michaelmessner.org/wp-content/uploads/2014/05/cooky_Messner.pdf
- Cooky, C., Wachs, F. L., Messner, M., & Dworkin, S. L. (2010). It's not about the game: Don Imus, Race, Class, Gender and Sexuality in Contemporary Media. *Sociology of Sport Journal*, 27(2), 139-159. Disponível em: <https://doi.org/10.1123/ssj.27.2.139>
- Costa, C. (2022). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: uma organização feminista (1914-1947). In A. Cova, V. Gorjão, I. Freire, A. C. Lopes, & N. Monteiro (Orgs.), *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974* (pp.107-126). Imprensa de Ciências Sociais.
- Costa, M. J. R. (2016). *Relatório de Estágio*. [Relatório de estágio, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico da Guarda. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2663>
- Coutinho, C. Q. S. & Campos, C. R. (2019). Metodologia quantitativa e mista. In G. P. Oliveira (Org.), *Pesquisa em educação e educação matemática: um olhar sobre a metodologia* (Vol.1, pp.83-102). Editora CRV. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Celso-Campos/publication/337361358_PESQUISA_EM_EDUCACAO_E_EDUCACAO_MATEMATICA_um_olhar_sobre_a_metodologia/links/5e027df0299bf10bc3773a54/PESQUISA-EM-EDUCACAO-E-EDUCACAO-MATEMATICA-um-olhar-sobre-a-metodologia.pdf

- Couto, A. (2005, abril 26). O retrato da mulher durante o Estado Novo. *JornalismoPortoNet*. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2005/04/26/o-retrato-da-mulher-durante-o-estado-novo/>
- Cova, A. (2010). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). *Notícias: temas e notícias da cidadania e da igualdade de género*, 84, 14-18. Disponível em:
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12069/1/ICS_ACova_ConselhoNacional_WORN.pdf
- Cova, A., Esteves, J. & Freire, A.I. (2022). Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1947). In A. Cova, V. Gorjão, I. Freire, A. C. Lopes, & N. Monteiro (Orgs.), *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974* (pp.47-82). Imprensa de Ciências Sociais.
- Cuklanz, L. (2016). Feminist theory in communication. *The international encyclopedia of communication theory and philosophy*, 1-11. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/9781118766804.wbiect157>
- Decreto-Lei n.º 19 694*, de 5 de maio de 1931. Diário do Governo, 1.ª série – N.º 104. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1931/05/10400/07890791.pdf>
- Delgado, V. L. A.; Martí, X. P.; Scharagrodsky, P. A. (2022). Introducción: Mujeres, deportes y medios de comunicación en el siglo XX. *Revista internacional de Historia de la Comunicación*, (19), 8-14. Disponível em:
<https://revistascientificas.us.es/index.php/RiHC/article/view/22763/20192>
- Drumond, M. (2013). Ao bem do desporto e da Nação: relações entre esporte e política no Estado Novo português (1933-1945). *Revista Estudos Políticos*, 4(8), 298-318.

Disponível

em:

https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38814

Esteves, J. (1998). *As Origens do Sufragismo Português*. Bizâncio.

Ferreira, A. G. (2004). O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado

Novo. *Perspectiva*, 22(n. Especial), 197-224. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v22nnumerospecial/v22nnumerospeciala08.pdf>

Ferreira, M. L. R. (2017). Prefácio. *Uma vindicação dos direitos da mulher* (pp. 5-23).

Antígona.

Ferreira, R. M. (2014). *Retratos de uma musa do século XXI: a figura feminina na GQ*

Portugal. [Relatório de estágio, Escola Superior de Comunicação Social].

Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10400.21/4406>

Fontcuberta, M. D. (1996). *La Noticia : Pistas Para Percibir El Mundo*. Paidós.

Fontcuberta, M. D. (1999a). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Editorial

Notícias.

Fontcuberta, M. D. (1999b). Pauta y calidad informativa. *Cuadernos de información*,

(13),

61-69.

Disponível

em:

<https://revistaathesis.uc.cl/index.php/cdi/article/view/24899/20115>

Fraisse, G. (2003). *Relatório sobre as Mulheres e o Desporto (2002/2280 (INI))*.

Parlamento

Europeu.

Disponível

em:

<https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-5-2003->

[0167_PT.html?redirect](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-5-2003-0167_PT.html?redirect)

- Fraser, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 291-308. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38115202.pdf>
- Freire, A. (2008). *Estratégia - Sucesso em Portugal*. Verbo.
- Freire, P. F. M. (2017). *Atleta: substantivo feminino*. [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.uminho.pt/handle/1822/46697>
- Freitas, A. F. (1999). Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalístico.pdf>
- Friedan, B. (1971). *A mística feminina* (A. B. Weissenberg, Trad.). Editora Vozes Limitada (Obra original publicada em 1963). Disponível em: https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf
- Gallagher, M. (1985). Women and NWICO. In P. Lee (Ed.), *Communication for All: New World Information and Communication Order* (pp. 33-56). Orbis Books.
- Garcez, B., & Silveirinha, M. J. (2020). Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação. *Mediapolis*, (10), 117-130. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_10_8
- Genest, C. (2018, 19 de setembro). *O Presidente Macron atribuiu a Sua Alteza a mais prestigiada honra de França: a Grã-Cruz da Legião de Honra*. AKDN. Consultado a 2 de agosto de 2023 em <https://the.akdn/pt/recursos-e-media/o-que-h%C3%A1-de-novo/comunicado-de-imprensa/o-presidente-macron-atribuiu-sua-alteza-mais-prestigiada-honra-de-fran%C3%A7a-gr%C3%A3-cruz-da>

- Greer, G. (1970). *The Female Eunuch*. Harper Perennial.
- Gilley, J. (2005). Writings of the third wave: Young feminists in conversation. *Reference & User Services Quarterly*, 44(3),187-198. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20864361>
- Global Media Monitoring Project (2020). *Who makes the news?*. Global Media Monitoring Project. Disponível em: https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/GMMP2020.ENG_FINAL20210713.pdf
- Gómez, C. M. (2021). Campeonato Mundial de 1978: O futebol usado a favor do governo de facto. *Recorde: Revista de História do Esporte*, 14(1). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/download/44507/23952>
- Gomez, L. (2023, março). *Conceito de crítica*. Conceitos. Disponível em: <https://conceitos.com/critica/>
- Graça, O. (2004). A participação das mulheres nos diferentes aspectos da dinâmica desportiva. *Povos e Culturas*, (9), 393-406. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8839>
- Grady, C. (2018, 20 de julho). *The waves of feminism, and why people keep fighting over them, explained*. Vox. Consultado a 26 de novembro de 2023 em <https://www.vox.com/2018/3/20/16955588/feminism-waves-explained-first-second-third-fourth>
- Haddad, M. I. D., & Haddad, R. D. (2017). *Judith butler: performatividade, constituição de gênero e teoria feminista*. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Campina Grande, Brasil. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID559_17072017160232.pdf

Harcup, T., & O’neill, D. (2016). What is news? News values revisited (again). *Journalism studies*, 18(12), 1470-1488. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2016.1150193>

Huberty, E. S. (s.d.). Types of Feminism: The Four Waves. *Human Rights Careers*. Disponível em: <https://www.humanrightscareers.com/issues/types-of-feminism-the-four-waves/>

Humm, M. (1990). *The dictionary of feminist theory*. Ohio State University Press.

Infopédia (s.d.). *Jogos Olímpicos*. In Dicionário infopédia da língua portuguesa. Consultado em dezembro 21, 2022 em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$jogos-olimpicos](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$jogos-olimpicos)

Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2020). *Índice de Igualdade de Género 2020: Portugal*. Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Disponível em: https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/mhag20015pta_002.pdf

Instituto Nacional de Estatística (2022). *Praticantes inscritos (N.º) em federações desportivas por sexo e Modalidades desportivas*. Portugal: INE, Instituto Nacional de Estatística. Consultado em dezembro 06, 2022 em file:///C:/Users/In%C3%AAs/Desktop/Mestrado%20-%202022%20C2%BA%20ano/TESE/Portal%20do%20INE_files/bddXplorer04.html

International Olympic Committee (2021, dezembro 09). Factsheet: Women in the Olympic Movement. *International Olympic Committee*. Disponível em:

<https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Olympic-Movement/Factsheets/Women-in-the-Olympic-Movement.pdf>

Jay, J. E. (1997). Women's participation in sports: Four feminist perspectives. *Texas Journal of Women and the Law* 7(1), 19-54.

Kumar, R. M. (2014). *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*. [Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12091>

Lage, N. (2001). *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística*. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>

Lal, A. (2015). Women in Sports: Sexualisation of the female Athlete. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Arjun-Lal/publication/280999918_Sexualization_of_woman_in_sports/links/55d01f4408ae502646aa49f4/Sexualization-of-woman-in-sports.pdf

Lei n.º3/1913, de 3 de julho. Diário do Governo – N.º 153. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2015/N10/codigoeleitoral1913.pdf>

Lei n.º1/99, de 1 de janeiro. Procuradoria- Geral Distrital de Lisboa. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro. Diário da República, 1.ª série – N.º. 10. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1999/01/010a00/02010208.pdf>

Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto. Procuradoria- Geral Distrital de Lisboa. Disponível em:

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis&so_miolo

Lemos, V. B., & Luiz, T. C. (2017). Colunismo Social e Jornalismo Opinativo: Um Debate Epistemológico. *XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*, Brasil (pp. 1-15). Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/resumos/R56-0079-1.pdf>

Lessa, F. (2019). Mulheres nas práticas esportivas: o caso de Esparta. In A. L. Bandeira (Ed.), *Estudos sobre Esparta* (pp.75-87). Editora UFPel.

<http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4795/1/Estudos-sobre-esparta%20.pdf>

Lessa, F. S., & Rocha, F. B. (2007). Mulheres nas práticas esportivas gregas antigas. *PHOÏNIX*, 13(1), 84-97. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/download/33182/18613>

Lima, F. (s.d.). *Hera*. In InfoEscola Navegando e Aprendendo. Consultado em dezembro 21, 2022 em <https://www.infoescola.com/mitologia-grega/hera/>

Lobo, P., & Cabecinhas, R. (2008). As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de género. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37222>

Lopes, A. M. C. (2005). *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade*. Quimera.

- Lopes, F., & Pereira, S. (coord.) (2006). *A TV do futebol*. Campo das Letras. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40483>
- Lousada, I. (2010a). *Imprensa: amplificador da voz feminina*. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/4157>
- Lousada, I. (2010b). *Ligas de Bondade*. Disponível em: [https://www.academia.edu/1452928/Ligas de Bondade](https://www.academia.edu/1452928/Ligas_de_Bondade)
- Lousada, I. (2011). *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)*. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7007>
- Louveau, C. (2001). *Desporto, Mulheres, Media: O corpo desejável das desportistas*. *ex aequo*, (4), 57-74. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-11/artigo-no-5-catherine-louveau.pdf>
- Lusa (2005, maio 25) *Simone Veil Prémio Príncipe das Astúrias*. *RTP Notícias*. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/simone-veil-premio-principe-das-asturias_n110592
- Macêdo, S. (2020). *Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos*. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v12n2/a12.pdf>
- Maciel, T. (2022, 10 de março). *A origem do futebol e suas evoluções ao redor do mundo*. Fair Play. Disponível em: <https://fairplay.pt/historias-de-futebol/origem-futebol-maia/>
- Malinowska, A. (2020). *Waves of Feminism*. *The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication* (Vol. 1, pp.1-7). John Wiley & Sons, Inc. Disponível

em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66702795/waves_of_feminism_2_-_libre.pdf?1619558597=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DWAVES_OF_FEMINISM.pdf&Expires=1684369944&Signature=bsXgn7DpkSAQWdKN6Svvd9Ebo44iDN2BU7tJKon2dho~DvIjN~dS9JT8VIBPML-WeU~IWXiA5IK3eq8oPMurFMONAl8bpcxxmPE07ynDuISsjhZ3CJkQ7jeGEe8tg6~2fMuWU0U~hSMS4FglfXniUie3cjs-qTzWiuU8kwBWcV3vMEXaUI3kNhTNtrgBSj2v~2RACJ2d6uF75Pwy8Fmvc6O9QcPFvB3-5ZW7THd~rcyOV76D4ARgmhnpuIBQQ5g3XdeMbDHNuwYsGiWxkrx0vghVGLMde4jul42ZP34w93On1gMaAb7or~O34L2vXy2aOmpCaqVfRkFsI7PGtqIQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

Marivoet, S. (2003). Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu. *Movimento*, 9(2), 53-70. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115317989004.pdf>

Martins, C., & Cerqueira, C. P. B. (2018). As jornalistas de desporto em Portugal: minoritárias e com pouco poder. *Estudos em Comunicação*, 26(1), 1-17. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/ec/article/view/116>

Medina, C. A. (1990). *Entrevista: o diálogo possível* (3ª ed.). Ática (Obra original publicada em 1986).

Medina, J. L. B. (2001). Gêneros jornalísticos: repensando a questão. *Revista Symposium*, 5(1), 45-55. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>

- Melo, G. F., Silva, A. A. D., Durães, G., Cardoso, F. L., Formiga, N. S., Sousa, I. R. C. D., & Sampaio, T. M. V. (2015). Estereótipos de gênero aplicados a homens atletas praticantes de esportes culturalmente femininos: a percepção de leigos, profissionais da Educação Física e atletas profissionais. *Rev Bras Ciênc Mov*, 23(3), 30-7. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Cardoso-12/publication/283705615_Estereotipos_de_Genero_Aplicados_a_Homens_Atlas_Praticantes_de_Esportes_Culturalmente_Femininos_A_Percepcao_de_Leigos_Profissionais_da_Educacao_Fisica_e_Atletas_Profissionais/links/58ad7ef845851503be91af23/Estereotipos-de-Genero-Aplicados-a-Homens-Atletas-Praticantes-de-Esportes-Culturalmente-Femininos-A-Percepcao-de-Leigos-Profissionais-da-Educacao-Fisica-e-Atletas-Profissionais.pdf
- Melo, T., & Silva, T. (2016). A Reportagem em contexto de Jornalismo de Proximidade. *Estudos em Comunicação*, 22, 83-104. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/21732>
- Mesquita, M. (2022). *Introdução à Análise dos Títulos da Imprensa*. Edições Universitárias Lusófonas.
- Messner, M. A. (1988). Sports and male domination: The female athlete as contested ideological terrain. *Sociology of sport journal*, 5(3), 197-211. Disponível em: <http://www.michaelmessner.org/wp-content/uploads/2014/05/ssj88.pdf>
- Michals, D. (2017). *Margaret Sanger (1879-1966)*. National Women's History Museum. Consultado a 2 de agosto de 2023 em <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/margaret-sanger>

- Miragaya, A. (2007). As mulheres nos Jogos Olímpicos: participação e inclusão social. Disponível em: http://www.sportsinbrazil.com.br/capitulos/as_mulheres_jogos_olimpicos.pdf
- Miranda, D. (2020, 17 de agosto). *1991: um marco mundial para o futebol feminino*. Rainhas do Drible: A voz feminina dentro e fora de campo. Disponível em: <https://rainhasdodrible.com/2020/08/17/1991-um-marco-mundial-para-o-futebol-feminino/>
- Morais, R. A. D. (2014). *Diários Desportivos em Portugal e Espanha: uma análise comparativa*. [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4306>
- Muñoz-Torres, J. M. (2012). Truth and objectivity in journalism. *Journalism Studies*, 13(4), 566-582. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.662401>
- Murta, D. F. V. (1997). *O mercado português dos jornais desportivos: descrição e modelização da rivalidade estratégica*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13775>
- Nascimento, A. S. B. & Torezani J. N. (2009, outubro, 14-17). *O texto-legenda e a fotografia: informação textual e imagética no jornalismo online*. I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras, Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-04.pdf
- National Geographic (2021, abril 01). Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX. *National Geographic*. Disponível em:

<https://www.natgeo.pt/historia/2021/04/adelaide-cabete-o-rosto-do-feminismo-portugues-no-seculo-xx>

NCultura. (2015, 13 de dezembro). *Profissões de antigamente: os ardinias*. Disponível em: <https://ncultura.pt/profissoes-de-antigamente-os-ardinas/>

Nicholson, L. (2010). Feminism in ‘Waves’: Useful Metaphor or Not?. *New Politics*, 12(4). Disponível em: https://newpol.org/issue_post/feminism-waves-useful-metaphor-or-not/?print=pdf

Oliveira, F. P. (2006). Inserção da mulher no ambiente desportivo. *Arquivos em Movimento*, 2(1), 114-122. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/viewFile/9073/7203>

Oliveira, S. R. S., Junior, H. S., Mansano, M. M., & Simões, A. C. (2006). Futebol feminino de competição: uma análise das tendências do comportamento das mulheres/atletas em competir, vencer e estabelecer metas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 20(3), 209-218. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16628/18341>

Pêgo, L. I. R. S. (2016). *Os estudos de género e os media - uma análise à perceção das jornalistas sobre o jornalismo desportivo em Portugal*. [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Portalegre]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Portalegre. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/12658>

Peláez, I. P., & Puertas, L. G. (2023). La invisibilitat de l’esport femení als informatius de la televisió pública catalana el març del 2023. *Quaderns del CAC*, (49), 73-85. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/QuadernsCAC/article/view/421005>

- Pensar Contemporâneo (2020, 7 de março). *Este mapa mostra o ano em que as mulheres tiveram o direito de votar em cada país do mundo*. Consultado a 2 de agosto de 2023 em <https://www.pensarcontemporaneo.com/este-mapa-mostra-o-ano-em-que-as-mulheres-tiveram-o-direito-de-votar/>
- Piccolomini, A. (1960). *La Raffaella*. (Obra original publicada em 1539).
- Pinheiro, F. M. D. J. (2003). *A ideia de Europa na imprensa desportiva portuguesa (1893-1945)*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Científico da Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14560>
- Pinheiro, F. (2009). *História da imprensa periódica desportiva portuguesa (1875-2000)*. [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12226>
- Pinto, F., Araújo, D. & Tomás, S. (2014). O ideal feminino do Estado Novo. *RTP Ensina*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo/>
- Pinto, P. I. V. C. (2014). *Aspectos discursivos de Sintagmas Nominais Complexos em crônicas jornalísticas*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Disponível em: <https://ppglinguistica.letas.ufrj.br/images/Linguistica/2-Mestrado/dissertacao/2014/28-PintoPIVC.pdf>
- Pires, A. M. B. (2012). A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século xx -leituras na imprensa feminista. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(8), 171-178. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239967001.pdf>

Pordata (2022). *Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo*. Consultado a março 19, 2023 em <file:///C:/Users/In%C3%AAs/Desktop/Mestrado%20-%20202%C2%BA%20Ano/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio/pordata.pdf>

Presidência da República Portuguesa (2011). *Ordens Honoríficas Portuguesas - Ordem do Infante D. Henrique*. Consultado a 1 de abril de 2023 em <https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=186>

Rawjee, V. P., Ramlutchman, N., & Govender, N. (2011). Missing in Action The Portrayal of Women in Sport in the Print Media. *Loyola Journal of Social Sciences*, 25(2), 177-190.

Record (2003, setembro 18). 100 anos: Manuel Dias. *Record*. Consultado a 1 de abril de 2023 em <https://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-bwin/benfica/detalhe/100-anos-manuel-dias>

Record (2008, novembro 14). Estatuto Editorial de Record. *Record*. Consultado a 1 de abril de 2023 em <https://www.record.pt/estatuto-editorial/detalhe/estatuto-editorial-de-record>

Record (2010, julho 14). Record – A História. *Record*. Consultado a 1 de abril de 2023 em https://www.record.pt/historia-record/detalhe/20151221_1438_record--a-historia

Record (2015, novembro 26). Ficha Técnica. *Record*. Consultado a 1 de abril de 2023 em <https://www.record.pt/ficha-tecnica/detalhe/20151126-1605-ficha-tecnica>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/1997, de 24 de março. Diário da República,

1ª série – N.º 70. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/13231326.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003, de 15 de novembro. Diário da

República, 1ª série – N.º 273. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/10-II-PNI.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de junho. Diário da República,

1ª série – N.º 119. Disponível em: [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III Plano Nacional Igualdade Cidadania Genero.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III_Plano_Nacional_Igualdade_Cidadania_Genero.pdf)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro. Diário da República,

1ª série – N.º 12. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/02/2011_5_RCM.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro. Diário da

República, 1ª série – N.º 253. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio. Diário da República, 1ª

série – N.º 97. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036>

Ridgeway, C. L. (2011). *Framed by gender: How gender inequality persists in the modern*

world. Oxford University Press. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=NqoWmrAoQn0C&oi=fnd&pg=PP6&dq=Ridgeway,+C.+\(2011\),+Framed+by+Gender:+How+Gender+Inequality+Persists+in+the+Modern+World,&ots=VQ_z79x3ws&sig=f5opPyOA8RpQode8tYuZjX3o85M#v=onepage&q](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=NqoWmrAoQn0C&oi=fnd&pg=PP6&dq=Ridgeway,+C.+(2011),+Framed+by+Gender:+How+Gender+Inequality+Persists+in+the+Modern+World,&ots=VQ_z79x3ws&sig=f5opPyOA8RpQode8tYuZjX3o85M#v=onepage&q)

[=Ridgeway%2C%20C.%20\(2011\)%2C%20Framed%20by%20Gender%3A%20How%20Gender%20Inequality%20Persists%20in%20the%20Modern%20World%2C&f=false](#)

Rocha, D., Souza, E. A. A. D., Silva, F. P. D., Garbo, K. C., & Peteff, L. H. C. (2020).

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges. *Translatio: revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva, Porto Alegre, RS.*

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218052/001121295.pdf?sequence=1>

Rodrigues, M. D. (2016). *Mulheres e cidadania na revista Modas & Bordados: Representação de um percurso de mudança entre 1928-1947*. [Dissertação de

mestrado, Escola Superior de Comunicação Social]. Repositório Científico do

Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em:

<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6873>

Rubio, K., & Simões, A. C. (1999). De espectadoras a protagonistas- A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento (Porto Alegre)*, 5(11), 50-56.

Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2484/1134>

S. F. (2009, agosto 21). Ela “é a minha filhinha”. *Diário de Notícias*. Disponível em:

<https://www.dn.pt/desporto/outras-modalidades/ela-e-a-minha-filhinha-1341217.html>

Sá, S. P. A. D. (2006). *História da Educação Física Contemporânea: A Mulher e o Desporto: (Portugal, 1940–1944)*. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13185>

- Sand, S. (2023). A luta pela igualdade de género: a mística feminina. *Breve História Mundial da Esquerda* (pp.212-225). Livros Zigurate.
- Santos, J. A. R. (2012a, abril). Mulher no Desporto. O Erro de Coubertin (1). *Plataforma Barómetro Social*, 1-3. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Santos-2/publication/327728704_Mulher_no_Desporto_O_erro_de_Coubertin_1/links/5ba11498a6fdccd3cb61d7de/Mulher-no-Desporto-O-erro-de-Coubertin-1
- Santos, J. A. R. (2012b, outubro 5). Mulher no Desporto. O Erro de Coubertin (2). *Plataforma Barómetro Social*, 1-3. Disponível em: <http://www.barometro.com.pt/2012/10/05/mulher-no-desporto-o-erro-de-coubertin-2/>
- Santos, M. T. (2021). Simone Veil. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/31179>
- Saraiva, P. D. G. (2017). *Mulheres, Desporto, Media: Noticiabilidade e objetificação sexual do desporto feminino nos jornais desportivos em Portugal (1996-2016)*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/81815>
- Saraiva, P., Ferreira, V., & Silveirinha, M. J. (2019). A distant finish line for women: gender and the sports press in Portugal (1996-2016). *ex aequo*, (40), 67-87. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.05>
- Scharagrodsky, P. A. (2022). Mujer sana ‘in corpore no futbolístico’. Fútbol y feminidad en la capital argentina en los años ‘20’. *Revista internacional de Historia de la*

Comunicación, (19), 32-53. Disponível em:

<https://revistascientificas.us.es/index.php/RiHC/article/view/22333/20212>

Scheier, M. F., Carver, C. S., & Bridges, M. W. (2001). Optimism, pessimism, and psychological well-being. In E. C. Chang (Ed.), *Optimism and pessimism: Implications for theory, research, and practice* (pp. 189- 216). American Psychological Association.

Schussler, B. S., & Fabricio, A. R. (2017). Desigualdade de Gênero. *Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica*. Disponível em:

<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/moeducitec/article/view/8418/7265>

Silva, M. R. T. (1983). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *Análise Social*, 19(77/79), 875-907. Disponível em:

<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>

Silva, R. (2009). Modelos de detecção de talentos no andebol: diferentes perspectivas.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143395139.pdf>

Silva, C. L. D. (2020). *Renascimento na publicidade: um estudo sobre mulher, arte e consumo*. [Tese de bacharelato, Universidade de Caxias do Sul]. Repositório

Institucional da Universidade de Caxias do Sul. Disponível em:

<https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/6536>

Silveira, A. P. S. (2015). *Crianças e notícias: construindo sentidos sobre a atualidade e o mundo*. [Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do

Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42445>

- Silveirinha, M. J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media: ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. *Ex aequo*, 25, 91-104. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n25/n25a08.pdf>
- Soares, F. A. L. F. (2012). “*Jornalismo de secretária*”: reproduzir as notícias dos outros: o caso dos media internacionais. [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23247>
- Soares, M. G. (2016, outubro 5). Carolina votou em 1911. Foi a primeira e a República mudou a lei para impedir o voto feminino. *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2016-10-05-Carolina-votou-em-1911.-Foi-a-primeira-e-a-Republica-mudou-a-lei-para-impedir-o-voto-feminino>
- Souza, J. (2014). A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de género define o sexo da notícia. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/JulianaSouza.pdf>
- Subtil, F. (2000). *As mulheres jornalistas*. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf>
- Subtil, F. (2009). Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In José Luís Garcia (ed.). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*. (pp.93-108). Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6782>

- Subtil, F., & Silveirinha, M. J. (2017). Planos de igualdade de género nos media: para uma (re) consideração do caso português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 43-61. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_30_3
- Subtil, F. (2020, dezembro, 09). *Género, Comunicação e Media: Que Desafios?*. Seminários formativos para profissionais e estudantes de comunicação: Módulo I – Enquadramento histórico, sociológico e político-legal do género, Escola Superior de Comunicação Social.
- Tanaka, O. Y., & Melo, C. (2001). Escolha de abordagens. In S. Biral (Ed.), *Avaliação de programas de saúde do adolescente. Um modo de fazer* (pp. 37-43). Editora da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6796521/mod_resource/content/4/Livro.pdf
- Tavares, F. D. M. B., & Vaz, P. B. F. (2005). Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. *Revista Famecos*, 12(27), 125-138. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3329/2587>
- Tavares, L. F. S., & Neto, A. J. P. (2018). Gêneros jornalísticos e vozes nas matérias sobre a SELIC: informação e opinião nos grandes jornais brasileiros. *Conhecimento Interativo*, 12(2), 234-256. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/295>
- Teixeira, F. L. S., & Caminha, I. O. (2013). Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. *Movimento*, 19(1), 265-287. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115325713014.pdf>

- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (2ª ed.). Editorial Caminho (Obra original publicada em 1965).
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e debates.
- Torres, M. J. V. (2021). *O Supremo Tribunal Federal e a perspectiva de gênero: considerações sobre a ADPF 779/DF e os direitos fundamentais da mulher*. [Tese de bacharelato, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Científico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44582>
- Traquina, N. (1993). *As notícias. Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp.167-176). Vega.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Editora Insular. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5537285/mod_resource/content/1/teorias-do-jornalismo-vol-2-nelson-traquina.pdf
- Tuchman, G. (2009). Media, gênero, nichos. *Revista Media & Jornalismo*, 15(8), 15-24. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/15artigo1.pdf>
- Tutor2u (2020, 2 de junho). *Sheila Rowbotham (1943-)*. Consultado a 26 de maio de 2023 em <https://www.tutor2u.net/politics/reference/sheila-rowbotham-1943>
- Union Des Correspondants De Presse (2020, 19 de junho). *Qu'est-ce qu'un correspondant local de presse?* Disponível em: <https://www.u-c-p.org/?p=686>
- Walker, R. (1992). *Becoming the third wave*. Ms. Magazine.

- Waters, J., & Ellis, G. (1996). The Selling of Gender Identity. *Advertising and Culture: Theoretical perspectives*, 1-10. Disponível em: <http://ruby.fgcu.edu/courses/tdugas/ids3301/acrobat/gender.pdf>
- Wien, C. (2005). Defining objectivity within journalism. *Nordicom Review*, 26(2), 3-15. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228490974_Defining_Objectivity_within_Journalism
- Wollstonecraft, M. (2017). *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* (E. M. Sousa, Trad.). Antígona (Obra original publicada em 1792).
- Women & the American Story (s.d.). *Life Story: Angela Davis (1944-)*. Consultado a 26 de maio de 2023 em <https://wams.nyhistory.org/growth-and-turmoil/feminism-and-the-backlash/angela-davis/>
- Women's Media Center. (2019). *The status of women in the U.S. Media 2019*. Disponível em: <https://womensmediacenter.com/assets/site/from-bsd/WMCStatusofWomeninUSMedia2019.pdf>
- World Association for Christian Communication (2015). *Who Makes the News?* Global Media Monitoring Project 2015. Disponível em: https://www.media-diversity.org/additional-files/Who_Makes_the_News_-_Global_Media_Monitoring_Project.pdf
- Zerozero (s.d.). Consultado a 30 de dezembro de 2022 em https://www.zerozero.pt/competicao_vencedores.php?id_comp=160
- Zimmer, A. T. G. (2022). *O desporto feminino na imprensa portuguesa. A invisibilização da atividade desportiva praticada por mulheres na atualidade*. [Dissertação de

mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto]. Repositório Científico da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/145309/3/591405.pdf>

Zirbel, I. (2021). Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 7(2), 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>

Anexo 1:

Primeira página da 1ª edição do jornal Record – 26 de novembro de 1949

ANO I N.º 1

26

NOVEMBRO 1949

Redacção e Administração: P. DA ALEGRIA, 58
Composição e Impressão: Rua Luz Soriano, 67 LISBOA

PREÇO 1 ESCUDO

EDITOR E PROPRIETÁRIO: J. MONTEIRO FOGAS Director: FERNANDO FERREIRA CHEFE DE REDACÇÃO: AFONSO LACERDA

TENTATIVA de «Record»

aparecimento de um novo jornal desportivo, num meio considerado tão acanhado como o nosso, constitui, pelo menos, um golpe de audácia, de que raros conseguem.

Pode estranhar-se, pois, que, após uma série de simpáticas iniciativas deste género, que não fructificaram, pelo motivo citado, ou por qualquer outro, uma nova tentativa seja feita e, por mais, sem que, na escaleta do jornal, apareçam nomes há muito consagrados pelos seus méritos e pelo seu conhecimento do Desporto e do Journalism.

Docemos confessar, porém, que, antes de no nosso espirito se ter firmado a ideia de lançar a publico este semanário, pensámos, detidamente, nos pros e contras que poderiam advir desse facto e, convictos de que os desportistas — a quem dedicamos o jornal — compreenderiam e acarinhariam o nosso, um tanto ousado, empreendimento, resolvemos levar por diante a ideia, para cuja realização integramos os mesmos desportistas muito podiam contribuir, dispensando-nos os seus incitamentos e aplausos, no caso de verificarem que «Record» possui, de facto, um mínimo de motivos de agrado.

Não pretendemos, de maneira nenhuma, ofuscar o intenso brilho atingido por outros. Não queremos, também, menosprezar o trabalho alheio, pois reconhecemos quanto dedicado tem sido necessário para manter e melhorar as publicações que já existem. Desçamos — isso sim — juntarmos-nos a quantos têm procurado servir o Desporto, através da imprensa, sem atropelar ninguém e sem termos a pretensão de vir esbanjar nos que já cá se encontram aquilo que, afinal, com alguns deles aprendemos.

O nosso jornal manterá, no entanto, uma posição de completa independência, pois não está ligado — e não ser por logo — a outras empresas similares.

Esta explicação, que nos parece necessária, não significa, porém, que rejeitemos os conselhos e a experiência dos outros, mas unicamente, que temos procurado pôr em execução um plano de acção que nos parece ter sido conscienciosamente estudado e que contém — segundo nos parece também — algumas iniciativas que agradarão ao publico.

Assim, entre outras, apresentamos, já neste numero, a secção «Do estrangeiro», escrevem-nos, na qual figurarão pequenos artigos de alguns atletas célebres em todo o mundo e que, por uma gentileza que muito nos sensibiliza, se prontificaram a colaborar com «Record».

Na secção «Figura da Semana» desfilarão, todos os sábados, os atletas portugueses que, no decorrer da semana, se destacarem, quer pelo nível do sportivismo, quer pelo nível das suas exhibições.

Também não foram esquecidos os «homens do apito», e, assim, na secção «A opinião dos Arbitros» esperamos poder arguir, em todos os números, alguns depoimentos de utilidade para a classe, bem assim como esclarecimentos feitos pelos proprios arbitros sobre as suas acções nos encontros que dirigiram.

Outras secções, que julgamos de interesse geral, serão criadas à medida que as circunstancias o aconselharem e desde que sintamos que a nossa orientação agrada ao publico desportivo.

Feita, em traços largos, a apresentação de motivos que nos levaram a esta tentativa, queremos saudar, muito cordal e sinceramente, todos os nossos colegas da especialidade, salvando-lhes uma sólida e firme colaboração, de estreita e sincera, unicamente no interesse de alicerçarmos, nesta luta em que todos estamos empenhados para bem do Desporto Nacional.

As Federações, Associações e clubes desportivos tendemos, também, com muita simpatia, as nossas homenagens.

Record

ACTUALIDADE DESPORTIVA

UMA TENTATIVA

de «Record»



A grande popularidade de Espirito Santo ultrapassou fronteiras. Foi-lhe dando autógrafos a jovens admiradores durante um treino antes de Portugal.

-Espanha da Corunha

A DESPEDIDA DUM GRANDE ATLETA

OUVINDO ESPIRITO SANTO

UM DOS MAIS POPULARES DESPORTISTAS PORTUGUESES

Quando em 1936 um moço de 16 anos, desempenado mas não muito alto, pôs pé num dos cais de Lisboa, vindo da nossa colónia de Angola, ninguém suspiraria que se tratava dum dos casos mais extraordinários do desporto nacional.

Guilherme Santa Ana Graca do Espirito Santo não se destinava especialmente à carreira futebolística. Veio para Lisboa estudar e alojou-se em casa de família. No entanto como jogador do Sport Lisboa e Leiria travou, na sua bagagem, uma carta de apresentação para a sede — a Benfica.

Com um ano apenas de prática da modalidade nas colónias entrou a camisola do Benfica, alinhando logo na reserva durante o Campeonato de Lisboa. Terminado este, o antigo Campeão da Liga jogou cerca de três meses. Depois veio um mal grave que o afastou do cixo da linha avançada da equipa de honra dos encarnados. Na época imediata veio a primeira internacionalização, contra a Espanha, em Vigo. Chama-se a isto chegar, ver e vencer.

Até 1939 Guilherme Espirito Santo não falou na 1ª categoria do Benfica. Outras internacionalizações, mais sete, vieram enriquecer o seu «palmarés» de verdadeiro desportista. A doença subita de

ENTREVISTA DE FERNANDO FERREIRA

A FIGURA

O nome de Olivério Serpa é sobejamente conhecido e admirado por todos os desportistas portugueses, para que seja necessário recordar aqui as fases mais formosas da sua brilhantissima carreira atlética.

Desportista de sólida formação moral, atleta de raros méritos, Olivério soube conduzir-se sempre, através de mais de duas décadas de anos de actividade constante, com um apuro, com uma lealdade de tal maneira notáveis, que, ao abandonar os campos do desporto, deixou atrás de si um rasto de simpatia, que se estende, sem distincão, a companheiros e adversários.

A frente da equipa nacional de hóquei em patins, Olivério Serpa operou prodígios, não só nos crinças que pisou, mas, ainda, no estreito contacto com os seus camaradas procurando — e conseguindo — fazer, com alvura e compreensão de todos, uma pequena família daquela meia dúzia de brissos atletas que, aquém e além fronteiras, têm tido sabido representar o nome de Portugal.

Olivério achou, agora, que tinha sonado a hora da sua retirada. Respeitemos a sua decisão, pois é a parte de um homem que sempre tem primado pela sua ponderação e pela honestidade das suas ideias. Para mais, o valoroso atleta já deu o direito de exigir-lhe um maior sacrificio.

Na noite da sua festa, Olivério ouviu palavras de justiça pelo muito que trabalhou pelo desporto e pelo exemplo de dignidade, de correcção e de lealdade que deu a milhares de praticantes.

Foi, por esse motivo, inteiramente justa e premiosa bem a sua dedicação e o seu mérito desportivo, a condecoração com que o sr. Presidente da Republica quis agradecer o esforçado jogador.

Esta homenagem merecia-a, como poucos, Olivério Serpa.

Da semana

O BRASIL «TOMA O PULSO» ao futebol europeu

O «Record» não quer perder a oportunidade de ouvir, na véspera do seu primeiro dia de saída, os futebolistas brasileiros. Entrevistamos, assim, no Aeroporto da Portela, para falarmos com os nossos irmãos do outro lado do Atlântico.

O avião da «Panair» chegou à tarde e pouco depois os dezanove jogadores brasileiros, bem como os cinco dirigentes que os acompanham, estavam na repartição silenciosos. Abordámos um dos jogadores que, segundo vai sendo usual nas despedidas desportivas, vestiam todos pelo mesmo figurino. Soubemos, depois, que se tratava de Manduca, um dos internacionalistas do Palmeiras Futebol Clube, este jogador prestou-nos, amavelmente, todos os esclarecimentos, o seu clube classificou-se em segundo lugar no Campeonato de São Paulo, tendo cinco jogos, três em Espanha, contra a Barcelona, o Real Madrid e o Atlético de Madrid, e dois em Paris.

Da equipa do «Palmeiras» fazem parte os internacionalistas Jair, o maior de todos, Cambotinho, Valdemar Manduca, Tulio e Torcico. O grupo dos dirigentes é formado pelo presidente Ferreira Sandoli, director geral Adolfo Calves, Danilo Marquione e administrador Quiavoni. Acompanham, também, a caravana, Pedro Laik, o maior jogador do Rio de Janeiro, e o enviado da Rádio Pan-Americana e Gazeta Desportiva de São Paulo, o jornalista José Luzzi, também da Carava, que fará a reportagem, para o Brasil, dos varios encontros.

Entretanto, pedimos a Manduca que nos apresentasse Jair. O pedido foi satisfeito rapidamente e é possível que tenhamos trazido a nossa destinação, Jair, o maior dos atletas na lista dos jogadores do antigo Caravallinho, mas de siqade. Concluimos, interiormente, que os creráos não se metam aos palmas.

Volámos, entre a caravana, o conhecido Da Silva, que, segundo nos informaram, vem de negócios e passar.

Ordenados baixos, mas alguns astrónomos

Em outra semana, médio-esquerda do «Palmeiras», que nos elucida sobre

(Continua, na 7.ª pag.)

Anexo 2:

Exemplo de uma página do jornal *Record* (8/3/2023), onde é possível ver a divisão da mesma em 5 colunas.

22 LIGA PORTUGAL **bwin**

Quarta-feira
8 de março de 2023

1

V. GUIMARÃES
Uma dezena de estreias

Com a estreia de Rafa, são agora dez os jovens provenientes da equipa Bousub-23 que atuaram pela primeira vez na equipa principal do Vitória em 2022/23. Além de Rafa, há ainda Celton Biai, Afonso Freitas, Mutombo, Tounkara, Gonçalo Nogueira, Gonçalo Pinto, Diogo Ferreira, Jota Pereira e Bahamboula. **D.M.**

FAMALICÃO
Academia é casa para 2023/24

A equipa sénior do Famalicão vai passar a treinar na academia do clube na próxima temporada. Contactada por *Record*, a Câmara Municipal de Famalicão revelou que esta mudança não é um prémio de que as obras no estádio estejam para arrancar em breve, estando o projeto ainda a ser trabalhado. **D.M.**

P. FERREIRA
Confronto direto é o objetivo

O P. Ferreira desperdiçou anteontem uma boa oportunidade para se aproximar do playoff de permanência e agora vai tentar alcançar o Santa Clara. Os insulares são o próximo adversário e uma vitória permitirá igualá-los na tabela, para além de ganhar vantagem no confronto direto, uma vez que o jogo da primeira volta acabou empatado. **J.S.**

RIO AVE
Hernâni sofreu lesão muscular

Está explicada a ausência de Hernâni da lista dos convocados do Rio Ave para o jogo em Braga. O extremo esteve ausente devido a uma lesão muscular e falhou os dois últimos treinos de preparação desse confronto, mas o problema não é grave ao ponto de Hernâni ter hipóteses de voltar aos céleiros já para domingo, frente ao Gil Vicente. **A.M.**

SANTA CLARA
SAD LIQUIDA DÍVIDA

Presidente assegurou pagamento de passivo de três milhões de euros da antiga administração

ANDRÉ MARTINS

Num só dia, o presidente da SAD do Santa Clara, Bruno Vicintin, liquidou uma dívida de três milhões de euros contraída pela antiga administração do clube. Segundo apurou *Record*, em causa estão verbas em falta ao



Bruno Vicintin assumiu a liderança da SAD em 2022

banco Santander, principal credor do clube, mas também prémios de jogo e valores relativos a transferências.

Este último item obrigou o líder do conselho de administração dos açorianos a pagar 1,1 milhão de euros, evitando assim que os processos se arrastassem e pudessem chegar às altas instâncias do futebol europeu e internacional, podendo colocar em risco a inscrição da equipa na próxima época. Foram saldadas dívidas ao Atlético Paranaense, relativas a Cryzan, e aos uruguaio do Liverpool, por causa de

Vicintin ilibado pelo CD
O Conselho de Disciplina da FPF arquivou por "ausência de indícios", o processo disciplinar levantado contra a SAD do Santa Clara e do Alverca, que pretendia apurar uma "eventual lesão dos princípios da ética desportiva", uma vez que há ligações familiares (filho e pai) entre os presidentes dos clubes - Bruno Vicintin e Ricardo Vicintin. **O**

Gustavo Viera, entre outros. O empresário brasileiro teve ainda de desembolsar meio milhão de euros para saldar verbas em atraso relativas a vários jogadores e treinadores que já deixaram o clube, alguns deles há mais de dois anos. Em prémios de jogo e de permanência, a SAD tinha em falta mais de 300 mil euros, valor só agora saldado. Quanto ao Santander, foi pago 703 mil euros, tendo ainda o emblema açoriano liquidado 274 mil euros relativos a dívidas às finanças.

2

CHAVES
Preços baixos contra a razia

Face à vaga de lesões que assola o plantel, agudizada pelos dois castigos que resultaram da receção ao FC Porto, Vitor Campelos pode vir a ter apenas 16 jogadores disponíveis para a receção ao Portimonense. Perante este contexto e para maximizar o apoio nas bancadas, os bilhetes custam entre 1 e 6 euros. **P.S.R.**

GIL VICENTE
Boselli ganhou vaga na ala

Na era Daniel Sousa, Juan Boselli vinha a ser utilizado sobretudo na qualidade de suplente. Estatuto, contudo, que já não reflete o papel do uruguaio na manobra da equipa, dado que Boselli foi a alternativa para colmatar a vaga do lesionado Alipour e é agora titular há três jornadas consecutivas. **P.M.**

SP. BRAGA
Simon Banza assume o protagonismo

O início de 2023 tem marcado uma mudança de paradigma no ataque do Sp. Braga no que respeita à produção dos avançados, com Simon Banza a assumir o protagonismo, aproveitando o apagamento de Ricardo Horta. O capitão entrou em seca de golos desde o primeiro jogo do ano civil, nos Açores, onde até marcou dois golos, mas depois disso participou em mais oito jogos e não mais faturou. Já o francês terminou uma seca de quase dois meses quando se transformou em herói na vitória em P. Ferreira, com um golo no último suspiro do jogo e desde aí faturou mais quatro, incluindo a espectacular bicicleta do último domingo, frente ao Rio Ave, que deu a volta ao Mundo. Banza e Ricardo Horta chegam a esta fase com os mesmos 11 golos, sendo que a lista dos goleadores bracarenses esta época ainda é liderada por... Vitinha, que saiu para o Marselha em janeiro já com 13 golos no peúlio. **A.M.**

MARITIMO
Pablo Moreno sonha marcar contra o Benfica

O espanhol Pablo Moreno, avançado que brilhou na formação do Barcelona e da Juventus, tem sido um dos jogadores em destaque no Marítimo nos últimos jogos, mas confessa que lhe falta o golo. E não se importava de estreiar-se a marcar domingo. "Oxalá seja contra o Benfica! Mais que ninguém, eu quero fazer golos e espero que eles cheguem depressa", assinalou o jovem de 20 anos, reconhecendo todavia o poderio encarnado. "O Benfica, para mim, é a melhor equipa portuguesa do momento, tem bons jogadores, mas vamos encarar o jogo como se fosse a última partida, dando tudo em cada jogada em busca da vitória", disse à margem da visita de uma comitiva do clube à Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.

Moreno nunca jogou com Grimaldo, mas lembra-se do espanhol. "Eu era ainda muito pequeno e ele já estava na primeira



Avançado foi à escola

equipa e no Barcelona B. Recordo-me de ir ao estádio vê-lo jogar. Um bom jogador sem dúvida", notou o avançado, assumindo que ainda está a 60 por cento das suas capacidades.

Catamo parou de novo
Em maré de azar continua Catamo, que voltou a parar a contas com lesão muscular. O moçambicano juntou-se a Diogo Mendes no boletim clínico. **G.V.**

3

PORTIMONENSE
Longo jejum fora de portas

O Portimonense prepara a mais longa deslocação da época (a Chaves) na esperança de quebrar um longo jejum fora de portas: o último triunfo em terreno alheio remonta a 4 de novembro (contra o Gil Vicente, em Barcelos) e daí para cá sucederam-se cinco derrotas e apenas dois golos marcados, ambos no mesmo jogo, frente ao Boavista. **A.A.**

BOAVISTA
Adeus a Yusupha é inevitável

O adeus de Yusupha ao Boavista apresenta-se cada vez mais como uma inevitabilidade, pois o avançado gambiano, com o seu vínculo a expirar, quer aos 29 anos fazer ainda um grande contrato em tempo útil. Além disso, os axadrezados, com evidentes limitações financeiras, não estão em condições de lhe poder oferecer isso. **A.M.**

4

5

Anexo 3:

Exemplo de uma crónica – jornal *Record* 8 de março de 2023



DESEMPATE. Fábio Ceclílio fez o 3-2 que recolocou Portugal na frente

PLENO DE VITÓRIAS EM DIREÇÃO À ELITE

Portugal fechou com chave de ouro a 1.ª fase de qualificação para o Mundial de 2024

A Seleção Nacional de futsal venceu a Bielorrússia por 4-2, no último jogo da primeira fase de qualificação para o Mundial 2024. Com o 1.º lugar do Grupo 4 e a consequente passagem à Ronda de Elite já garantidos, Portugal entrou com tudo na partida e inaugurou o marcador logo aos 2 minutos, através de André Coelho. Porém, mesmo em desvantagem, a Bielorrússia não se deixou abater e assumiu o controlo do jogo.

Apesar dos inúmeros remates, os jogadores treinados por Aleksandr Chernik tiveram pela frente um gigante oponente chamado Edu, que negou o golo do empate várias vezes (9', 11' e 15'). O golo não chegava e, quan-

2 4	
BIELORRÚSSIA	PORTUGAL
LUKSHA: EDU SOUSA	EDU SOUSA
MATVEENKO: JOÃO MATOS	JOÃO MATOS
SELYUK: ERICK	ERICK
PINCHUK: PANY VARELA	PANY VARELA
DMITRI LOS: ZICKY	ZICKY
JOGARAM AINDA:	JOGARAM AINDA:
CHURILIN: ANDRÉ SOUSA	ANDRÉ SOUSA
OLSHEVSKI: ANDRÉ COELHO	ANDRÉ COELHO
DUBOVKOV: AFONSO JESUS	AFONSO JESUS
KOZEL: TOMÁS PAÇO	TOMÁS PAÇO
SCHERBICH: FÁBIO CECÍLIO	FÁBIO CECÍLIO
SHVEDKO: PAULETA	PAULETA
SHIMANOVSKI: TIAGO BRITO	TIAGO BRITO
ZUYENAK: BRUNO COELHO	BRUNO COELHO
	HUGO NEVES
● Aleksandr Chernik	● Jorge Braz
FFA Technical Center, Arménia ARBITROS: Cédric Pelissier e Victor Chaix (França)	
AO INTERVALO: 0-2	
MARCADORES: 0-1 Erick (2'), 0-2 Bruno Coelho (19'), 1-2 Zuyenak (23'), 2-2 Shimanovski (28'), 2-3 Fábio Ceclílio (29'), 2-4 Zicky (30')	
DISCIPLINA: ● Dmitri Los (17' e 19') e Erick (34') ● Dmitri Los (19', acumulação)	

do parecia que nada podia piorar, eis que a equipa de Leste vê Dmitri Los ser expulso por acumulação de amarelos aos 19'. Para além disso, Bruno Coelho aumentou a vantagem lusa no final do primeiro tempo, fazendo jus ao velho ditado - 'quem não marca, sofre'.

Portugal foi para o intervalo a vencer por 2-0, mas 3 minutos após o recomeço, a seleção adversária reduziu para 2-1, por intermédio de Zuyenak. Cinco minutos volvidos, Shimanovski empatou a partida e colocou a equipa das quinas em sentido.

Os campeões do Mundo reagiram rapidamente e puseram um ponto final no jogo com dois golos em pouco mais de um minuto: Fábio Ceclílio fez o 3-2, aos 29', e Zicky, pouco depois dilatou a vantagem. A Seleção terminou assim esta fase com 4 vitórias e 12 pontos, tal como Jorge Braz ambicionava. ● LC

JORGE BRAZ SATISFEITO

"Estamos prontos!"



No final do jogo, Jorge Braz mostrou-se satisfeito com o resultado, apesar de reconhecer que a Bielorrússia foi um difícil oponente. "A nossa resposta ao 2-2 foi impressionante. Tivemos dificuldades em adaptar-nos ao jogo instável do adversário. Competiram bem conosco,

mas penso que merecemos vencer", venceu o selecionador nacional. Além disso, o técnico destacou a presença "muito positiva" da Seleção nesta primeira fase da competição: "Merecemos terminar desta forma. Estamos prontos para a Ronda de Elite." ●

QUALIFICAÇÃO MUNDIAL 2024

RONDA PRINCIPAL - GRUPO 4

PORTUGAL	5-3	BIELORRÚSSIA
LITUÂNIA	0-6	PORTUGAL
PORTUGAL	2-0	LITUÂNIA
BIELORRÚSSIA	2-4	PORTUGAL

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	E	D	GM/GS
1.º PORTUGAL	12	4	4	0	0	17-5
2.º LITUÂNIA	4	4	1	2	4	4-11
3.º BIELORRÚSSIA	1	4	0	1	3	8-12

Nota: O 1.º classificado de cada um dos 12 grupos e os 4 melhores 2.º apuraram-se diretamente para a Ronda de Elite; os restantes 8 melhores 2.º disputam um playoff de acesso à Ronda de Elite.

Anexo 4:

Participação Feminina nos Jogos Olímpicos 1900-2020

Ano	Modalidades	Nº de participantes femininas	% de participantes femininas
1900	2	22	2,2
1904	1	6	0,9
1908	2	37	1,8
1912	2	48	2
1920	2	63	2,4
1924	3	135	4,4
1928	4	277	9,6
1932	3	126	9
1936	4	331	8,3
1948	5	390	9,5
1952	6	519	10,5
1956	6	376	13,3
1960	6	611	11,4
1964	7	678	13,2
1968	7	781	14,2
1972	8	1059	14,6
1976	11	1260	20,7
1980	12	1115	21,5
1984	14	1566	23
1988	17	2194	26,1
1992	19	2704	28,8
1996	21	3512	34
2000	25	4069	38,2
2004	26	4329	40,7
2008	26	4637	42,4
2012	26	4676	44,2
2016	28	5059	45
2020	33	5457	48,7

Nota: Dados retirados do artigo [Factsheet Women in the Olympic Movement](#) (2021, p.6)